

**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Relatório Bianual 2013/2014



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2013/2014

GOIÂNIA-GO
2015

Presidente da República Federativa do Brasil
Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação
Aloizio Mercadante
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Machado Feres
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Jerônimo Rodrigues da Silva

Comissão Própria de Avaliação nomeada pela Portaria IFG nº 2235/2014

MEMBROS TITULARES

Eliézer Alves Teixeira – Docente (*Campus Jataí*) - Presidente
Alan de Freitas Oliveira – Docente (*Campus Anápolis*)
Ana Paula Araújo Martins – Técnico-Administrativo (*Campus Itumbiara*) –
Secretária Administrativa
Flávia Oliveira Cabral – Discente (*Campus Goiânia Oeste*)
Higor Henrique Garcia Marques – Discente (*Campus Itumbiara*)
Antoniel Aniceto de Oliveira – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)
Regina Beatriz Bevilácqua Vieira – Sociedade Civil Organizada (UFG)

MEMBROS SUPLENTE

Luiz Fernando Batista Loja – Docente (*Campus Luziânia*)
João Baptista Chieppe Júnior – Docente (*Campus Inhumas*)
Íthalo Fabrício Gonçalves Soares de Oliveira – Discente (*Campus Luziânia*)
Thiago Diniz dos Santos – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)
Maria Helena Jayme Borges – Sociedade Civil Organizada (UFG)

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Claudia Beatriz Carrião Alves¹ – Assistente em Administração
Mauro Alves Pires¹ – Pedagogo
Maria Emilia Perez de Oliveira Marinho – Secretária das Comissões

¹ Comissão de Apoio aos Trabalhos da Comissão Própria de Avaliação nomeada pela Portaria IFG nº 1550/2015.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resoluções do CONSUP 2013 e 2014.....	32
Figura 2 - Macroprocessos Finalísticos.....	33
Figura 3 - Resumo dos Indicadores Acadêmicos	37
Figura 4 - Relação Candidato por Vaga.....	38
Figura 5 - Candidato por Vaga por modalidade em 2014.....	38
Figura 6 - Relação Candidatos por Vaga nos câmpus do IFG nos anos 2013 e 2014.....	39
Figura 7 - Relação Ingressos por Aluno.....	40
Figura 8 - Percentual de Ocupação segundo o tipo de Modalidade nos anos 2013 e 2014	41
Figura 9 - Relação Ingressos por Aluno nos anos 2013 e 2014	41
Figura 10 - Relação Concluintes por Estudantes.....	42
Figura 11 - Relação de Concluintes por Aluno nos anos 2013 e 2014	43
Figura 12 - Índice de Eficiência Acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.....	44
Figura 13 - Índice de Eficiência Acadêmica nos anos 2013 e 2014	45
Figura 14 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar.....	46
Figura 15 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar nos anos 2013 e 2014.....	47
Figura 16 - Relação Estudantes por Docentes em Tempo Integral	48
Figura 17 - Número de estudantes por câmpus.....	49
Figura 18 - Cursos Superiores ofertados pelo IFG por câmpus.....	50
Figura 19 - Informações sobre Custo Aluno/Mês para os anos 2013 e 2014	51
Figura 20 - Quantitativo de Servidores atendidos em Programas de Qualificação em 2013 e 2014.....	53
Figura 21 - Quantidade de servidores atendidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2013	54
Figura 22 - Comparativo dos auxílios financeiros concedidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2013	54
Figura 23 - Quantidade de servidores atendidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2014.....	55
Figura 24 - Comparativo dos auxílios financeiros concedidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2014	55
Figura 25 - Número de bolsas e valor investido pelo Programa ProAPP/IFG.....	56
Figura 26 - Valor concedido pelo Programa ProAPP/IFG por câmpus.....	56
Figura 27 - Porcentagem de Projetos ProAPP contemplados com fomento no ano de 2013 por câmpus ..	57
Figura 28 - Porcentagem de Projetos ProAPP contemplados com fomento no ano de 2014 por câmpus ..	57
Figura 29 – Quantitativo de projetos de pesquisa concedidos à servidores do IFG através de fomentos da FAPEG e CNPq em 2013 e 2014.....	58
Figura 30 – Ações implementadas pelo Centro de Inovação Tecnológica do IFG em 2013.....	60
Figura 31 – Ações implementadas pelo Centro de Inovação Tecnológica do IFG em 2014.....	61
Figura 32 – Estatística da produção acadêmica do IFG em 2014.....	62
Figura 33 - Levantamento sobre o conhecimento dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente em relação à atuação docente, aos documentos institucionais e o apoio às ações de pesquisa	63
Figura 34 - Ações de Extensão.....	64

Figura 35 - Atividades de Estágio.....	65
Figura 36 - Atividades de Extensão no IFG no formato de eventos	65
Figura 37 - Projetos e Cursos de Extensão oferecidos pelo IFG no ano de 2013	68
Figura 38 - Projetos de Extensão aprovados com concessão de bolsa de extensão	68
Figura 39 - Projetos de Extensão aprovados e executados sem concessão de bolsa de extensão	69
Figura 40 - Variação de despesas com papel, água e energia elétrica	70
Figura 41 - Consumo de papel, energia elétrica e água.....	71
Figura 42 - Aspectos da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	73
Figura 43 - Despesas com Publicidade	75
Figura 44 - Demanda de Processos na Comissão de Ética do IFG	76
Figura 45 - Atendimentos do SIC nos anos 2013 e 2014.....	77
Figura 46 - Assuntos solicitados ao SIC por ordem de repetição	77
Figura 47 - Conteúdos Acessados no Portal IFG	79
Figura 48 - Obstáculos para se chegar à informação desejada.....	80
Figura 49 - Recursos sugeridos para o Portal IFG	80
Figura 50 - Ações da Diretoria de Comunicação Social	81
Figura 51 - Relação dos Sistemas e suas funções	83
Figura 52 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos técnicos-administrativos).....	87
Figura 53 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos discentes).....	88
Figura 54 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos discentes).....	89
Figura 55 - Força de Trabalho da Instituição	90
Figura 56 - Situações que reduzem a força de trabalho da Instituição	91
Figura 57 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas em 31/12/2013	92
Figura 58 - Quantidade de Servidores da Instituição por faixa etária	93
Figura 59 - Quantidade de servidores da Instituição por nível de escolaridade	93
Figura 60 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe C	94
Figura 61 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe D	94
Figura 62 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe E.....	95
Figura 63 - Avaliação do Desempenho Funcional dos servidores do IFG em 2013	96
Figura 64 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	97
Figura 65 - Contratos de prestação de serviços com locação de Mão de Obra	101
Figura 66 - Quantitativo de Servidores atendidos em Programas de Qualificação em 2013 e 2014	107
Figura 67 - Eventos de capacitação aos gestores, docente e técnico-administrativos do IFG.....	108
Figura 68 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	112
Figura 69 - Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFG.....	116
Figura 70 - Distribuição dos Espaços Físicos das Bibliotecas do IFG.....	120
Figura 71 - Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União de 2013 e 2014.....	124

Figura 72 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	126
Figura 73 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	127
Figura 74 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	128
Figura 75 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	129
Figura 76 - Indicadores Base / Mapa Diagnóstico do IFG	131
Figura 77 - Dotação orçamentária destinada à Assistência ao Educando da Educação Profissional – 2013.....	143
Figura 78 - Dotação orçamentária destinada à Assistência ao Educando da Educação Profissional – 2014.....	144
Figura 79 - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG.....	145
Figura 80 - Quantitativos de participação de estudantes em evento científico com auxílio financeiro	147
Figura 81 - Programa Jovens Talentos para a Ciência	148
Figura 82 - Auxílio Permanência para estudantes no IFG em 2013	150
Figura 83 - Média de estudantes atendidos pela UNIMED Seguro de Vidas S/A	151
Figura 84 - Convênios celebrados no ano de 2013	152
Figura 85 - Oferta e Efetivação de Vagas para Monitoria 2013/1.....	153
Figura 86 - Oferta e Efetivação de Vagas para Monitoria 2013/1.....	153
Figura 87 - Atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG em 2013 e 2014	155
Figura 88 - Outros Serviços	156
Figura 89 - Outras atividades.....	157
Figura 90 - Acervo das Bibliotecas em 2013 e 2014	160
Figura 91 - Total Geral do Acervo do Câmpus em 2013 e 2014.....	161
Figura 92 - Atendimento das Bibliotecas em 2013 e 2014.....	162
Figura 93 - Programação de Despesas – 2013.....	165
Figura 94 - Programação de Despesas – 2014.....	166
Figura 95 - Movimentação Orçamentária externa por grupos de despesas - 2013.....	168
Figura 96 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total – 2013.....	170
Figura 97 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total – 2013	172
Figura 98 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total 2014	173
Figura 99 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – 2013.....	175
Figura 100 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – 2014.....	176
Figura 101 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – 2013..	177
Figura 102 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – 2014..	178
Figura 103 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica – 2013	181
Figura 104 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica – 2014	182
Figura 105 - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2013	183

Figura 106 - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2014	184
Figura 107 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2013 ..	185
Figura 108 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2014 ..	186
Figura 109 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – 2013.....	187
Figura 110 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – 2014.....	188
Figura 111 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica – 2013	189
Figura 112 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.....	190
Figura 113 - Pagamento de Pessoal Ativo da União – 2013	191
Figura 114 - Pagamento de Pessoal Ativo da União – 2014	192
Figura 115 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes – 2013	193
Figura 116 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes – 2014	194
Figura 117 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2013.....	195
Figura 118 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2014.....	196
Figura 119 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2013	197
Figura 120 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2014	198
Figura 121 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2013	199
Figura 122 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2014	200
Figura 123 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – 2013.....	201
Figura 124 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – 2014.....	202
Figura 125 - Contribuição à Entidades Representativas de Educação e Ensino – 2013.....	203
Figura 126 - Contribuição à Entidades Representativas de Educação e Ensino – 2014.....	204
Figura 127 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – 2013	205
Figura 128 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – 2014	206
Figura 129 - Benefícios Assistenciais – 2013	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APL – Arranjos Produtivos Locais

AUDIN – Auditoria e Interna

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPPII – Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação

CAPT – Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas

CAS – Coordenação de Assistência ao Servidor

CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

CGU – Controladoria Geral da União

CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos

CITE – Centro de Inovação Tecnológica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

DE – Dedicção Exclusiva

DINTER – Doutorado Interinstitucional

EaD – Ensino a Distância

EDUCACENSO – Censo da Educação Básica

EEB – Empréstimo entre Bibliotecas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETFG – Escola Técnica Federal de Goiás

ETFs – Escolas Técnicas Federais

ETs – Escolas Técnicas

FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

FIC – Formação Inicial e Continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GIPLE – Grupo Interdisciplinar de Letramentos

GIZ GmbH – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

ICPEdu – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IFGoiano – Instituto Federal Goiano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

JIF – Jogos dos Institutos Federais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NOVA – Northern Virginia Community College

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PES – Programa Esplanada Sustentável

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPECT – Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores

PIQS – Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores

PIVIC – Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica

PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
ProAPP – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pro-Reitoria de Ensino
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PUC-Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Rede CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SECITEC – Semana de Educação, Ciência e Tecnologia
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Anápolis
SENITIF – Seminário Nacional de Inovação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas
SIC – Serviço de informação ao Cidadão
SIGA-EPT – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica
SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIMPEEX – Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFG – Universidade Federal de Goiás

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	19
1.1. Identificação	19
1.2. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	19
2. A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	26
2.1. Princípios, Objetivos e Metas Institucionais	26
2.2. Das Finalidades da Instituição	33
3. A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO	37
3.1. Política para o Ensino	37
3.1.1. Indicadores de gestão dos Institutos Federais	37
3.2. Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação	52
3.2.1. Qualificação dos servidores do IFG.....	52
a. Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)	53
b. Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG).....	56
c. Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG) ...	58
d. Projetos de Pesquisa com fomento externo	58
3.2.2. O Centro de Inovação Tecnológica (CITE).....	59
3.3. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	62
3.3.1. Atividades consolidadas do Departamento de Ações Sociais	64
3.3.2. Estágio.....	64
3.3.3. Atividades de extensão no IFG em forma de evento	65
a. Festival de Artes de Goiás	65
b. Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX).....	66
c. 3º Jogos dos Institutos Federais – JIF-GO.....	66
d. Semana de Educação, Ciência e Tecnologia (SECITEC).....	66
e. Seminário de Aposentadoria do Servidor Público.....	67
f. II Seminário Interinstitucional para Servidores das IFES.....	67
3.3.4. Projetos e Cursos de Extensão no Âmbito do IFG	67
4. RESPONSABILIDADE SOCIAL	70
4.1. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	70
4.2. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	73

4.3.	Medidas Relativas à Acessibilidade.....	74
5.	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	75
5.1.	Comissão de Ética.....	75
5.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	76
5.3.	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	76
5.4.	Comissão Própria de Avaliação	78
5.5.	Site do IFG	78
5.6.	Comunicação Social	81
5.7.	Gestão da Tecnologia da Informação	82
5.8.	Resultados de Pesquisas de Opinião Realizadas Junto aos Cidadãos, Segmentos Organizados da Sociedade ou Usuários dos Produtos e Serviços do IFG.....	86
6.	POLÍTICAS DE PESSOAL	90
6.1.	Estrutura de Pessoal da Unidade	90
6.1.1.	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Instituição	90
6.1.1.1.	Lotação.....	90
6.1.1.2.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Instituição.....	91
6.1.2.	Estrutura de Cargos e de Funções	92
6.2.	Indicadores de Desempenho Funcional.....	95
6.3.	Terceirização de Mão de Obra Empregada de Contratação de Estagiários	97
6.3.1.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Instituição	97
6.3.2.	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	101
6.4.	Qualificação dos Servidores do IFG.....	106
a.	Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)	107
b.	Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG).....	107
c.	Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG) .	108
d.	Projetos de Pesquisa com fomento externo	108
6.5.	Capacitação de Gestores, Docentes e Técnico-Administrativos do IFG.....	108
6.5.1.	Capacitação da Força de Trabalho	109
7.	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO	111
7.1.	Organização Administrativa do Instituto Federal de Goiás	111
7.2.	Competências.....	112
7.3.	Estrutura de Governança.....	114
7.4.	Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos.....	115

7.4.1.	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	116
8.	INFRAESTRUTURA FÍSICA	119
8.1.	Medidas Relativas à Acessibilidade.....	119
8.2.	Bibliotecas do IFG.....	120
8.3.	Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	123
8.4.	Discriminação dos Bens Imóveis sob a responsabilidade do IFG	125
8.5.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	127
8.6.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	129
9.	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	130
9.1.	Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos.....	130
9.1.1.	Informações consolidadas no Relatório de Gestão 2013	130
9.1.2.	Informações consolidadas no Relatório de Gestão 2014.....	136
10.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	142
10.1.	Dados Relativos ao Departamento de Pesquisa e Inovação.....	145
10.1.1.	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG	145
10.2.	Auxílio para Estudantes participarem em Eventos Científicos	146
10.3.	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/IFG)	147
10.4.	Programa Jovens Talentos para a Ciência (Bolsa de Iniciação Científica)	148
10.5.	Semana de Educação, Ciência, Tecnologia (SECITEC)	148
10.6.	Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX)	148
10.7.	Programa de Educação Tutorial (PET).....	149
10.8.	Política de Assistência Estudantil.....	149
10.9.	Seguro Estudantil	150
10.10.	Estágio.....	151
10.11.	Bolsas de Monitoria	152
10.12.	Programa Ciência Sem Fronteiras	154
10.13.	Coordenação-Geral de Bibliotecas	155
11.	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	164
11.1.	Execução das Despesas	164
11.1.1.	Programação para o ano	164
11.1.2.	Movimentação de Créditos Interna e Externa - 2013.....	167
11.1.3.	Realização da Despesa	168
11.1.3.1.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – 2012 e 2013	169
11.1.3.2.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – 2013 e 2014	171
11.1.3.3.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – 2013 e 2014	175
11.1.3.4.	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – 2013 e 2014	177

11.2.	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	180
11.2.1.	Ações/ Subtítulos – OFSS	180
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Autoavaliação Institucional deve evidenciar as concepções, políticas, ações e práticas pedagógicas ou administrativas desenvolvidas nas diversas instâncias institucionais, tendo como pressuposto a participação ativa tanto da sociedade, quanto dos segmentos internos das Instituições de Ensino Superior (IES).

No presente relatório buscou-se levantar dados que contemplassem as dimensões avaliadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio da análise dos documentos oficiais publicados pelas instâncias administrativas e acadêmicas do IFG. Fazendo dessa alternativa uma metodologia para construir um texto de relatório coerente e que atenda as exigências da legislação referente à Autoavaliação Institucional.

A metodologia adotada reflete os limites temporais desse documento, mas mesmo diante dessa limitação, preenche as lacunas temporais com dados fiéis e presentes nos documentos institucionais. Para compor o corpo textual, tanto qualitativo quanto o quantitativo deste relatório, analisou-se gráficos, tabelas e textos oficiais emanados dos Conselhos, das Pró-Reitorias, das instâncias de controle e governança e de comissões, de forma que esses conteúdos pudessem contemplar, mesmo que parcialmente, as dez dimensões do SINAES. Sendo assim, este relatório é apresentado em sua versão parcial e se refere ao biênio 2013/2014.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A apresentação dos resultados presentes neste relatório foi realizada em conformidade com os indicadores que compõem cada uma das dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Buscou-se contemplar as dez dimensões com dados sintetizados nos Relatórios de Gestão. Tal conduta constituiu-se em metodologia para fomentar os dados do relatório de Auto Avaliação Institucional, bianual, que hora apresenta-se. No entanto, o procedimento utilizado para construção desse relatório considera a extemporaneidade, sendo esta uma exceção e não uma prática institucional.

É importante frisar que a Avaliação Institucional é um dos componentes do SINAES relacionado à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, conforme esclarece o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional).

A Autoavaliação Institucional é também uma forma de garantir a participação de todos os segmentos da instituição nas decisões de gestão, pois os dados levantados serão de grande importância para a tomada de decisão nas diversas instâncias deliberativas, tanto governamentais quanto acadêmicas. Dessa forma, mesmo que indiretamente, todos participam na definição dos conteúdos essenciais que devem ser ensinados pelo professor, sobre a qualidade do trabalho didático e ainda sobre a racionalização, a planificação e a avaliação do ensino. Enfim, o levantamento dessas informações contribui para as reformas dos programas, dos currículos e para uma administração mais eficiente dos recursos disponíveis nas instituições de ensino. A equipe gestora, os responsáveis pelo sistema de ensino podem lançar mãos desses dados e voltar sua atenção para a tarefa de construir uma instituição melhor, com a participação dos segmentos envolvidos diretamente no trabalho pedagógico e na democratização da gestão da instituição de ensino.

A Autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), devendo contemplar avaliação realizada pela comunidade interna da instituição e também avaliação externa. Essa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa, independente de sua abordagem, se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

A escolha da metodologia utilizada para compor o presente relatório partiu da necessidade fundamental de atender os pressupostos do SINAES e os objetivos do Projeto de Autoavaliação Institucional. Os recursos utilizados para coleta e levantamento de dados para operacionalizar o processo de autoavaliação foram a leitura fiel e a análise cuidadosa dos Relatórios de Gestão do IFG referentes aos anos de 2013 e 2014, além de outros documentos, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional, relatórios das pró-reitorias da instituição e informações cedidas por outras instâncias que compõem a Reitoria do IFG, com o propósito de contemplar as dimensões em que a Instituição deve ser avaliada.

Este relatório está organizado em 14 seções: Apresentação; Considerações Iniciais; Apresentação da Instituição; A Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; A Política para o Ensino, a Pesquisa e Pós-Graduação e a Extensão; Responsabilidade Social; Comunicação com a Sociedade; Política de Pessoal; Organização e Gestão na Instituição; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação; Políticas de Atendimento ao Estudante; Sustentabilidade Financeira e Considerações Finais.

Em razão de ter sido elaborado extemporaneamente, entre os meses de setembro a novembro de 2015, não foi possível realizar a aplicação de questionário junto aos segmentos das comunidades acadêmica e comunidade externa, referentes aos anos de 2013 e 2014, que pudesse retratar a percepção dessas comunidades em relação as dez dimensões elencadas no Art. 3º da Lei nº 10.861/2004.

1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Os itens apresentados nesta seção abordam os dados que identificam juridicamente a instituição, bem como os aspectos históricos que marcaram sua trajetória.

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Denominação Abreviada: Instituto Federal de Goiás

Sigla: IFG

Código da IES/e-MEC: 1811

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Natureza jurídica: autarquia federal

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal de Ensino

Estado: Goiás

Endereço: Av. Assis Chateaubriand nº 1.658, Setor Oeste, CEP: 74.130-012, Goiânia-GO

Campi: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

1.2. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

As instituições públicas de educação são parte integrante do Estado sujeitas a um marco jurídico-político, materializado em políticas de Estado e de Governo; concomitantemente, são também espaços de atuação da sociedade por meio dos seus segmentos internos e externos.

A trajetória histórica do IFG teve origem em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, de setembro daquele ano,

assinado pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Suas atividades tiveram início na Cidade de Goiás, capital do Estado de Goiás naquela época.

As Escolas de Aprendizes Artífices tiveram como função social a formação de jovens e adultos desvalidos oriundos da ordem escravista extinta em 1888, em ofícios tradicionais (carpintaria, alfaiataria), proporcionando profissões que tinham a função de conter condutas socialmente reprováveis à época (mendicância, “malandragem”). A escolarização oferecida se restringia ao domínio da linguagem e de cálculos básicos.

Nesse contexto, ocorreu a transformação das escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas (da União), com a função social estritamente voltada para a educação profissional. Estas ofertavam cursos predominantemente na área industrial, apoiados na tecnologia eletromecânica e no método fordista de gestão de pessoal e de produção recém-introduzidos no País, voltados para o atendimento às demandas do mercado. As Escolas Técnicas (ETs) então foram destinadas aos jovens das camadas mais pobres da sociedade que conseguiam ultrapassar as barreiras do ensino fundamental, suprimindo a necessidade de profissionais técnicos de nível intermediário, demandados pelo setor industrial em expansão.

A legislação educacional em 1953, com a instituição da Lei nº 1.821, de 12 de março deste mesmo ano, possibilitou o ingresso do concluinte das escolas técnicas em cursos superiores relacionados aos cursos técnicos industriais que havia concluído. Os cursos que poderiam ser almejados pelos egressos das Escolas Técnicas eram os de engenharia, química industrial, arquitetura, matemática, física, química e desenho.

A legislação educacional dos anos 1940 e 1950 foi construída sem uma efetiva participação da sociedade e a reorientação do modelo das escolas de aprendizes artífices para o de Escolas Técnicas (ETs) também não contou com a participação efetiva dos segmentos internos, ocorrendo de cima para baixo, o que não permitiu a instauração de um processo de democratização das suas relações internas.

Com a fundação de Goiânia, em 1933, a Instituição foi transferida para a nova capital, em 1942, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial, recebendo, então, a denominação de Escola Técnica de Goiânia.

Entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1970, um conjunto de medidas foi dirigido à educação e à formação profissional. Em fevereiro de 1959, as ETs da União foram transformadas em Autarquias Federais, convertidas em Escolas Técnicas Federais (ETFs), mas com autonomia restringida em termos didáticos, administrativos e financeiros. Nos anos 1960, foram criadas as Escolas Agrotécnicas. Em agosto de 1965, a Instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), ofertando prioritariamente os cursos técnicos na área industrial.

A reforma educacional de 1971, implantada por meio da Lei nº 5.692/71, estabeleceu a profissionalização compulsória no antigo 2º grau em todas as redes. Esta situação nas redes estaduais esvaziou o conteúdo da integração entre formação geral e formação profissional, na medida em que não se garantiu uma estrutura básica de trabalho, seja na compreensão da natureza desta modalidade de educação ou até mesmo na criação de estrutura básica de trabalho, nos aspectos infraestruturais e humanos.

No âmbito da rede federal, dadas as condições mínimas de trabalho nesta modalidade, a reforma propiciou uma experiência de significativa qualidade, induzindo a reflexão acerca da natureza da formação integrada. A necessidade de formação mais consistente de profissionais técnicos de nível intermediário demandados pelo setor industrial (monopólios nacionais, multinacionais) e pelo setor de serviços (companhias de serviços urbanos, de infraestrutura) concorreu para a criação da experiência mais exitosa de educação integrada no País que ocorreu no interior das ETFs, convergindo formação profissional e formação geral no então ensino técnico integrado de 2º grau. Para tanto, investiu-se na expansão das instalações físicas, compra de novos equipamentos e formação de docentes

No ano de 1988, foi construída a Unidade de Ensino Descentralizada no Município de Jataí, integrando a Escola Técnica Federal de Goiás.

Neste contexto acentuou-se a incorporação da tecnologia microeletrônica e dos métodos de gestão de pessoal e de produção flexível nos setores de atividade industrial e comercial e no setor de serviços. Desde então, intensificou-se a demanda pela elevação dos níveis de escolaridade e de formação profissional das camadas sociais populares.

Uma nova reorientação das instituições ocorreu nos anos 1990. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, incluiu o ensino médio como etapa final da educação básica. O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, definiu a separação entre o ensino médio e técnico. Este último poderia ser realizado de forma concomitante ou pós-conclusão do ensino médio. O ensino médio foi concebido como de caráter estritamente propedêutico e os cursos técnicos como capacitação técnica para o exercício de uma determinada função no mercado de trabalho. O Parecer nº 15/98 e a Resolução nº 3/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, estabeleceram os princípios norteadores do ensino médio no Brasil, caracterizando a Reforma do Ensino Médio.

A Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), no dia 22 de março de 1999. A função social da Instituição foi ampliada, passando a atuar, também, no ensino superior, com destaque para os cursos de formação de tecnólogos, bem como desenvolver pesquisa e promover extensão. Novos dilemas emergiram na atuação do CEFET-GO, a exemplo da não regulamentação das profissões de tecnólogos por parte de diversos conselhos profissionais, provocando o desprestígio dessas profissões e a depreciação salarial, concorrendo para que egressos se voltassem para a universidade à procura de cursos de engenharia, dentre outros.

Tomando como base a realidade dessas instituições, constata-se que as práticas de gestão permaneceram centralizadas e autoritárias, com ausência de conselhos que integrassem a efetiva participação dos segmentos internos e a margem de atuação institucional continuou restrita em face do Estado, com a reposição da autonomia institucional formal contraditada com a subordinação institucional real, embora discursos de gestores e legislações realçassem o contrário.

Nos anos 2000, ocorreu a consolidação do modelo econômico exportador centrado nos bens primários, semimanufaturados e manufaturados intensivos com uso de recursos naturais. Processos como a generalização da tecnologia microeletrônica e do método de gestão flexível, a demanda por elevação de escolaridade associada à formação profissional, a condução do desenvolvimento regional e a formação de professores para a educação básica, foram decisivos para uma nova reorientação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e

Tecnológica. Desta forma, em 2004, foi suspenso o Decreto nº 2.208 por meio do Decreto nº 5.154, de 23 de julho do mesmo ano, que regulamentava os artigos 36, 39 e 41 da LDB, restabelecendo a possibilidade de oferta do ensino técnico integrado.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, o CEFET-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A função social da Instituição foi mais uma vez ampliada, com a atribuição de oferecer diversos níveis e modalidades de ensino, promover pesquisa e extensão. Além dessa ampliação, a instituição também foi expandida por meio de uma estrutura *multicampi*, o que, em última instância, acarretou profundas mudanças em sua organização administrativa e acadêmica.

A perspectiva que se colocou para a instituição, naquele momento, é que ela viesse a se inserir no desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do País, em especial por meio das mediações possíveis e necessárias que este desenvolvimento pudesse se fazer presente nos planos local e regional.

Atualmente, permanece a luta pela democratização, no âmbito do IFG, em termos de ampliação de acesso aos segmentos sociais historicamente dela excluídos, de efetiva participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos, da ampliação da sua função social e da afirmação incontestável da sua autonomia institucional, bem como a sua preservação como espaço de realização de ações sociais, políticas e culturais. Nesta perspectiva, reafirmar-se-á sua identidade de instituição formadora de ideias, conhecimentos e cultura, bem como de sujeitos qualificados tecnicamente como profissionais e cidadãos.

Por tudo isso, os segmentos internos do IFG encontram-se desafiados a apreender o contraditório presente na sociedade e no interior da Instituição, tendo em vista a construção de uma educação verdadeiramente pública, assentada em relações democráticas e autônomas, na direção da formação integral para os estudantes com vista ao desenvolvimento efetivamente democrático, soberano, sustentável e socialmente inclusivo para as suas regiões e localidades do País.

Para a efetivação desses objetivos, visando à autonomia das instituições de ensino superior, o cumprimento efetivo do seu papel estratégico, novas exigências precisam ser consideradas, nesta perspectiva é que foi inserida a autoavaliação nessas

instituições. Buscando, principalmente, garantir uma visão abrangente do papel dos processos avaliativos, sem dissociá-los da necessária regulação do Estado para fomentar e supervisionar o sistema em seu conjunto, mas também reconhecendo a importância de uma política capaz de refundar a missão pública do sistema de educação brasileiro, respeitando sua diversidade e tornando-o compatível com as exigências de qualidade, relevância social e autonomia. Partindo do princípio de que a educação é um direito e um bem público, entendendo que a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do país.

Com essa visão abrangente da avaliação e em atendimento à Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), que o IFG criou sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo precípuo de discutir, construir e implementar o Projeto de Avaliação Institucional envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Atualmente a CPA é composta por sete membros titulares, dos quais cinco foram eleitos em 2014 e nomeados por ato do Reitor por meio da Portaria IFG nº 2235, de 1º de dezembro de 2014. Os outros dois, que são representantes da sociedade civil organizada, foram indicados pelo Conselho Superior. Nesta representação é garantida a presença de servidores docentes e técnicos administrativos, dos discentes e de membros da sociedade civil organizada.

A fim de monitorar e avaliar o desempenho do IFG, a metodologia da CPA pressupõe a aplicação de questionários a diversos públicos de interesse: (comunidade externa; discente ensino superior; discente Pós Graduação; discente EAD; docente; gestor; técnico-administrativo), sendo que para cada público é empregado um instrumento de avaliação distinto.

Pautado pelas dimensões de análise prevista no SINAES, a CPA/IFG trabalha com indicadores vinculados aos seguintes aspectos:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

2. A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Esta seção apresenta os aspectos que caracterizam a missão institucional do IFG, bem como aqueles que projetam seu desenvolvimento futuro.

2.1. PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

A gestão de uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica como o IFG deve pautar-se pela busca constante da qualidade social da educação, tendo como perspectiva concorrer para a construção de uma sociedade solidária, inclusiva e justa. Para tanto, deve ter como princípios norteadores da atuação institucional a crescente ampliação da sua função social, a participação democrática efetiva dos seus segmentos internos e a conquista da autonomia institucional. Neste sentido, o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que tem sua vigência no período de 2012 a 2016, e que encontra-se em fase de revisão, orientar-se pelos seguintes princípios:

1. Defesa de um sistema de educação profissional, científica e tecnológica sólido, diversificado, pautado pela busca da qualidade social, atendido os requisitos de infraestrutura e recursos humanos;
2. Implantação e implementação de currículos e de atividades institucionais orientados para a formação educacional *omnilateral*, ou seja, verdadeiramente integral dos estudantes, em todos os níveis e modalidades de ensino;
3. Promoção de políticas institucionais orientadas pela busca de uma sociedade não-discriminatória, igualitária e justa, de modo a valorizar a diversidade étnico-racial e cultural, e a promover a igualdade de condições aos portadores de necessidades educacionais específicas, a igualdade de gênero e a livre orientação sexual;
4. Garantia da gratuidade e do caráter público em todos os níveis do ensino, da pesquisa e da extensão;

5. Promoção de políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, dentro de uma concepção de indissociabilidade, de modo a atender às demandas da sociedade e a assegurar níveis crescentes de identidade acadêmica e de autonomia da Instituição;

6. Atuação no desenvolvimento regional/local, privilegiando o atendimento às demandas sociais, a inclusão social e a proteção ambiental, bem como com atenção à promoção dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;

7. Respeito e defesa à diversidade ideológica, política e cultural no IFG, bem como dos diferentes perfis de atuação nele presentes;

8. Promoção da racionalidade e transparência administrativa, bem como da colegialidade, participação e democratização dos processos, ações e políticas institucionais, do orçamento à gestão cotidiana da Instituição;

9. Promoção do modelo de gestão que seja capaz de compatibilizar o atendimento aos princípios, objetivos e diretrizes institucionais e a descentralização administrativa, mediado pelo diálogo permanente entre as diversas instâncias institucionais e pela avaliação periódica.

Os objetivos institucionais explicitam a função social da Instituição e identificam as prioridades que devem nortear a sua atuação. Esses objetivos também orientam o planejamento, de modo a concorrer para unificar as ações dos diversos câmpus e as instâncias acadêmicas e administrativas da Instituição.

O IFG tem os seguintes objetivos:

1. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

2. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, prioritariamente com elevação do nível de escolaridade, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

3. Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

4. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e

finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;

5. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

6. Ministrando, em nível de educação superior, cursos:

- a. Superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b. De licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;
- c. De bacharelado, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d. De pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e. De pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

7. Promover a aproximação e integração efetiva com a sociedade por meio do fortalecimento de ações de comunicação interna e externa direcionadas, capazes de integrar os diversos serviços e públicos, a fim de estimular a participação efetiva da comunidade na vida acadêmica do IFG e repartir com ela o conhecimento produzido e as informações que fortaleçam efetivamente o compromisso institucional com a melhora da qualidade de vida da comunidade.

As metas institucionais estabelecem as referências cronológicas e as dimensões quantitativas que a instituição almeja alcançar no âmbito de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual encontra-se em fase de revisão. O IFG estabeleceu as seguintes metas institucionais globais, para o período

de abrangência deste PDI (2012 - 2016):

1. Alcance da meta intermediária de 70% de eficácia da Instituição até o ano de 2013;
2. Alcance da relação de 20 estudantes, regularmente matriculados nos cursos presenciais, por professor;
3. Manutenção de pelo menos 50% das vagas para o ensino técnico de nível médio prioritariamente integrado ao ensino médio em cada câmpus;
4. Adequação da oferta de vagas à exigência legal de 20% para cursos de licenciatura, contemplando todos os câmpus;
5. Ampliação da oferta de cursos do PROEJA, com implementação em todos os departamentos dos câmpus da Instituição até o primeiro semestre do ano letivo de 2013;
6. Implementação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional;
7. Implementação de programa de melhoria da educação básica, por meio de articulação interinstitucional com o poder público estadual e municipal, com o desenvolvimento de pelo menos um projeto por departamento de áreas acadêmicas presentes nos câmpus da Instituição a partir do ano letivo de 2012 e ampliação gradativa do número de projetos, de acordo com a avaliação e demanda;
8. Implantação da modalidade de Educação a Distância de forma complementar na graduação, com no máximo 20% da carga horária total dos cursos presenciais reconhecidos pelo MEC e na pós-graduação como atividade da Instituição;
9. Consolidação da política de acesso assentada em ações afirmativas, com destinação de 50% das vagas para estudantes oriundos da Rede Pública de ensino para os cursos técnicos e superiores e adoção do ENEM de forma progressiva para acesso aos cursos superiores;
10. Consolidação da política de priorização do acesso aos cursos de licenciatura para os professores da rede pública de ensino, com destinação de 50% das vagas a este público;

11. Criação e desenvolvimento de pelo menos um núcleo de estudo e pesquisa por departamento até o ano 2013 e sua ampliação gradativa em conformidade com demandas, infraestrutura física e capacitação de recursos humanos no período de vigência deste PDI;

12. Implementação de pelo menos um projeto de ação social que tenha relação com ensino, pesquisa e/ou extensão em cada câmpus;

13. Implantação e consolidação de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na Reitoria do Instituto Federal de Goiás, tendo em vista a integração da Instituição no Sistema Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica;

14. Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão articulando os câmpus da Instituição, bem como de programas estabelecidos com outras instituições nacionais e internacionais, durante a vigência deste PDI;

15. Criação dos seguintes programas institucionais: de promoção da igualdade étnico-racial, de criação de condições adequadas aos portadores de necessidades educacionais específicas, de plena igualdade nas relações de gênero e de proteção à livre manifestação de orientação sexual;

16. Criação de política de comunicação institucional que envolva aspectos como concepção, princípios e estrutura organizacional (recursos humanos e materiais, interações e sistemáticas burocrático-administrativas, etc.), ordenados a partir da condição *multicampi* da Instituição, capaz de assegurar o desenvolvimento de um processo de comunicação que seja sistêmico, proativo e estratégico em relação à sua função social e aos objetivos macroinstitucionais do IFG;

17. Criação e efetivação de política institucional de promoção da alimentação saudável, de modo a promover a saúde do corpo discente e dos servidores, contribuindo para a formação de práticas alimentares saudáveis por meio de ações que ressaltem: educação alimentar e nutricional; oferta de informações acerca de alimentos de baixo custo e alto valor nutricional; segurança sanitária dos alimentos/refeições; necessidades nutricionais; e alimentação como estratégia de promoção da saúde;

18. Implementação de processos de avaliação anual e final do PDI, como parte integrante da avaliação institucional;

19. Adesão, a partir de 2010, ao SIMEC, SISTec e sistemas de registro de

preços do MEC e a outros programas de interesse coletivo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

20. Adesão ao Sistema SIGA-EPT.

Em 2006, por meio do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criada a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas, hoje Câmpus Inhumas. Nessa primeira fase da expansão da rede deu-se a implantação de mais câmpus, dois no segundo semestre de 2008 (Itumbiara e Uruaçu) e três no primeiro semestre de 2010 (Anápolis, Formosa e Luziânia). Com a implantação das unidades de ensino, a população dessas cidades passou a ter acesso aos cursos técnicos e superiores voltados para uma proposta de educação que viabiliza o crescimento da área tecnológica, o que possibilita a elevação da escolaridade e qualificação dos profissionais da região.

Com a continuidade do processo de expansão da rede que visava “uma escola técnica em cada cidade polo do país”, foram implantadas mais 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica, atingindo 354 unidades instaladas em todo Brasil, naquela fase da expansão. Em 2012, o IFG implantou os câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. E, nos anos de 2013 e 2014 consolidou-se a implantação dos câmpus Goiânia Oeste, em Goiânia e nas cidades de Senador Canedo, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso.

Os Institutos Federais prestam serviço à nação ao qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizam pesquisas e desenvolvem novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo e a sociedade em geral. A meta do IFG é continuar mantendo a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade para os jovens e os trabalhadores do Estado numa atuação pautada nas experiências advindas da história tanto da Escola Técnica Federal de Goiás quanto do CEFET-Goiás. Nesta perspectiva, há um trabalho diuturno de verificação das finalidades, das características, dos princípios e dos objetivos da Instituição e sua articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como a articulação desses com o contexto socioeconômico regional e com a realidade da prática vivenciada pela Instituição.

Além da articulação com os documentos citados é importante ter como referências o Regimento Geral e o Estatuto da Instituição.

Em relação à Dimensão 1 – A Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – compete à CPA identificar a convergência do Plano de Desenvolvimento Institucional, proposto pelo conjunto da comunidade acadêmica, com as políticas implementadas pelo governo federal e pelas instâncias de gestão institucional visando implantar e melhorar os processos educativos públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, cultural, técnico e tecnológico.

Com vista a atender as orientações anteriormente citadas pontuam-se as deliberações do Conselho Superior (CONSUP) do IFG. A Figura 1 apresenta as resoluções do referido Conselho que atende aos propósitos da presente Dimensão, no período 2013/2014.

Figura 1 – Resoluções do CONSUP 2013 e 2014

RESOLUÇÃO CONSUP 2013
Autoriza Funcionamento de Curso
Nº 32, de 3 de dezembro - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Câmpus Formosa. Nº 31, de 3 de dezembro - Engenharia de Transportes - Câmpus Goiânia. Nº 30, de 3 de dezembro - Engenharia Civil da Mobilidade - Câmpus Anápolis. Nº 20, de 16 de setembro - Bacharelado em Ciência e Tecnologia de alimentos - Câmpus Inhumas. Nº 19, de 16 de setembro - Licenciatura em Dança - Câmpus Aparecida de Goiânia. Nº 18, de 16 de setembro - Licenciatura em Ciências Sociais - Câmpus Formosa.
RESOLUÇÃO CONSUP 2014
Autoriza Funcionamento de Curso
Nº 51, de 06 de outubro - Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema - Câmpus Uruaçu. Nº 49, de 06 de outubro - Licenciatura em Pedagogia - Câmpus Goiânia Oeste. Nº 47, de 06 de outubro - Licenciatura em Matemática - Câmpus Valparaíso. Nº 46, de 06 de outubro - Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação - Câmpus Itumbiara. Nº 45, de 06 de outubro - Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - Câmpus Goiânia. Nº 44, de 06 de outubro - Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa - Câmpus Goiânia. Nº 43, de 06 de outubro - Bacharelado em Cinema e Vídeo - Câmpus Cidade de Goiás. Nº 42, de 06 de outubro - Licenciatura em Artes Visuais - Câmpus Cidade de Goiás. Nº 41, de 06 de outubro - Licenciatura em Pedagogia Bilíngue - Câmpus Aparecida de Goiânia.
Aprova de projetos pedagógicos de curso
Nº 50, de 06 de outubro - Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas -

Câmpus Uruaçu. Nº 48, de 06 de outubro - Licenciatura em Pedagogia - Câmpus Goiânia Oeste.
Resolução CONSUP - Regulamentações – Outros Temas
Nº 57, de 17 de novembro - Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior.
Nº 28, de 11 de agosto - Regulamento relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos de graduação do IFG.
Nº 14, de 02 de junho - Regulamento relativo ao programa de monitoria de ensino do IFG.
Nº 13, de 02 de junho - Regulamento relativo às diretrizes para oferta de cursos de licenciatura no IFG.
Nº 08, de 31 de março - Regulamento relativo aos Critérios e Procedimentos para Desenvolvimento na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFG.

Fonte: www.ifg.edu.br/index.php/regimentoconselho, em 20/08/2015.

2.2. DAS FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

Novos desafios se colocaram para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; como compreender o caráter e a natureza das transformações, identificar o impacto social e profissional nos arranjos produtivos, repensar as modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos oferecidos, buscando estabelecer uma sintonia entre as referidas modalidades os cursos ofertados e as demandas locais e regionais. O IFG procurou, através dos estudos do Observatório do Mundo do Trabalho, sintonizar sua oferta de cursos com as demandas profissionais apresentadas pelas comunidades por meio da análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e pelos empreendimentos que compõem os setores mais fortes da economia goiana, cumprindo o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região de sua abrangência.

O quadro apresentado na Figura 2 apresenta os Macroprocessos finalísticos da Instituição.

Figura 2 - Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Oferta de cursos de Formação de Trabalhadores	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e a atualizar os profissionais, em todos os níveis de	Cursos FIC	Estudantes em todos os níveis de escolaridade que demandam profissionalização	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG

	escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.			
Oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio	Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.	Cursos Técnicos de Nível Médio	Estudantes que concluíram a segunda fase do ensino fundamental	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de ensino superior	Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia.	Cursos Superiores de Bacharelado e Tecnologia	Estudantes que concluíram o ensino médio	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos voltados para a formação de professores	Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional.	Cursos especiais de formação pedagógica e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento	Professores das redes públicas e egressos do ensino médio interessados em atuar como docentes	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de pós-graduação	Cursos de pós-graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica.	Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>	Egressos do ensino superior	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão	Promover, de forma articulada com o ensino, ações de ampliação do conhecimento.	Pesquisas aplicadas e projetos de extensão	Corpo discente e docente do IFG	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p.10.

No desenvolvimento dos Macroprocessos Finalísticos acima descritos, o Relatório de Gestão 2014, as páginas 11 e 12 destacam os seguintes processos:

- **Gestão do Ingresso:** acompanhar os ingressos e monitorar a evasão;

- **Gestão dos Programas de Assistência Estudantil:** desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFG, para garantir a permanência e o êxito do educando;
- **Gestão de Informações Acadêmicas:** implantar um sistema de gestão acadêmica;
- **Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional:** estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos da comunicação do IFG;
- **Gestão Orçamentária e Financeira:** normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução financeira;
- **Gestão de Pessoas:** conceber e implantar um programa que promova a atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- **Elaboração do Planejamento:** avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFG e consolidar uma estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional;
- **Gestão das Políticas de Ensino:** normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

No âmbito dos Macroprocessos Finalísticos, cumpre ainda identificar os principais parceiros externos à unidade jurisdicionada, que apoiaram o IFG em seu desenvolvimento.

O protocolo de intenções assinado pelos reitores do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Federal de Goiás em 2012, que instalou oficialmente o Fórum das Instituições

Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás desenvolveu uma série de ações conjuntas em 2014, inclusive viabilizou o projeto “estude em Goiás”, através do site <http://www.estudeemgoias.com.br/>. Portal virtual Estude em Goiás.

Ainda, foram realizadas/mantidas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Agência Goiana Prisional (Presídio Feminino de Luziânia), Embrapa, FNDE, Programa Ciências sem Fronteiras (convênio com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação), Super Estágios LTDA/ME, Agência Brasileira de Estudantes LTDA, Fórum de Reitores das Instituições Públicas Federais, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, *Consejo de Educación Técnico Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay*, *Northern Virginia Community College (NOVA)*, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH* entre outros.

3. A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO

Para atender ao que esta proposto nesta dimensão foram abordados os indicadores acadêmicos e seus aspectos projetados no ensino, na pesquisa e na extensão.

3.1. POLÍTICA PARA O ENSINO

3.1.1. Indicadores de gestão dos Institutos Federais

Os indicadores apresentados, a seguir, tiveram como base de dados as informações constantes nos Relatórios de Gestão 2013 e 2014. A Figura 3 apresenta um resumo dos indicadores acadêmicos.

Figura 3 - Resumo dos Indicadores Acadêmicos

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	EXERCÍCIO	
		2013	2014
1	Relação Candidato/Vaga	5,65	6,41
2	Relação Ingressos/Aluno	38,21	28,33
3	Relação Concluintes/Aluno	13,07	11,41
4	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	44,55	45,80
5	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	24,07	40,53
6	Relação de Estudantes/Docentes em Tempo Integral	13,65	12,49

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 182 e 2014, p. 101.

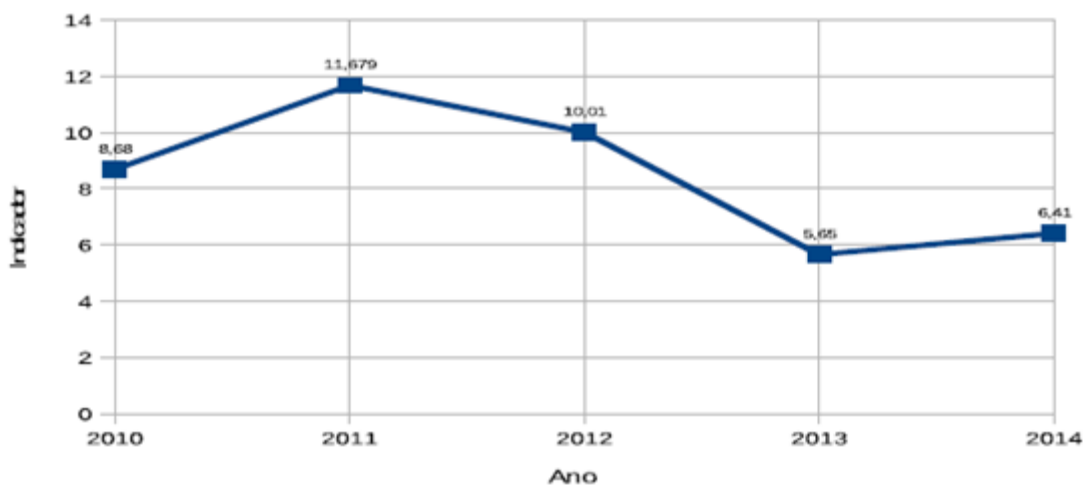
- **Indicador 1 – Relação Candidato por Vaga**

O indicador Relação Candidato x Vaga para o IFG é apresentada na Figura 4 e calculada através da seguinte equação básica:

$$\text{relação candidato / vaga} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de inscrições}}{\sum n^{\circ} \text{ de vagas ofertadas}}$$

A Figura 4 mostra que no ano de 2013 a relação candidato por vaga alcançou 5,65 e no ano de 2014 o valor foi de 6,41. O processo seletivo para ocupação das vagas nos cursos superiores compreende 80% por processo seletivo próprio e 20% por meio do SiSU.

Figura 4 - Relação Candidato por Vaga



Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 101.

A Figura 5 apresenta o indicador candidato por vaga conforme a modalidade, no ano de 2014.

Figura 5 - Candidato por Vaga por modalidade em 2014

CÂMPUS	TOTAL
Bacharelado e Tecnologia	16,23
Licenciatura	6,84
Técnico Integrado	4,36
Técnico Subsequente	2,92
Técnico Integrado – EJA	2,18
FIC	1,08
Pós-Graduação	1,49

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p.102.

A Figura 6 mostra a Relação de Candidatos por Vaga nos câmpus do IFG nos anos de 2013 e 2014.

Figura 6 - Relação Candidatos por Vaga nos câmpus do IFG nos anos 2013 e 2014

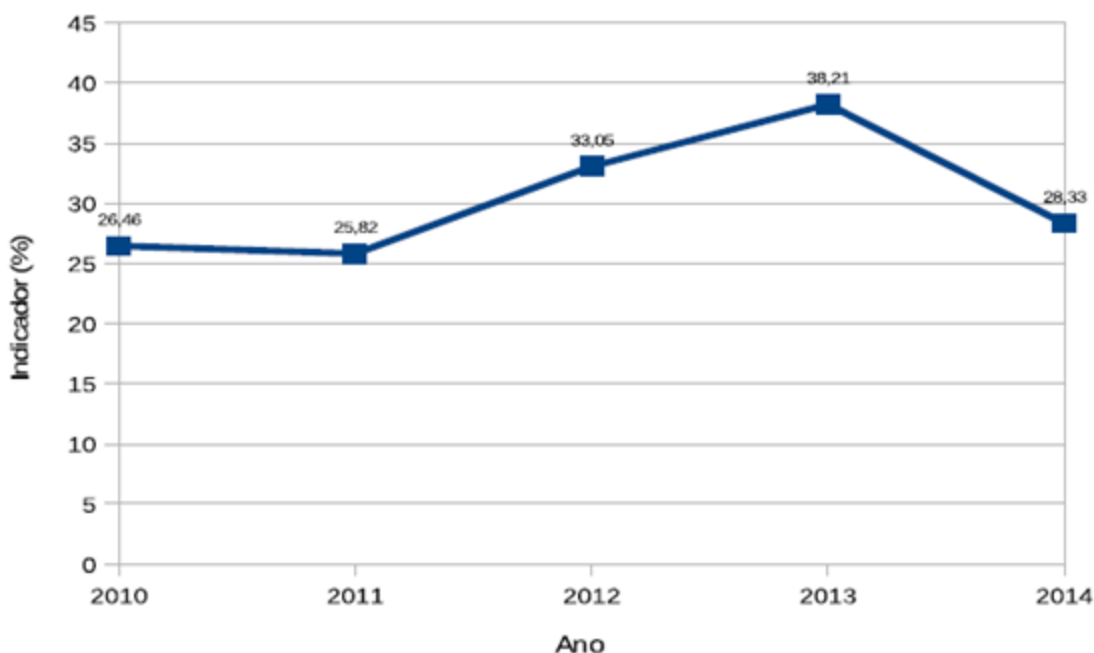
CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS/ EXERCÍCIO		CANDIDATOS	VAGAS OFERTADAS	INDICADOR (%)
Águas Lindas de Goiás	2013	-	-	-
	2014	392	90	4,36
Anápolis	2013	4.155	770	5,4
	2014	1.542	290	5,32
Aparecida de Goiânia	2013	1.885	1.110	1,7
	2014	1.422	260	5,47
Cidade de Goiás	2013	398	320	1,24
	2014	195	90	2,17
Formosa	2013	4.124	440	9,37
	2014	2.148	240	8,95
Goiânia	2013	23.136	2.430	9,52
	2014	13.260	1.215	10,91
Goiânia Oeste	2013	-	-	-
	2014	292	90	3,24
Inhumas	2013	1.022	614	1,66
	2014	419	150	2,79
Itumbiara	2013	1.415	485	2,92
	2014	1.267	240	5,28
Jataí	2013	2.178	410	5,31
	2014	1.662	350	4,75
Luziânia	2013	1.720	490	3,51
	2014	1.284	385	3,34
Senador Canedo	2013	-	-	-
	2014	369	300	1,23
Uruaçu	2013	2.074	385	5,39
	2014	1.258	270	4,66
Valparaíso de Goiás	2013	-	-	-
	2014	123	30	4,10

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 152 e 153.

- **Indicador 2 – Relação Ingressos por Aluno**

Este indicador permite que se calcule a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas atendidas no período, conforme Figura 7.

Figura 7 - Relação Ingressos por Aluno



Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 103.

Para o cálculo é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas pela primeira vez na situação ativa no período (considerando as inclusões de cada mês de ocorrência do período). Já no denominador deve ser considerado o total de matrículas em curso considerando o último mês de ocorrência consolidado, tomando como referência a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos status do aluno no período considerado, conforme a equação básica:

$$\text{relação ingressos / aluno} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos no ano em análise}}{\sum n^{\circ} \text{ de alunos matriculados}} \times 100$$

O percentual de ocupação de estudantes conforme as diferentes modalidades para os anos 2013 e 2014 são apresentados na Figura 8.

Figura 8 - Percentual de Ocupação segundo o tipo de Modalidade nos anos 2013 e 2014

MODALIDADE	2013 (extração dos dados em 03/02/2014)			2014 (extração dos dados em 06/03/2015)		
	VAGAS	INGRESSANTES	% DE OCUPAÇÃO	VAGAS	INGRESSANTES	% DE OCUPAÇÃO
FIC	859	747	86,96	575	436	75,83
Pós-Graduação	0	0	0%	125	95	76,00
Bacharelado, Licenciaturas e Técnicos Presenciais	2940	2763	93,98	3300	2934	88,91

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 104.

A Relação de Ingressos por Aluno nos anos de 2013 e 2014 por câmpus é apresentada na Figura 9.

Figura 9 - Relação Ingressos por Aluno nos anos 2013 e 2014

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS/ EXERCÍCIO		INGRESSOS	MATRÍCULAS	INDICADOR (%)
Águas Lindas de Goiás	2013	-	-	-
	2014	71	86	82,56
Anápolis	2013	682	1.442	47,30
	2014	275	970	28,35
Aparecida de Goiânia	2013	943	1.096	86,04
	2014	223	540	41,30
Cidade de Goiás	2013	248	320	77,50
	2014	97	209	46,41
Formosa	2013	391	1.109	35,26
	2014	283	852	33,22
Goiânia	2013	2.264	6.895	32,84
	2014	1.434	5.399	26,56
Goiânia Oeste	2013	-	-	-
	2014	89	89	100
Inhumas	2013	470	1.716	27,39
	2014	114	770	14,81
Itumbiara	2013	341	1.139	29,94
	2014	120	865	13,87
Jataí	2013	383	1.502	25,50

	2014	287	1.359	21,12
Luziânia	2013	627	1.400	44,79
	2014	283	1.016	27,85
Senador Canedo	2013	-	-	-
	2014	226	253	89,33
Uruaçu	2013	362	940	38,51
	2014	224	816	27,45
Valparaíso de Goiás	2013	-	-	-
	2014	28	28	100
TOTAL IFG	2013	6.708	17.556	38,21
	2014	3.754	13.252	28,33

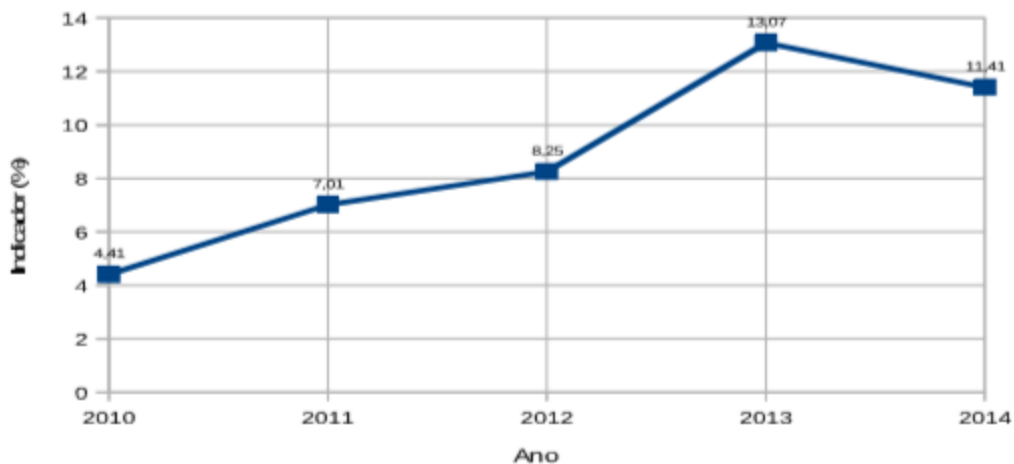
Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 154 e 155.

• Indicador 3 – Relação Concluintes por Estudantes

Este indicador, apresentado na Figura 10, permite que se calcule a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “CONCLUÍDA/ INTEGRALIZAR FASE ESCOLAR” e o total de matriculados no mesmo período. Seu cálculo é feito através da equação básica:

$$\text{relação concluintes / alunos} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos no ano em análise}}{\sum n^{\circ} \text{ de alunos matriculados}} \times 100$$

Figura 10 - Relação Concluintes por Estudantes



Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 104.

A Relação de Concluintes por Aluno nos anos de 2013 e 2014 por câmpus é apresentada na Figura 11.

Figura 11 - Relação de Concluintes por Aluno nos anos 2013 e 2014

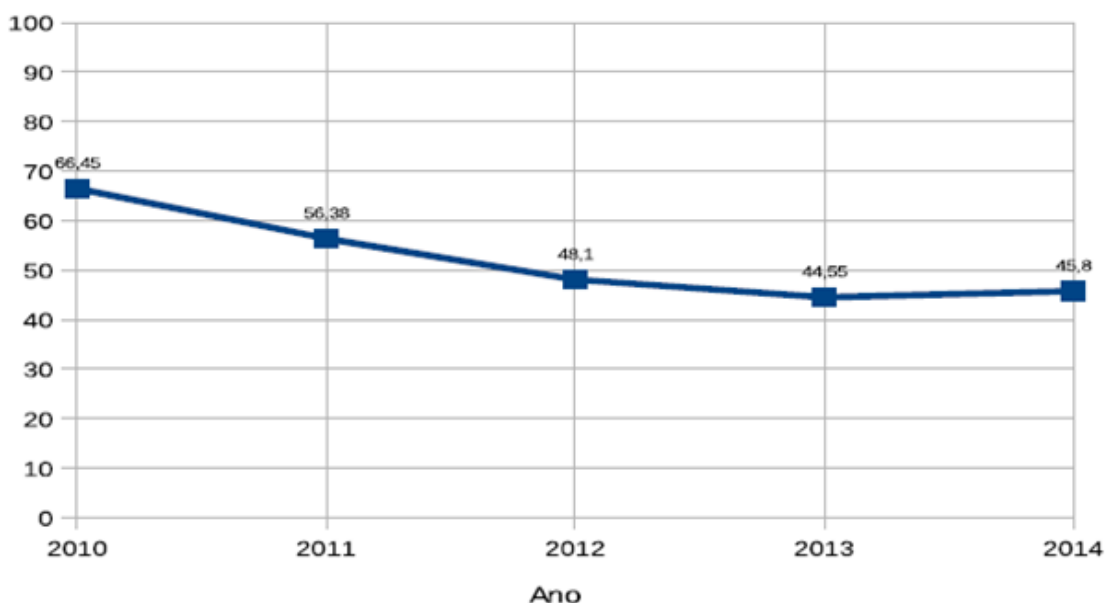
CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS/ EXERCÍCIO		CONCLUINTES	MATRÍCULAS	INDICADOR (%)
Águas Lindas de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	86	0
Anápolis	2013	84	1.400	7,71
	2014	86	970	8,87
Aparecida de Goiânia	2013	152	1.096	13,87
	2014	50	540	9,26
Cidade de Goiás	2013	31	320	9,69
	2014	31	209	14,83
Formosa	2013	104	1.121	9,28
	2014	45	852	5,28
Goiânia	2013	1.011	6.852	14,66
	2014	642	5.399	11,89
Goiânia Oeste	2013	-	-	-
	2014	0	89	0
Inhumas	2013	131	1.716	7,63
	2014	171	770	22,21
Itumbiara	2013	176	1.139	15,45
	2014	87	865	10,06
Jataí	2013	155	1.502	10,32
	2014	224	1.359	16,48
Luziânia	2013	108	1.319	0,91
	2014	42	1.016	4,31
Senador Canedo	2013	-	-	-
	2014	0	253	0
Uruaçu	2013	127	940	13,51
	2014	134	816	16,42
Valparaíso de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	28	0
TOTAL IFG	2013	2.295	17.556	13,07
	2014	1.512	13.252	11,41

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 156 e 157.

• Indicador 4 – Índice de Eficiência Acadêmica

Este índice apresenta o percentual de conclusão dos estudantes (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise, Figura 12.

Figura 12 - Índice de Eficiência Acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente



Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 106.

Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista para o ano de 2014. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

Na equação básica o numerador é composto pelo total de concluintes (situação final igual a concluído e integralizado) em 2014 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2012. No denominador “Estudantes com Situação Final” representa a situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”, “INTEGRALIZADOS” e “TRANSFERIDOS EXTERNOS”.

$$\text{índice de eficiência acadêmica} = \frac{\sum \text{n}^\circ \text{ de concluintes ocorridos no ano em análise (dentro de ciclo com término no ano em análise)}}{\sum \text{n}^\circ \text{ de alunos com situação final}} \times 100$$

O Índice de Eficiência Acadêmica nos anos de 2013 e 2014 por câmpus é apresentada na Figura 13.

Figura 13 - Índice de Eficiência Acadêmica nos anos 2013 e 2014

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS/ EXERCÍCIO		CONCLUINTES	ESTUDANTES COM SITUAÇÃO FINAL	INDICADOR (%)
Águas Lindas de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	4	0
Anápolis	2013	194	450	43,11
	2014	86	261	32,95
Aparecida de Goiânia	2013	152	228	66,67
	2014	50	106	47,17
Cidade de Goiás	2013	31	78	39,74
	2014	31	78	39,74
Formosa	2013	210	433	48,50
	2014	45	125	36,00
Goiânia	2013	1.011	1.840	54,95
	2014	642	1.681	38,19
Goiânia Oeste	2013	-	-	-
	2014	0	27	0
Inhumas	2013	131	581	22,55
	2014	171	352	48,58
Itumbiara	2013	176	360	48,89
	2014	87	248	35,08
Jataí	2013	155	441	35,15
	2014	224	497	45,07
Luziânia	2013	108	472	22,28
	2014	42	109	38,53
Senador Canedo	2013	-	-	-
	2014	0	0	0
Uruaçu	2013	127	269	47,21
	2014	134	243	55,14
Valparaíso de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	0	0
TOTAL IFG	2013	2.295	5.152	44,55
	2014	1.512	3.731	40,53

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 158 e 159.

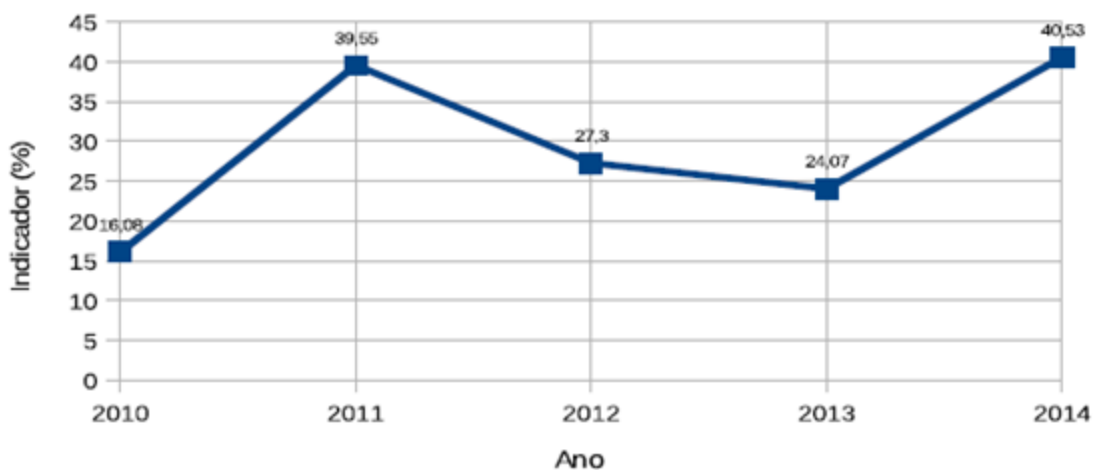
- **Indicador 5 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar**

Este indicador, Figura 14, representa as matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior a data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O critério para a realização do cálculo deste indicador 5, para o ano de 2014 selecionou todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre janeiro e dezembro de 2014. O numerador da equação básica representa o total de matrículas em situação “EM CURSO” e o denominador todas aquelas registradas nos ciclos de matrícula considerados. Para o levantamento dos dados para o cálculo deste Indicador (Retenção) os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2014.

$$\text{índice de retenção escolar} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ total de retidos}}{\sum n^{\circ} \text{ total de matriculados}}$$

Figura 14 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar



Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 107.

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar nos anos 2013 e 2014 por câmpus é apresentada na Figura 15.

Figura 15 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar nos anos 2013 e 2014

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS/ EXERCÍCIO		RETENÇÃO	MATRÍCULAS	INDICADOR (%)
Águas Lindas de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	86	0
Anápolis	2013	229	1.439	15,91
	2014	328	970	33,81
Aparecida de Goiânia	2013	0	1.096	0
	2014	86	540	16,48
Cidade de Goiás	2013	0	320	0
	2014	5	209	2,39
Formosa	2013	219	1.109	19,75
	2014	227	852	26,64
Goiânia	2013	2.129	6.895	30,88
	2014	2.090	5.399	38,71
Goiânia Oeste	2013	-	-	-
	2014	0	89	0
Inhumas	2013	584	1.716	34,03
	2014	342	770	44,42
Itumbiara	2013	267	1.139	23,44
	2014	380	865	43,93
Jataí	2013	367	1.502	24,43
	2014	423	1.359	31,13
Luziânia	2013	259	1.400	18,50
	2014	426	1.016	41,93
Senador Canedo	2013	-	-	-
	2014	0	253	0
Uruaçu	2013	172	940	118,30
	2014	157	816	19,24
Valparaíso de Goiás	2013	-	-	-
	2014	0	28	0
TOTAL IFG	2013	4.226	17.556	24,07
	2014	4.467	13.252	33,71

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 160 e 161.

• **Indicador 6 – Relação Estudantes/Docentes em tempo Integral**

Este indicador é calculado considerando o total de matriculados dividido pelo número de docentes, considerando os pesos referentes ao diferentes regimes de trabalho. O docente de regime D.E. (Dedicação Exclusiva) e o de 40 h possuem peso unitário enquanto o docente de 20 h possui peso de 0,5. As informações sobre o total de docentes e seus respectivos regimes de trabalho foram extraídas do sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). A equação básica é a seguinte:

$$\text{relação alunos / docentes em tempo integral} = \frac{\sum \text{nº total de matriculados}}{\sum ((\text{docentes 20h} \times 0,5) + \text{docentes 40h} + \text{docentes DE})}$$

A Figura 16 mostra a relação estudantes por docentes em tempo integral para os anos de 2013 e 2014, por câmpus.

Figura 16 - Relação Estudantes por Docentes em Tempo Integral

CÁLCULO INDICADOR							
CÂMPUS / EXERCÍCIO		MATRÍCULAS	DOCENTES				INDICADOR
			20 h	40 h	DE	TOTAL	
Anápolis	2013	1086	7	12	67	82,5	13,16
	2014	970	15	7	62	84	12,68
Aparecida de Goiânia	2013	543	2	6	55	62	8,76
	2014	540	2	12	56	70	7,83
Cidade de Goiás	2013	181	1	4	18	22,5	8,04
	2014	209	1	3	30	34	6,24
Formosa	2013	995	0	9	55	64	15,55
	2014	852	2	10	58	70	12,35
Goiânia	2013	5276	8	72	261	337	15,66
	2014	5399	12	71	296	379	14,47
Inhumas	2013	1148	1	15	65	80,5	14,26
	2014	770	5	11	58	74	10,77
Itumbiara	2013	1005	2	7	62	70	14,36
	2014	865	4	3	62	69	12,91

Jataí	2013	1264	3	16	76	93,5	13,52
	2014	1359	1	13	79	93	14,69
Luziânia	2013	1064	0	10	54	64	16,63
	2014	1016	1	4	61	66	15,51
Uruaçu	2013	764	1	14	51	65,5	11,66
	2014	816	4	10	52	66	12,75
Águas Lindas	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	86	1	0	12	13	6,88
Goiânia Oeste	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	89	1	0	13	14	6,59
Valparaíso	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	28	0	0	6	6	4,67
Senador Canedo	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	253	0	2	10	12	21,08
Reitoria	2013	-	1	3	31	34,5	-
	2014	-	0	2	33	35	-
TOTAL IFG	2013	13326	26	168	795	976	13,65
	2014	13252	49	148	888	1085	12,49

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p 190 e 2014, p. 151.

O número de estudantes por câmpus nos anos 2013 e 2014 é mostrado na Figura 17.

Figura 17 - Número de estudantes por câmpus

CÂMPUS	ANO	ESTUDANTES POR CÂMPUS
Anápolis	2013	250
	2014	256
Aparecida de Goiânia	2013	109
	2014	131
Cidade de Goiás	2013	-
	2014	-
Formosa	2013	202
	2014	261
Goiânia	2013	2946
	2014	2809
Inhumas	2013	270
	2014	226
Itumbiara	2013	334
	2014	354
Jataí	2013	250
	2014	254

Luziânia	2013	289
	2014	266
Senador Canedo	2013	-
	2014	-
Uruaçu	2013	220
	2014	271
Valparaíso	2013	-
	2014	-
Águas Lindas	2013	-
	2014	-
Goiânia Oeste	2013	-
	2014	49

Fonte: Visão IFG 2015.

Os cursos superiores ofertados pelo IFG são mostrados na Figura 18 e estão ordenados por câmpus.

Figura 18 - Cursos Superiores ofertados pelo IFG por câmpus

CÂMPUS	ANO	CURSOS SUPERIORES
Anápolis	2013/ 2014	Bacharelado em Turismo Licenciatura em História Licenciatura em Música Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo Superior de Tecnologia em Hotelaria Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico
Aparecida de Goiânia	2013/2014	Bacharelado em Engenharia Civil Licenciatura em Dança
Cidade de Goiás	2013/2014	-
Formosa	2013/2014	Bacharelado em Engenharia Civil Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Ciências Sociais Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Goiânia	2013/2014	Bacharelado em Turismo Bacharelado em Engenharia Ambiental Bacharelado em Química Bacharelado em Engenharia Civil Bacharelado em Engenharia de Transporte Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia Elétrica Bacharelado em Engenharia Mecânica Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática Licenciatura em História Licenciatura em Música Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo Superior de Tecnologia em Hotelaria

		Superior de Tecnologia em Planejamento Turístico Superior de Tecnologia em Processos Químicos Superior de Tecnologia em Química Agroindustrial Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental Superior de Tecnologia em Agrimensura Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres Superior de Tecnologia em Estradas Superior de Tecnologia em Geoprocessamento Superior de Tecnologia em Transporte Terrestre Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos Superior de Tecnologia em Manutenção Eletromecânica Industrial Superior de Tecnologia em Redes de Comunicação Superior de Tecnologia em Redes de Telecomunicações
Goiânia Oeste	2013/2014	Licenciatura em Pedagogia
Inhumas	2013/2014	Bacharelado em Ciências da Tecnologia e Alimentos Bacharelado em Informática Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Química
Itumbiara	2013/2014	Bacharelado em Engenharia Elétrica Licenciatura em Química
Jataí	2013/2014	Bacharelado em Engenharia Civil Bacharelado em Engenharia Elétrica Licenciatura em Física Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação
Luziânia	2013/2014	Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Química Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Senador Canedo	2013/2014	-
Uruaçu	2013/2014	Bacharelado em Engenharia Civil Licenciatura em Química Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Valparaíso	2013/2014	-
Águas Lindas	2013/2014	-

Fonte: Visão IFG, 2015.

A Figura 19 traz informações sobre o Custo Aluno/Mês nos anos 2013 e 2014.

Figura 19 - Informações sobre Custo Aluno/Mês para os anos 2013 e 2014

Produtos/Serviços	Custo Unitário Mensal Médio		Variação % Custo Unitário Ano
	2014	2013	

Custo Aluno/Mês	R\$ 1.199,49	R\$ 1.011,07	18,63%
-----------------	--------------	--------------	--------

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 45.

3.2. POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Para atender ao que esta proposto neste subitem foram abordados os seguintes aspectos:

- Auxílio para Participação em Eventos Científicos e Cursos;
- Divulgação/Publicação/Realização de Trabalhos Científicos;
- Bolsa de Iniciação Científica;
- Realização de Atividades Complementares (eventos, palestras, etc.).

3.2.1. Qualificação dos servidores do IFG

A qualificação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos do Instituto Federal de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada câmpus. A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação, inclusive buscando parcerias para a oferta de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER).

Também é realizado o acompanhamento das atividades dos programas interinstitucionais de Pós-Graduação *stricto sensu*. Para tal, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação faz o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação em diferentes instituições.

O quantitativo de servidores do IFG atendidos pelos programas de qualificação, bem como o auxílio advindo de fomento externo estão elencados na Figura 20 e detalhados nos subitens seguintes.

Figura 20 - Quantitativo de Servidores atendidos em Programas de Qualificação em 2013 e 2014

PROGRAMA		Nº SERVIDORES CONTEMPLADOS		
		2013	2014	FONTE
Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)		53	53	Relatório de Gestão 2013, p. 157. Relatório de Atividades PROPPG 2014, p. 37.
Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa do IFG (ProAPP/IFG)		20	37	Relatório de Gestão 2013, p. 157 e 2014, p. 111.
Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG)		33	51	Relatório de Gestão 2013, p. 153. Relatório de Atividades PROPPG 2014, p. 14.
Projetos de Pesquisa com Fomento Externo	FAPEG	13	2	Relatório de Atividades PROPPG 2013, p. 45 e 46 e 2014, p. 51.
	CNPq	12	11	Relatório de Atividades PROPPG 2013, p. 45 e 46 e 2014, p. 51.

Fonte: Relatório de Gestão 2013 e 2014 e Relatório de Atividades PROPPG 2013 e 2014.

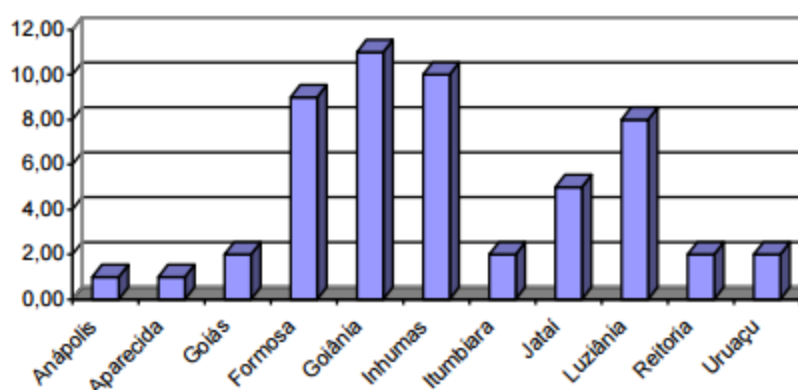
a. Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG) tem como objetivo promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Em 2013, foi concedido auxílio financeiro para participação em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior a 53 servidores da Instituição, totalizando um investimento no valor de R\$ 144.881,59. Em 2014, foram atendidos 53 servidores com a utilização de R\$ 127.340,59.

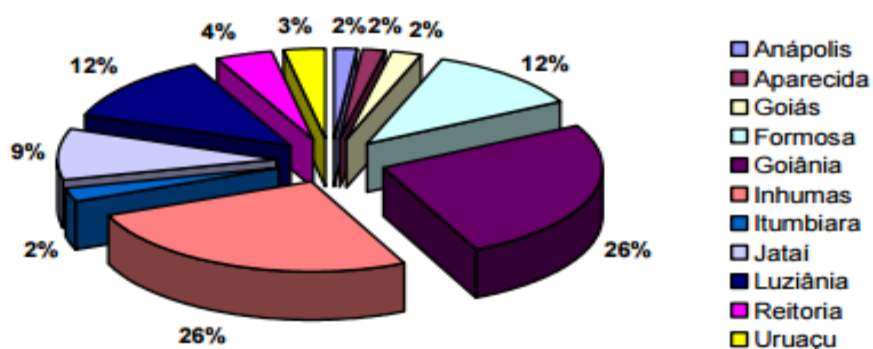
As Figuras 21 e 22 apresentam respectivamente a quantidade de servidores do IFG atendidos pelo PIPECT/IFG e o comparativo dos auxílios financeiros concedidos pelo Programa por câmpus no ano de 2013.

Figura 21 - Quantidade de servidores atendidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2013



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2013, p. 29.

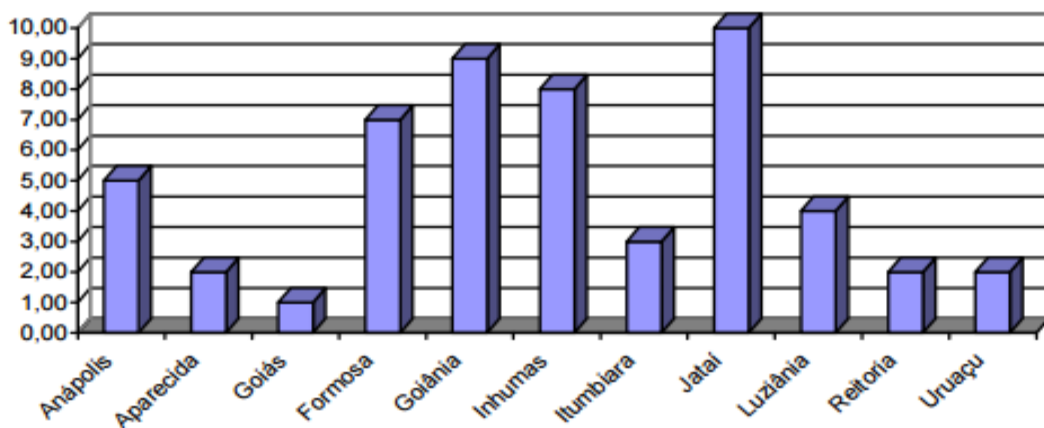
Figura 22 - Comparativo dos auxílios financeiros concedidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2013



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2013, p. 29.

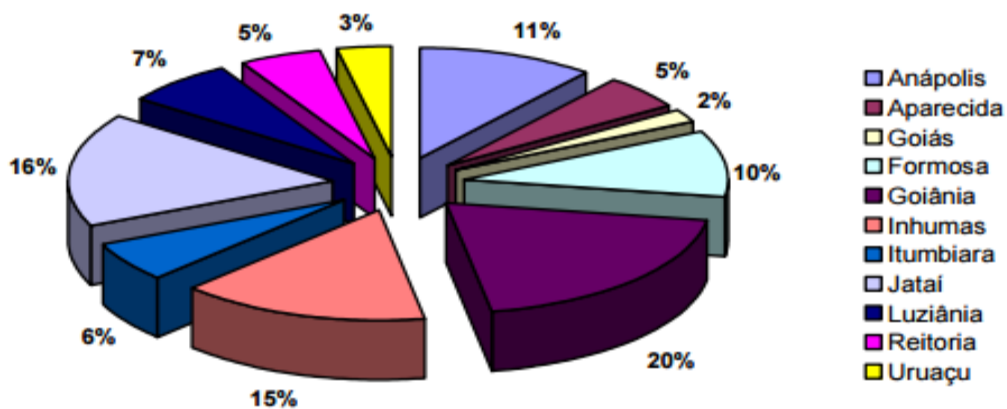
De modo análogo, as Figuras 23 e 24 apresentam as mesmas informações, porém para o ano 2014.

Figura 23 - Quantidade de servidores atendidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2014



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2014, p. 37.

Figura 24 - Comparativo dos auxílios financeiros concedidos pelo PIPECT/IFG por câmpus em 2014



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2014, p. 37.

b. Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG)

O Programa de Apoio à Produtividade à Pesquisa (ProAPP-IFG) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à produtividade em pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada. Além disso, o ProAPP tem como meta possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

Em 2013, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) lançou edital para seleção de propostas, disponibilizando 20 bolsas (de 12 meses) para projetos de pesquisa das diversas áreas de conhecimento, no valor de R\$ 600,00. Em 2014 a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação publicou edital para seleção de propostas a serem financiadas com recursos oriundos do ProAPP/PROPPG/IFG. Este Edital previa a disponibilização de R\$ 400.000,00 para fomentar projetos de pesquisa em até R\$ 20.000,00, a serem liberados em duas parcelas (uma em 2014 e outra em 2015).

A Figura 25 apresenta o número de bolsas e o valor investido pelo Programa ProAPP na Instituição no ano de 2014, e a Figura 26 mostra o valor concedido pelo referido Programa por câmpus.

Figura 25 - Número de bolsas e valor investido pelo Programa ProAPP/IFG

MÊS	VALOR (R\$)	Nº DE BOLSAS
Janeiro	10.800,00	18
Fevereiro	10.200,00	17
Março	10.200,00	17
Abril	10.200,00	17
Maio	9.600,00	16
Junho	9.600,00	16
Julho	9.600,00	16
Total	70.200,00	117

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 111.

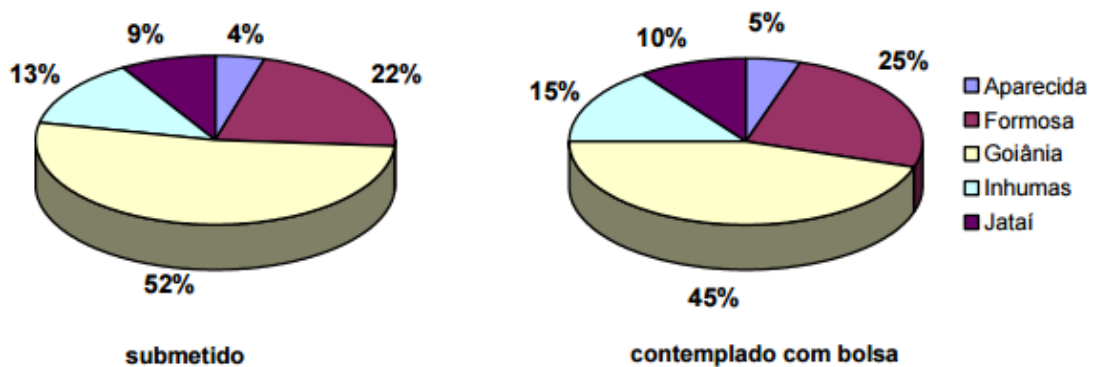
Figura 26 - Valor concedido pelo Programa ProAPP/IFG por câmpus

CÂMPUS	Nº DE PROJETOS	VALOR (R\$)
Anápolis	2	32.180,82
Aparecida de Goiânia	2	35.478,00
Formosa	5	32.225,52
Goiânia	7	95.434,00
Inhumas	10	110.817,77
Itumbiara	1	14.400,00
Luziânia	8	100.645,20
Senador Canedo	1	2.068,00
Reitoria	1	805,00
Total	37	424.054,31

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 112.

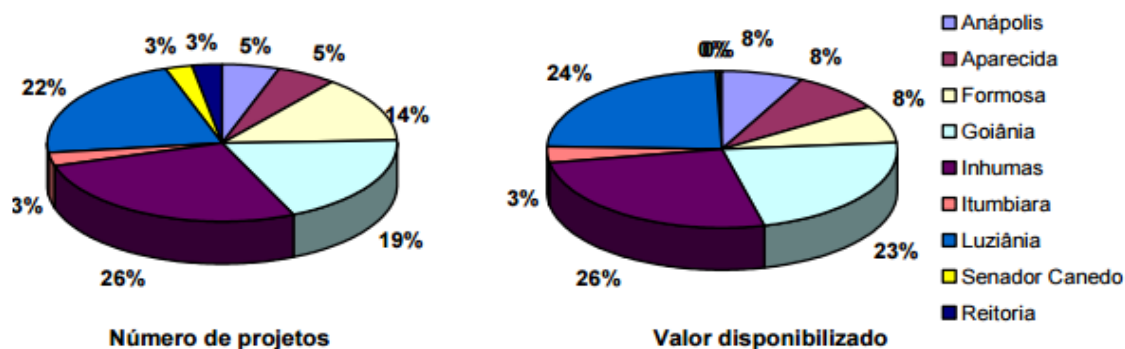
A porcentagem de Projetos ProAPP submetidos, bem como os contemplados com bolsa nos anos 2013 e 2014 são apresentados nas Figuras 27 e 28, respectivamente.

Figura 27 - Porcentagem de Projetos ProAPP contemplados com fomento no ano de 2013 por câmpus



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2013, p. 35.

Figura 28 - Porcentagem de Projetos ProAPP contemplados com fomento no ano de 2014 por câmpus



Fonte: Relatório de Atividades da PROPPG 2014, p. 41.

c. Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG)

O Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG) tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação stricto sensu dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

Para atender a essa demanda a Instituição investiu, em 2013, um montante total de R\$ 299.700,00 contemplando 15 servidores.

d. Projetos de Pesquisa com fomento externo

Professores dos diversos câmpus do Instituto Federal de Goiás tiveram seus projetos aprovados para financiamento pelas instituições de fomento à pesquisa e pós-graduação CNPq e FAPEG, Figura 29.

Figura 29 – Quantitativo de projetos de pesquisa concedidos à servidores do IFG através de fomentos da FAPEG e CNPq em 2013 e 2014

	ANO	EDITAL	CÂMPUS	TOTAL
FAPEG	2013	005/2012	Goiânia	5
		005/2012	Inhumas	1
		005/2012	Itumbiara	2

		005/2012	Luziânia	1
		005/2012	Uruaçu	1
		006/2012	Goiânia	1
		012/2012	Goiânia	1
		014/2012	Reitoria	1
	2014	007/2014	Goiânia	1
		007/2014	Goiânia	1
CNPq	2013	014/2012	Goiânia	1
		018/2012	Jataí	1
		080/2013	Goiânia	1
		094/2013	Goiânia	4
		094/2013	Luziânia	3
		094/2013	Anápolis	1
		094/2013	Inhumas	1
	2014	017/2014	Goiânia	1
		017/2014	Goiânia	1
		017/2014	Inhumas	1
		017/2014	Formosa	1
		017/2014	Uruaçu	1
		017/2014	Reitoria	1
		017/2014	Goiânia	1
		017/2014	Aparecida de Goiânia	1
		017/2014	Goiânia	1
		015/2014	Itumbiara	1
		041/2014	Luziânia	1

Fonte: Relatório de Atividades PROPPG 2013, p. 45 e 46 e 2014 p. 51.

3.2.2. O Centro de Inovação Tecnológica (CITE)

O Centro de Inovação Tecnológica (Cite) do Instituto Federal de Goiás é o setor responsável por gerir a política de inovação e propriedade intelectual da Instituição. O Cite, implantado em novembro de 2010, é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFG.

As Figuras 30 e 31 apresentam as ações desenvolvidas para os anos 2013 e 2014, respectivamente.

Figura 30 – Ações implementadas pelo Centro de Inovação Tecnológica do IFG em 2013

AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO CITE EM 2013	
Aprovação do Regulamento do Cite	Aprovado pelo Conselho Superior em 02/12/2013, Resolução nº 35, de 03 de dezembro de 2013.
Execução do Projeto FAPEG	Execução do projeto "Ampliação da atuação do Centro de Inovação Tecnológica baseada em consultorias e sistema de gestão para inovação", com fomento da FAPEG.
Registro de ativos intangíveis	Depósito de patente e registro de marca.
Redesign e registro da marca do Cite	Redesign da marca do Cite, para que pudesse ter uma aplicação melhor e seguir um padrão visual iniciado pela marca da Editora IFG.
Realização do café empresarial	Evento organizado pelo Cite em parceria com as Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão de cada câmpus. Dos 10 câmpus em funcionamento no IFG, 8 realizaram o Café Empresarial.
Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	O Instituto Federal de Goiás participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, de 21 a 27 de outubro de 2013, em Brasília.
Participação do IFG no Edital nº 94/2013 do CNPq	O Edital nº 94/2013 destinou-se a pesquisadores dos Institutos Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais para concessão de apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (ou entidades parceiras). Professores de quatro câmpus do Instituto Federal de Goiás tiveram seus projetos aprovados para financiamento pelo CNPq, totalizando 9 projetos.
Capacitação da comunidade do IFG	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do curso "Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia". - Palestras e oficinas sobre propriedade intelectual e inovação. - Oficinas sobre busca em bases de patentes para estudantes de nível técnico e superior. - Mínicurso "Inovação e Patentes". - Participação em mesa-redonda sobre Propriedade Intelectual no "III Encontro de Propriedade Intelectual na Graduação da UFG".
Atendimento à comunidade interna / externa	Realizaram-se buscas de anterioridade em bases de patentes para estudantes e professores, mediante solicitação, e atendimento a inventores independentes.
Capacitação da Equipe do Cite	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em cursos e eventos sobre inovação e propriedade intelectual - Participação no Curso Geral de Propriedade Intelectual (DL-101PBR), na modalidade de EAD, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em cursos e eventos de curta duração para bolsistas com formação em direito. - Participação do II SENITIF – Seminário Nacional de Inovação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação.
--	---

Fonte: Relatório Gestão 2013, p. 158 e 159.

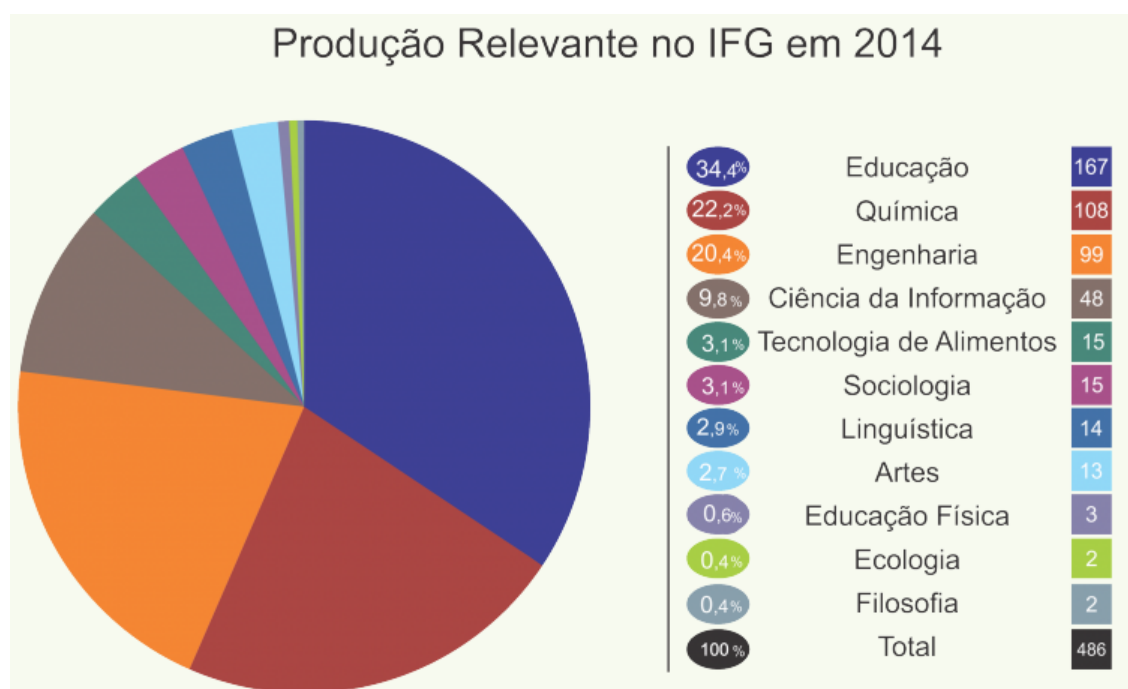
Figura 31 – Ações implementadas pelo Centro de Inovação Tecnológica do IFG em 2014

AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO CITE EM 2014	
Execução do Projeto FAPEG	Aprovado pela Chamada Pública nº14/2012 da FAPEG, foi desenvolvido majoritariamente no ano de 2014.
Desenvolvimento e planejamento estratégico	Por meio da consultoria com a <i>Speed-e</i> , o Cite realizou seu planejamento estratégico em 2014.
Proteção da Propriedade Intelectual	Em 2014, o Cite realizou a proteção dos ativos tecnológicos de propriedade do IFG.
Registro de ativos intangíveis	Dados a respeito dos ativos tecnológicos de propriedade IFG.
Criação da Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação	Por meio da Portaria Nº 938, de 04 de junho de 2014, foi constituída a Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação (CAPII).
Oferta do curso "Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia"	Em 2014, ofertou duas edições do curso "Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia".
Visita aos câmpus do IFG	No ano de 2014, servidores visitaram os câmpus do IFG para apresentar os trabalhos desenvolvidos no CITE e os programas e ações da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Aprovação de Projeto na Chamada CNPq-SETEC/MEC Nº 17/2014	Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica foi publicada em 25/08/2014.
Atendimento à comunidade interna/externa	O Cite realizou atendimento tanto à comunidade interna (estudantes/professores) como à externa (empresários/inventores independentes).
Capacitação da comunidade do IFG	O Cite ministrou palestras e oficinas sobre propriedade intelectual e inovação para estudantes e servidores do IFG.
Mapeamento dos Núcleos e Projetos de Pesquisa	O Cite desenvolveu metodologia para o mapeamento da produção dos pesquisadores cadastrados nos Núcleos de pesquisa do IFG.
Parceria com a Incubadora 3D e Produção de Projeto para Evento	O Cite auxiliou na elaboração do Edital seleção de 6 empresas a serem preincubadas na Incubadora 3D.

Fonte: Relatório de Atividades PROPPG 2014, p 52 a 58.

O Centro de Inovação Tecnológica apresenta em sua página no sítio da Instituição a produção acadêmica dos Núcleos de Pesquisa do IFG em 2014, na Figura 32.

Figura 32 – Estatística da produção acadêmica do IFG em 2014



Fonte: <http://cite.ifg.edu.br/index.php/producao-ifg-2014>, em 16/10/2015.

3.3. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Em 2013 houve a realização de uma pesquisa com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação que avaliou os itens elencados na Figura 33.

Figura 33 - Levantamento sobre o conhecimento dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente em relação à atuação docente, aos documentos institucionais e o apoio às ações de pesquisa

TÓPICOS AVALIADOS		
Atuação docente (segundo opinião dos discentes)	DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS (SEGUNDO OPINIÃO DOS DISCENTES)	AÇÕES DE PESQUISA (SEGUNDO OPINIÃO DOS DOCENTES)
Apresentação do Plano de Ensino	Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	Incentivo à iniciação e produção científica
Planejamento de aulas	Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	Divulgação de trabalhos científicos
Domínio do conteúdo	Divulgação do Regulamento do TCC	Condições para orientação de trabalho de conclusão de curso ou pesquisa
Disponibilidade para atendimento	Realização de atividades complementares	Auxílio para a participação em eventos científicos
Clareza	Facilidade de realização de estágio	Viabilização de projetos
Metodologias de ensino	Realização de visitas técnicas	Condições para orientação de trabalho de conclusão de curso ou pesquisa
Avaliação da aprendizagem	Atuação da monitoria	Auxílio para a participação em eventos científicos
Relação professor/aluno	Expectativas do aluno referentes ao curso	
Orientação de TCC		
Estágio supervisionado		
Atuação dos docentes nas disciplinas		

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 35

Sobre a atuação dos docentes nas disciplinas tanto técnicas quanto as do núcleo comum, a pesquisa aponta para o fato de que os discentes se mostraram muito satisfeitos, exceto no aspecto *desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado*, que a maioria desconhece (36,41%) ou considera adequado (28,1%).

Quanto à extensão na perspectiva dos docentes (viabilização de projetos), a maioria (43,06%) considera adequada.

Quanto à avaliação, pesquisa, na perspectiva dos docentes a maioria considera adequada, exceto no aspecto *condições para orientação de trabalhos de conclusão de curso ou pesquisa*, em que a maioria (30,53%) considera pouco adequado, adequado (28,42%) ou inadequado (23,16%).

3.3.1. Atividades consolidadas do Departamento de Ações Sociais

O Departamento de Ações sociais é uma instância vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, cujas atividades compreendem a implementação, execução, avaliação das seguintes Ações de Extensão, Figura 34:

Figura 34 - Ações de Extensão

ACÇÕES	FINALIDADE	MODALIDADES DE AUXÍLIOS FINANCEIROS (VALOR)	CÁLCULO
Assistência Estudantil	Propiciar condições de acesso, permanência e êxito dos discentes referente ao desenvolvimento das distintas atividades acadêmicas e o desenvolvimento biopsicossocial.	Alimentação (R\$120,00)	Calculada com base no número de matrículas e o IDH do município.
		Transporte (R\$120,00)	Calculada com base no número de matrículas e o IDH do município.
		Permanência (R\$120,00)	Calculada com base no número de matrículas e o IDH do município.
Programa, Projetos e Cursos de Extensão no âmbito do IFG	Encontro de Culturas Negras Festival de Artes Jogos do IFG SIMPEEX SECITEC Mulheres Mil PROEXT PRONATEC Rede CERTIFIC Proeja FIC Mais Cultura	-	-
Programa de governo: Mulheres Mil; Bolsa Formação/Pronatec	Política Pública afirmativa, de inclusão social e de equidade social.	Bolsa Formação no valor mensal igual a R\$ 150,00	-

Fonte: www.ig.edu.br/extesao/index.php/extensao-programas e Relatório de Gestão 2013, p.164 a 167

3.3.2. Estágio

A proposição e condução das políticas de estágio, no âmbito do IFG estão a cargo da Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas da Pró-Reitoria de Extensão, que deve estabelecer diretrizes visando ao início da relação do estudante com o mundo do trabalho.

A Figura 35 mostra o quantitativo de estágio por modalidade nos anos 2013 e 2014.

Figura 35 - Atividades de Estágio

MODALIDADE	2013	2014
Interna	203	208
Externa	1296	-
Total	1499	208

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 170 e 2014, p. 69.

3.3.3. Atividades de extensão no IFG em forma de evento

O IFG promove, todos os anos, eventos que envolvem tanto atividades acadêmicas extraclasse, realizadas em cada câmpus, até eventos em âmbito institucional, englobando simultaneamente todos os câmpus.

A Figura 36 apresenta as atividades que são oferecidas ao público em geral e também aquelas que são específicas para os servidores da Instituição. Elas se encontram detalhadas nos subitens seguintes.

Figura 36 - Atividades de Extensão no IFG no formato de eventos

ATIVIDADES DE EXTENSÃO/EVENTOS DO IFG	
ÂMBITO PÚBLICO	XI Festival de Artes de Goiás
	Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX)
	3º Jogos dos Institutos Federais – JIF-GO
	Semana de Educação, Ciência e tecnologia (SECITEC)
PARA SERVIDORES	Seminário Aposentadoria do Servidor Público
	II Seminário Interinstitucional para Servidores das IFES

a. Festival de Artes de Goiás

O Festival de Artes é realizado anualmente pelo IFG na Cidade de Goiás, revisitando as origens da cultura goiana, pretendendo estreitar as conversas, os diálogos entre arte, filosofia e experiências estéticas das mais diferentes linguagens.

O evento conta com exposições de arte, espetáculos de teatro e música, conferências e palestras de educação, filosofia e artes, oficinas e show.

b. Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX)

O Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Goiás (SIMPEEX) visa promover e fortalecer, nos planos teórico-prático, metodológico e institucional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

É um evento institucional anual, gratuito e aberto a toda comunidade, que agrega seminários, encontros, mostras, minicursos, conferências, bem como atividades integradas que contemplam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. O SIMPEEX busca também se constituir em um espaço de diálogo entre o IFG e sociedade e, nesta relação, evidenciar a função social da Instituição.

c. 3º Jogos dos Institutos Federais – JIF-GO

Os Jogos dos Institutos Federais – JIF-GO são eventos de natureza Institucional realizados visando resgatar e valorizar o esporte como manifestação cultural da humanidade, devendo ser realizado anualmente pelo IFG propiciando momentos singulares. A prática esportiva é geradora aos seus praticantes ou envolvidos, cuja natureza favorece ao processo educativo por meio de valores que estão esquecidos ou adormecidos no ser humano, hodiernamente, como o respeito, a solidariedade e a cooperação.

d. Semana de Educação, Ciência e Tecnologia (SECITEC)

A SECITEC é um evento institucional realizado anualmente, de forma simultânea, em todos os câmpus do Instituto Federal de Goiás, tendo como objetivo a

promoção e a integração do Instituto Federal de Goiás com a sociedade, estimulando a interação e a troca de experiências entre as unidades de ensino do IFG, estudantes, egressos, servidores, setor empresarial, comunidade científica e o público em geral, de modo a divulgar, fortalecer e incentivar a realização de ações institucionais de caráter social, tecnológico, artístico, cultural e esportivo que contribuam para o desenvolvimento regional de modo sustentável.

e. Seminário de Aposentadoria do Servidor Público

Evento realizado com objetivo de preparar os servidores do Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano) que estão próximos de se aposentar e abrir espaço para reflexão dos dilemas que envolvem a transição da vida profissional ativa para a aposentadoria. Em 2013 cerca de 150 servidores das três instituições participaram do evento.

f. II Seminário Interinstitucional para Servidores das IFES

Evento interinstitucional que visa estimular o desenvolvimento socioprofissional, promover a integração entre os servidores das três instituições federais de ensino superior em Goiás, Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano), e discutir assuntos de interesse deles.

O Seminário realizado em 2013 foi uma promoção conjunta das IFs e teve por tema central “Trabalho e Qualidade de Vida”, contando com a participação de 300 servidores.

3.3.4. Projetos e Cursos de Extensão no Âmbito do IFG

As Ações de Extensão compreendem um conjunto de ações de caráter educativo, científico, tecnológico, filosófico e cultural, cujo objetivo principal é o estabelecimento da integração do IFG com as instituições sociais. No ano de 2013 estas ações foram desenvolvidas a partir da proposição de Projeto, Cursos de

Extensão e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme o quadro abaixo. Constituem-se como ações propostas e executadas por professores do IFG dos distintos câmpus.

A Figura 37 apresenta os projetos e cursos de extensão que foram oferecidos nos diversos câmpus do IFG em 2013.

Figura 37 - Projetos e Cursos de Extensão oferecidos pelo IFG no ano de 2013

PROJETO/CURSOS DE EXTENSÃO	CARGA-HORÁRIA	CÂMPUS
Noções Básicas de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais - Português	80 horas	Inhumas
Curso básico de eletricista/instalador predial	60 horas	Itumbiara
Leitura dramática e construção cênica	64 horas	Anápolis
HTML e CSS Básico	60 horas	Anápolis
Musicalização por meio da prática de canto coral	60 horas	Anápolis
Cinema e violência: considerações sobre o cinema nacional – aspirinas, urubus e história	60 horas	Anápolis
Entreter e aprender: um trabalho de aperfeiçoamento das habilidades de leitura e escrita a partir de textos literários	40 horas	Formosa
Mendigos do Amor – Música no câmpus	264 horas	Formosa
Cinema com pipoca	18 horas	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 165.

O Edital 048/2013 para Concessão de Bolsas para Estudantes de Graduação e Servidores visando ao Desenvolvimento de Projetos de Extensão, que contemplava 10 bolsas tanto para professores/servidores como para estudantes teve 28 projetos inscritos, com a aprovação de 23 deles.

Os dez projetos contemplados com as bolsas estão listados na Figura 38. Outros seis projetos que foram aprovados no edital citado, porém sem direito à bolsa de extensão estão listados na Figura 39.

Figura 38 - Projetos de Extensão aprovados com concessão de bolsa de extensão

PROJETO/CURSOS DE EXTENSÃO	CARGA-HORÁRIA	CÂMPUS	PERÍODO
Coral do IFG de Aparecida de Goiânia	60 horas	Aparecida de Goiânia	Agosto a Dezembro
Educação em Primeiros Socorros para comunidades rurais de Formosa	320 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
Contribuição da implantação de hortas suspensas com garrafas pet em uma comunidade carente no município de Formosa	100 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
Circula Anápolis – circuito de cultura Anapolina no IFG	100 horas	Anápolis	Agosto a Dezembro
Oficinas de Direitos Humanos e Mobilização Social	100 horas	Jataí	Agosto a Dezembro
Elaboração de cartilhas sobre Educação Ambiental voltada para estudantes do ensino básico a fim de conscientizar e formar multiplicadores de informações	100 horas	Luziânia	Agosto a Dezembro
Eletricista/instalador predial módulo básico	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
Características, manutenção e operação de geradores de energia elétrica	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
Desenvolvimento sustentável: vamos economizar energia elétrica?	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
A importância da ludicidade no ensino de matemática na educação infantil	300 horas	Goiânia	Agosto a Dezembro

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 165 e 166.

Figura 39 - Projetos de Extensão aprovados e executados sem concessão de bolsa de extensão

PROJETO/CURSOS DE EXTENSÃO	CARGA-HORÁRIA	CÂMPUS	PERÍODO
Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão: novos olhares, novos horizontes	300 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
Atividade com qualidade	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
Dança de rua: arte, inclusão social e cidadania	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
Lógica de programação intuitiva para iniciantes	60 horas	Inhumas	Agosto a Dezembro
Mendigos do amor – música no câmpus	264 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
GIPLÉ – Grupo Interdisciplinar de Letramentos: oficina de leitura e produção de gêneros jornalísticos	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 166.

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apresentam-se, nesta seção indicadores que atendem o que esta posto na dimensão 3 do SINAES.

4.1. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

A Instituição aderiu ao Programa Esplanada Sustentável (PES) que tem como objetivo adotar um modelo de gestão voltado a implementação de ações visando ao uso racional de recursos naturais.

A Figura 40 mostra a variação comparativa de 2013 em relação a 2012. Estas apontam para um crescimento no consumo de água e energia elétrica que, em grande parte, pode ser justificado pela implantação de novos câmpus e consolidação da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Figura 40 - Variação de despesas com papel, água e energia elétrica

VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	
Tipo de Despesa	2013/2012
Papel	-7,33
Água	23,48
Energia Elétrica	28,55
Valor gasto total	17,62

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 112.

A Figura 41 apresenta o Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, em 2013, incluídas as informações sobre o tipo de programa, resultados obtidos com a adesão e quantidades e valores despendidos com o consumo.

Figura 41 - Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
PROGRAMA ESPLANADA SUSTENTÁVEL	2013			Os objetivos e resultados alcançados com o referido programa no IFG estão relatados logo após a apresentação deste quadro.		
REITORIA e CÂMPUS/ Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
REITORIA				120.067,80	248.438,87	-
Papel (resma)	1.500	14.500		12.750,00	116.250,00	
Água (m3)	1.210	840		22.483,20	17.108,98	
Energia Elétrica (Kwh)	143.252	73.827		84.834,60	115.079,89	
APARECIDA DE GOIÂNIA				106.291,57	50.154,20	-
Papel (resma)	720	86		5.940,00	893,54	
Água (m3)	3.419			18.090,49		
Energia Elétrica (Kwh)	133.119	69.653		82.261,08	49.260,66	
ANÁPOLIS				112.098,72	96.902,51	102.455,59
Papel (resma)	575		7.000	4.743,75		57.750,00
Água (m3)	2.663	2.590	4.320	13.987,05	12.607,06	19.808,00
Energia Elétrica (Kwh)	116.415	137.262	61.290	93.367,92	84.295,45	24.897,59
CIDADE DE GOIÁS				27.414,80	15.164,80	-
Papel (resma)	130	200		975,00	1.560,00	
Água (m3)	530	418		5.464,89	4.071,23	
Energia Elétrica (Kwh)	46.495	18.133		20.974,91	9.533,57	

FORMOSA				90.370,86	112.278,56	64.361,27
Papel	670	800	800	5.773,65	6.751,00	6.240,00
Água	1.074	1.157	370	5.641,69	3.665,33	1.716,21
Energia Elétrica	100.026	104.678	73.140	78.955,52	101.862,23	56.405,06
GOIÂNIA				581.454,36	463.864,93	496.118,85
Papel (resma)	5.000		11.000	42.500,00		105.350,00
Água (m ³)	15.792	12.498	11.708	146.230,62	115.096,09	99.194,09
Energia Elétrica (Kwh)	944.267	810.917	740.402	392.723,74	348.768,84	291.574,76
INHUMAS				134.421,58	121.006,52	93.409,47
Papel (resma)	767	687	582	6.117,60	5.438,20	5.208,90
Água (m ³)	4.766	3.700	4.329	49.703,42	35.829,19	39.767,66
Energia Elétrica (Kwh)	173.455	173.335	112.054	78.600,56	79.739,13	48.432,91
ITUMBIARA				266.845,19	149.107,50	149.379,05
Papel	5.985	20	10.530	49.363,40	457,50	83.753,65
Água	2.190	4.266	3.212	14.223,49	24.946,19	17.752,37
Energia Elétrica	318.313	224.065	107.369	203.258,30	123.703,81	47.873,03
JATAÍ				48.175,09	11.962,50	10.725,00
Papel (resma)	1.800	1.450	1.300	14.850,00	11.962,50	10.725,00
Água (m ³)	1.476			7.719,83		
Energia Elétrica (Kwh)	40.148			25.605,26		
LUZIÂNIA				117.811,22	111.114,64	58.009,53
Papel		1.054	798		8.695,50	6.583,50
Água	4.703	3.540	3.388	53.239,19	51.369,35	24.844,43
Energia Elétrica	154.856	99.673	58.446	64.572,03	51.049,79	26.581,60
URUAÇU				141.161,65	104.604,67	56.726,23
Papel (resma)	902	679	431	7.441,15	5.741,20	4.008,30
Água (m ³)	1.207	2.599	1.757	6.336,97	12.589,52	8.105,66
Energia Elétrica (Kwh)	251.693	172.648	86.315	127.383,53	86.273,95	44.612,27
TOTAL IFG				1.746.112,84	1.484.599,70	1.031.184,99
Papel (resma)	18.049	19.476	32.441	150.454,55	157.749,44	279.619,35
Água (m ³)	39.030	31.608	29.084	343.120,84	277.282,94	211.188,42
Energia Elétrica (Kwh)	2.422.040	1.884.191	1.239.016	1.252.537,45	1.049.567,32	540.377,22
			Total	1.746.112,84	1.484.599,70	1.031.184,99

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 110 e 111.

4.2. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Figura 42 - Aspectos da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS		AVALIAÇÃO	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		x
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
A separação de resíduos que trata o item 02 ocorre apenas nos Câmpus onde a prefeitura municipal possui serviço de coleta seletiva.			

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 84.

4.3. MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

Visando atender o Decreto 5.296/2004, o IFG deu posse para dez servidores atuarem como tradutores/intérpretes nos diversos Câmpus e passou também a contar com estagiários para apoiar os discentes deficientes auditivos. Tal informação se encontra no Relatório de Gestão 2014, página 37.

5. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Na dimensão 4 do SINAES avalia-se o esforço da instituição em estabelecer canais de comunicação com todos os segmentos sociais.

O IFG não realiza despesas com publicidade e propaganda nas modalidades de publicidade institucional, mercadológica ou de utilidade pública, limitando-se apenas a efetuar publicidade legal, que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender às prescrições legais. Os valores empenhados e pagos no ano de 2014 estão listados na Figura 43.

Figura 43 - Despesas com Publicidade

PUBLICIDADE	PROGRAMA/AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES EMPENHADOS	VALORES PAGOS
Institucional			
Legal	12.363.2031.20RL.0052	R\$ 355.999;96	R\$ 275.533,27
Mercadológica			
Utilidade Pública			

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p.55.

5.1. COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do IFG atua de forma Permanente, autônoma e regida por regimento próprio. Constituída por ato do Reitor e representada por seis servidores, sendo três membros titulares e três suplentes, além da secretaria executiva - que é diretamente ligada ao Gabinete do Reitor, à Comissão de Ética compete divulgar o Código Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; orientar e aconselhar o servidor sobre a conduta ética; fornecer à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos os registros sobre a conduta ética dos servidores, para efeito de instrução e fundamentação dos procedimentos próprios da carreira do servidor público; apurar denúncias de comprometimento ético e aplicar a penalidade de censura, quando for o caso; elaborar e revisar, quando necessário, seu Regimento Interno e prestar,

sempre que solicitado, informações à Comissão de Ética Pública da Presidência República.

O contato com a Comissão de Ética, qualquer que seja a sua finalidade, deve ser feito por meio do endereço eletrônico etica@ifg.edu.br ou pelo telefone (62) 3612-2200 ou, ainda, pessoalmente, mediante agendamento prévio. O horário de funcionamento da Secretaria Executiva é de segunda à sexta, das 7h às 13h.

A demanda de processos protocolados na Comissão de Ética nos anos 2013 e 2014 seguem na Figura 44.

Figura 44 - Demanda de Processos na Comissão de Ética do IFG

ANO	DEMANDAS RECEBIDAS	PROCESSOS FINALIZADOS	PROCESSOS EM ANDAMENTO
2013	03	03	-
2014	06	05	01

Fonte: Comissão de Ética, 2015.

5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, tem por objetivo informar quais os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público. A obrigatoriedade da elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. O acesso desse serviço é disponibilizado pela Instituição no link:

<http://ifg.edu.br/images/arquivos/2013/carta%20de%20servicos%20ao%20cidadao%20-%20junho%20de%202013.pdf>

5.3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

O Serviço de informação ao Cidadão foi instituído no IFG no ano de 2012. As informações podem ser solicitadas pessoalmente (na sala do SIC que funciona no prédio da Reitoria), por telefone (62-3612-2222), por e-mail (com envio de mensagem simples

ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br) ou pelo Sistema de Informação e-SIC, no link: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

O SIC informa por meio da página eletrônica da Instituição seu Balanço de Atividades, de onde foram extraídas as informações que se seguem, Figura 45.

Figura 45 - Atendimentos do SIC nos anos 2013 e 2014

ATENDIMENTOS DO SIC		
CONSULTAS	2013	2014
e-mail institucional	308	204
e-SIC / CGU	91	75
Telefone do SIC	849	988
Total	1248	1267

Fonte: Balanço de Atividades SIC

Dentro das consultas que chegaram via Processo Eletrônico do Sistema e-Sic e por e-mail institucional (Controladoria Geral da União – CGU), os assuntos que mais foram solicitados, por ordem de repetição, em 2013, estão listados na Figura 46.

Figura 46 - Assuntos solicitados ao SIC por ordem de repetição

INFORMAÇÕES	SISTEMA E-SIC	E-MAIL INSTITUCIONAL
Sobre pessoal	x	
Sobre concurso, convocação e código de vagas	x	x
Documentos de cursos (Grade, Plano de Ensino, Programa)	x	x
Atribuição de outros órgãos (encaminhadas indevidamente)	x	x
Referentes à PROAD	x	
Processo seletivo para discentes	x	x
Solicitação de dados sobre a Instituição	x	
Sobre cursos	x	x
Sobre o ENEM	x	x
Sobre implantação de câmpus	x	
Sobre matrícula, transferência, diploma e histórico	x	x
Sobre regimento escolar e legislação	x	x
Planejamento interno	x	x

Consulta processo junto à PROEN	x	x
Implantação de câmpus		x

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 147.

5.4. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A atual CPA foi constituída pela Reitoria do IFG por meio da Portaria nº 2.235, de 1º de dezembro de 2014. Tal portaria autoriza que a CPA constitua subcomissões de avaliação nos câmpus do IFG, exceto nos recém-implantados (Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás), com três membros representando os segmentos técnico-administrativos, docentes e discentes da Instituição.

O apoio das Subcomissões de Avaliação se deve à característica *multicampi* do IFG. Elas atuam sob a coordenação geral, acompanhamento e supervisão da CPA, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação de cada câmpus.

A CPA deliberou por compor uma Comissão de Apoio aos Trabalhos da CPA visando colaborar na elaboração do relatório de autoavaliação bianual 2013 e 2014. A referida Comissão é composta por dois servidores efetivos da Instituição, nomeados pela Portaria nº 1.550, de 14 de setembro de 2015, e conta com o auxílio de uma estagiária, findando em 31/12/2015 o prazo para a conclusão desse trabalho.

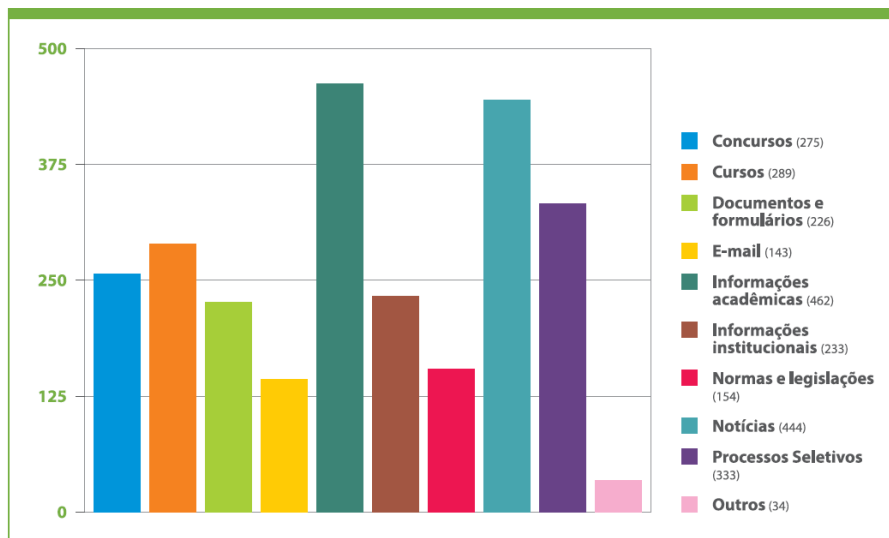
5.5. SITE DO IFG

A Diretoria de Comunicação Social conduziu no ano de 2012 uma pesquisa com a finalidade de avaliar o Portal da Instituição. Para tanto, no período de 25/11/2012 a 13/01/2013 foi disponibilizado um questionário com 17 perguntas sobre conteúdo, estética e funcionalidade do portal para estudantes, professores, técnicos-administrativos e a comunidade externa.

O questionário foi respondido por um total de 942 pessoas, sendo que a maioria dos participantes (487 ou 51,70%) foram de estudantes do Instituto. Em relação ao acesso ao Portal IFG, 265 participantes (28,13%) afirmaram acessá-lo diariamente. Os

três conteúdos mais procurados no portal são Informações Acadêmicas (49,04%), Notícias (47,13%), Vestibulares e processos seletivos (35,35%), conforme a Figura 47.

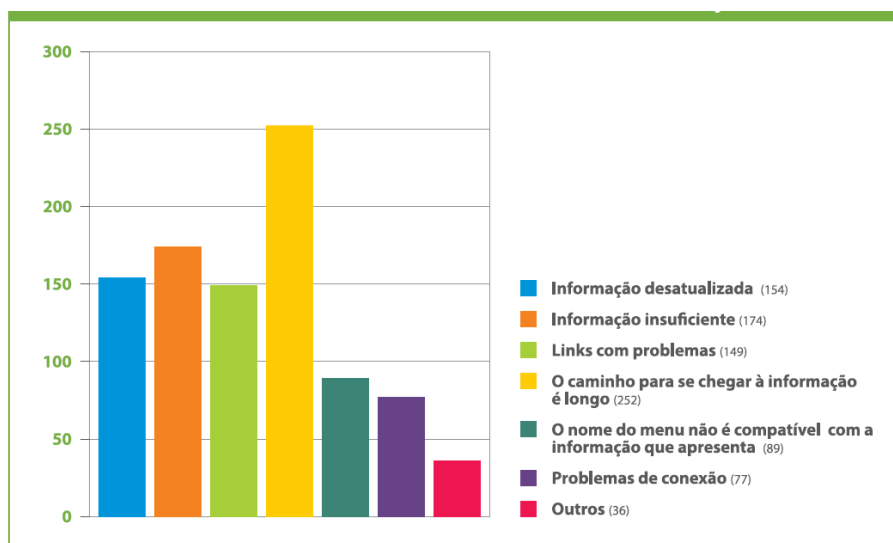
Figura 47 - Conteúdos Acessados no Portal IFG



Fonte: Relatório Preliminar do Projeto de Redesign do Portal IFG, p. 34.

Sobre a facilidade de buscar informações no site, 34,61% responderam que consideram difícil encontrar as informações desejadas no sítio. Aos que responderam negativamente foi questionado sobre quais os principais obstáculos encontrados e para a maioria (26,75%), o maior empecilho é o longo caminho para se chegar a uma informação, seguido por informação insuficiente (18,47%) e informação desatualizada (16,35%). Essas informações estão na Figura 48.

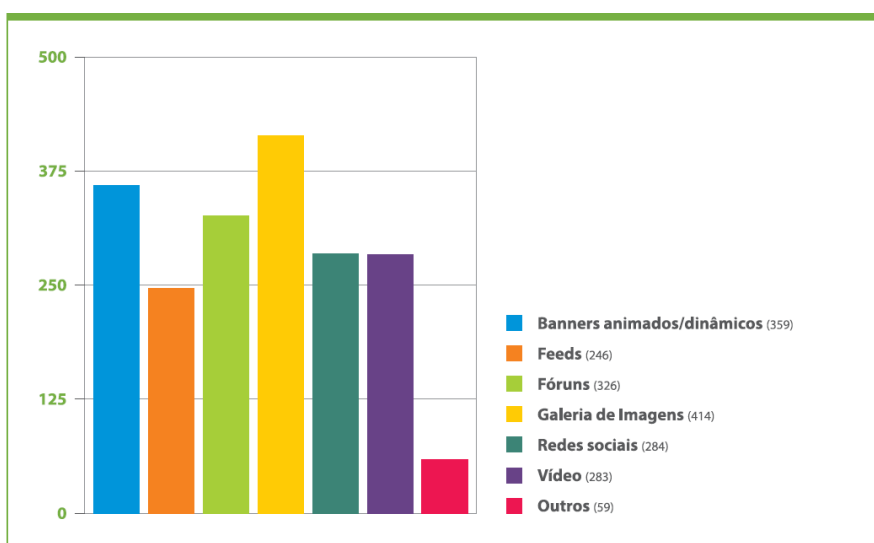
Figura 48 - Obstáculos para se chegar à informação desejada



Fonte: Relatório Preliminar do Projeto de *Redesign* do Portal IFG, p. 34.

Avaliando a relevância das informações disponibilizadas no sítio, a maioria dos participantes as considera importantes, porém, poderiam ser mais esclarecedoras. Sobre as notícias publicadas no Portal IFG, as percepções de sua relevância foram próximas: 34,61% se interessam por elas e 31,42% não se sentem muito interessados por seu conteúdo. Sobre os recursos que poderiam existir no Portal, os mais sugeridos foram Galeria de Imagens (43,95%), Banners animados/dinâmicos (38,11%) e Fóruns (34,61%), apresentados na Figura 49.

Figura 49 - Recursos sugeridos para o Portal IFG



Fonte: Relatório Preliminar do Projeto de *Redesign* do Portal IFG, p. 35.

Atualmente, o *site* do IFG possui ferramentas básicas como *banners* interativos, *buttons*, menus, espaços para notícias, comunicados e downloads, intranet, webmail, gerenciador de buscas e recurso de áudio (rádio IFG). Os sistemas “Moodle” e “Q-acadêmico” são plataformas externas integradas que gerenciam projetos e informações acadêmicas, respectivamente.

5.6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Esse tópico da avaliação é analisado com base nas ações implementadas pela Diretoria de Comunicação Social. De acordo com o Relatório de Gestão 2013/2014 a atuação da Diretoria de Comunicação Social do IFG, denominação atual da Coordenação-Geral de Comunicação Social desde 2014, objetiva consolidar a imagem da Instituição com base em seus valores e papel social.

No ano de 2013, o setor obteve o aprimoramento dos canais de comunicação interna, em especial com a troca da plataforma de e-mail pela Diretoria de Tecnologia da Informação o que, sobremaneira, afetou positivamente a comunicação com os servidores. O estabelecimento dos canais de comunicação tem facilitado a troca de informações internas entre diversos setores da Reitoria e dos câmpus do IFG e a comunidade externa.

A Comunicação Institucional foi fortalecida com o aprimoramento de fluxos, canais e espaços de comunicação entre o IFG e seu público de interesse, possibilitando ampliação da divulgação das informações de interesse público e dos eventos e ações institucionais através das ações na Figura 50.

Figura 50 - Ações da Diretoria de Comunicação Social

AÇÕES DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Imprensa e Jornalismo (2013)	Criação de listas de e-mails de servidores, atualizadas automaticamente, facilitando o envio de comunicados, informações de utilidade pública e de interesse da comunidade, boletim institucional de notícias (IFG Notícias) e resenha de notícias sobre Educação.
	Criação e produção de cartazes e banners digitais (para site e páginas na internet).
	Continuidade do “Projeto de <i>Redesign</i> do Portal IFG”.

	Produção diária de matérias para o site e constituição de um <i>mailing</i> dos diversos veículos de mídia impressa, radiofônica e televisiva de Goiás, além da eletrônica, com o objetivo de reforçar o envio de <i>release</i> de informações.
	Redação de cerca de 500 matérias jornalísticas, de caráter informativo, além de comunicados e das edições diárias do IFG Notícias, boletim enviado por e-mail aos servidores da Instituição.
Relações Públicas e Eventos (2013)	Realização de trabalhos de redação, criação, elaboração, revisão e diagramação de material específico para cada ação, atividade/evento, processo seletivo/vestibular, sobre os câmpus e cursos e de divulgação institucional.
	Realização de atividades de apoio aos eventos institucionais sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e dos câmpus do IFG, envolvendo a realização de cerimonial e outros.
	Realização da campanha “Adote um <i>Squeeze</i> ”, visando à redução da utilização de copos plásticos para água com a criação de cartazes para sua divulgação.
Materiais Gráficos (2013)	Confecção de revista em formato A4 para divulgação sobre as modalidades dos cursos ofertados pela Instituição.
	Elaboração de textos e leiaute para faixas permanentes em lona vinil, banners, cartazes, folhetos, folders, <i>flyers</i> /panfletos e outros com informações relevantes sobre o IFG e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
	Personalização dos ônibus e micro-ônibus do IFG.
	Criação, diagramação, editoração, revisão e impressão de duas cartilhas sobre o tema Estágio, voltadas aos estudantes e às empresas concedentes de postos de estágio para estudantes do IFG.
	Impressão de aproximadamente 5.000 cartazes, 20.000 folders e cartilhas, 3.000 panfletos, 484,71m ² de lona em impressão digital, além de mais de 75 banners digitais e outras mídias digitais.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 144 a 146.

5.7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Governança de TI é de responsabilidade da alta direção e consiste na liderança, processos e estruturas organizacionais que assegurem que a TI sustente as estratégias e objetivos da organização.

Sobre a infraestrutura foram tomadas medidas legais para aquisição de equipamentos para ampliação do datacenter. Essa ampliação permitirá a implantação de novos serviços, tais como: Instalação da plataforma de ensino *Moodle* atualizada, Implantação de um portal e sites, implantação do sistema para bibliotecas, implantação de módulos do SUAP-Sistema Unificado de Administração Pública e outros.

Foi implantado em agosto de 2013 o módulo de abertura e tramitação de processos – SUAP-Protocolo. No mesmo período foi implantado um novo serviço de correio eletrônico, *Microsoft Exchange* e o serviço de autenticação *Active Directory*.

A Figura 51, Relação dos Sistemas e suas funções, apresenta os Sistemas Proprietários, os Sistemas Desenvolvidos pelo IFG e instituições parceiras, *Software Livre* e Sistemas do Governo.

Figura 51 - Relação dos Sistemas e suas funções

SEQ.	SISTEMAS	FUNÇÃO
SISTEMAS PROPRIETÁRIOS		
1	<i>Microsoft Exchange</i>	É uma solução de correio eletrônico que pode ser acessado por um cliente de e-mail como o <i>Microsoft Outlook</i> ou <i>Mozilla Thunderbird</i> ou através de sua versão online <i>Outlook Web App</i> . Sua interface web é acessada através do endereço https://correio.ifg.edu.br .
2	Q-Acadêmico	Sistema de Gestão Acadêmica integrada foi projetado para administrar os mais diversos setores e departamentos das instituições de ensino. Pode controlar os câmpus de forma centralizada, com controles individuais para cada unidade e suas gerências de ensino. O Q-Acadêmico possui também o módulo <i>Web</i> , onde os estudantes podem consultar seu boletim, histórico, horário individual, suas matrizes curriculares, o conteúdo programático das disciplinas, informações como ofertas de estágio, <i>download</i> de materiais de aula disponibilizados pelos professores, solicitar alteração de dados cadastrais, responder questionários, fazer pedido de matrícula, entre outras facilidades.
3	Sophia – Sistema de Biblioteca	Sistema de gestão de bibliotecas.
DESENVOLVIDOS PELO IFG E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
4	Sistema de Concursos e Processos Seletivos	Software desenvolvido para gerenciar os processos seletivos e concursos realizados no IFG.
5	Sistema de Almoarifado e Patrimônio	Este sistema permite realizar lançamentos (cadastros, alteração, entrada, saída, relatórios) dos materiais de consumo e o controle patrimonial do IFG.
6	Visão IFG	<i>Software</i> que possibilita a visualização de relatórios acadêmicos.
7	Programa de Emissão de Certificados do ENEM	<i>Software</i> para emissão de certificados do ENEM.
8	SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública)	Módulo do Sistema SUAP (Sistema Unificado de Gestão Pública), atualmente estão implantados os módulos de Tramitação de Processos e Recursos Humanos.

9	Conferência <i>WEB</i> (RNP)	O Conferência Web é um serviço de comunicação e colaboração que promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes. O serviço possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores.
10	Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) - RNP	A CAFe propicia acesso aos usuários a diferentes serviços da rede utilizando o <i>login</i> e senha da instituição de origem. Benefícios: acesso rápido a inúmeros conteúdos, facilidade de uso, integração da base de dados, integração internacional, intercâmbio de informações, agilidade na pesquisa e na troca de informações, mobilidade e segurança, simplificação do processo de autenticação.
11	Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa (ICPEdu) - RNP	Consiste na implantação de uma estrutura para criação de certificados digitais e chaves de segurança aplicados em autenticação, assinatura digital e sigilo dentro do ambiente das Instituições Federais de Ensino Superior, Unidades de Pesquisa e demais instituições de ensino.
12	EDUROAM (<i>Education Roaming</i>) - RNP	É um serviço de acesso sem fio seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. A iniciativa permite que os estudantes, os pesquisadores e as equipes das instituições participantes obtenham conectividade à internet, através de conexão sem fio (<i>wi-fi</i>), dentro de seus câmpus e em qualquer localidade que ofereça esta facilidade como provedora de serviço.
13	VIDEOAULA@RNP	Sistema integrado para elaboração, armazenamento e disponibilização de vídeo-aulas.
14	<i>Dreamspark</i>	É um programa da Microsoft que oferece <i>software</i> , para <i>download</i> gratuito a estudantes de nível superior. Ele é utilizado para efeitos de aprendizagem, ensino e investigação. O tipo de acesso para o aluno é individual, sendo necessário criar uma conta de aluno. É realizada uma verificação do status de aluno na primeira vez em que é realizada a visita ao <i>DreamSpark</i> e uma vez por ano depois disso.
15	Portal de Periódicos da CAPES	Serviço oferecido pela CAPES que disponibiliza pesquisas e consultas à sua fonte de artigos e dissertações, além de vídeos, mapas e diversos tipos de conteúdos.
16	<i>Softwares Autodesk</i>	A <i>Autodesk</i> disponibiliza para instituições de ensino, licenças dos <i>softwares</i> para utilização em ambientes de ensino. Vários laboratórios do IFG já utilizam <i>softwares</i> da <i>Autodesk</i> por meio desse serviço.
SOFTWARE LIVRE		
17	Joomla	Sistema de Administração de Conteúdos (<i>CMS – Content Manager System</i>) que permite a publicação on-line de informações em sites na Internet ou Intranet.

18	Plataforma Moodle	A Plataforma Moodle (<i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment</i>) é um software livre de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual. Trata-se de uma plataforma e-Learning para gestão de conteúdos formativos.
19	Wordpress	Usado para a criação de sites sob o domínio ifg.edu.br, com a intenção de padronizar todas as páginas institucionais de eventos do IFG.
20	Ferramenta de Pesquisa LimeSurvey	Serviço utilizado para aplicação de questionários e pesquisas online.
21	GLPI – Service Desk	Sistema para gerenciar chamados para atendimentos relacionados a serviços e equipamentos de informática. Possibilita a implantação de uma Central de Serviços, Gerenciamento do Conhecimento, Gestão de Ativos entre outros.
22	Redmine – Gerência de Projetos	Tem o objetivo de auxiliar no gerenciamento de projetos do IFG.
23	DokuWiki	Este software colaborativo permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo seja revisto antes da sua publicação. Usado para mapear os procedimentos dos setores.
24	CACTI	Cacti é uma ferramenta software livre administrativa de rede, que recolhe e exibe informações sobre o estado de uma rede de computadores através de gráficos. Permitindo o monitoramento e gerenciamento de redes simples até redes complexas, com centenas de dispositivos.
25	Openfire	Sistema de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação interna.
SISTEMAS DO GOVERNO		
26	SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)	Consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.
27	SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos)	O SIAPEnet foi implantado como sítio oficial das informações do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). O SIAPEnet torna disponível aos servidores, de forma ágil e transparente, as suas informações pessoais, funcionais e financeiras.
28	Comprasnet	É o sistema eletrônico de compras governamentais utilizado na Administração Pública Federal. O SIASG integra o portal de compras “comprasnet” (SIASG-Comprasnet).
29	SIGPEPE (Sistema de Gestão de Pessoas)	É um sistema para a gestão dos servidores do governo federal. Fornece dados como: contracheque, dados cadastrais, férias, dados financeiros, consignações, saúde do servidor e manual.

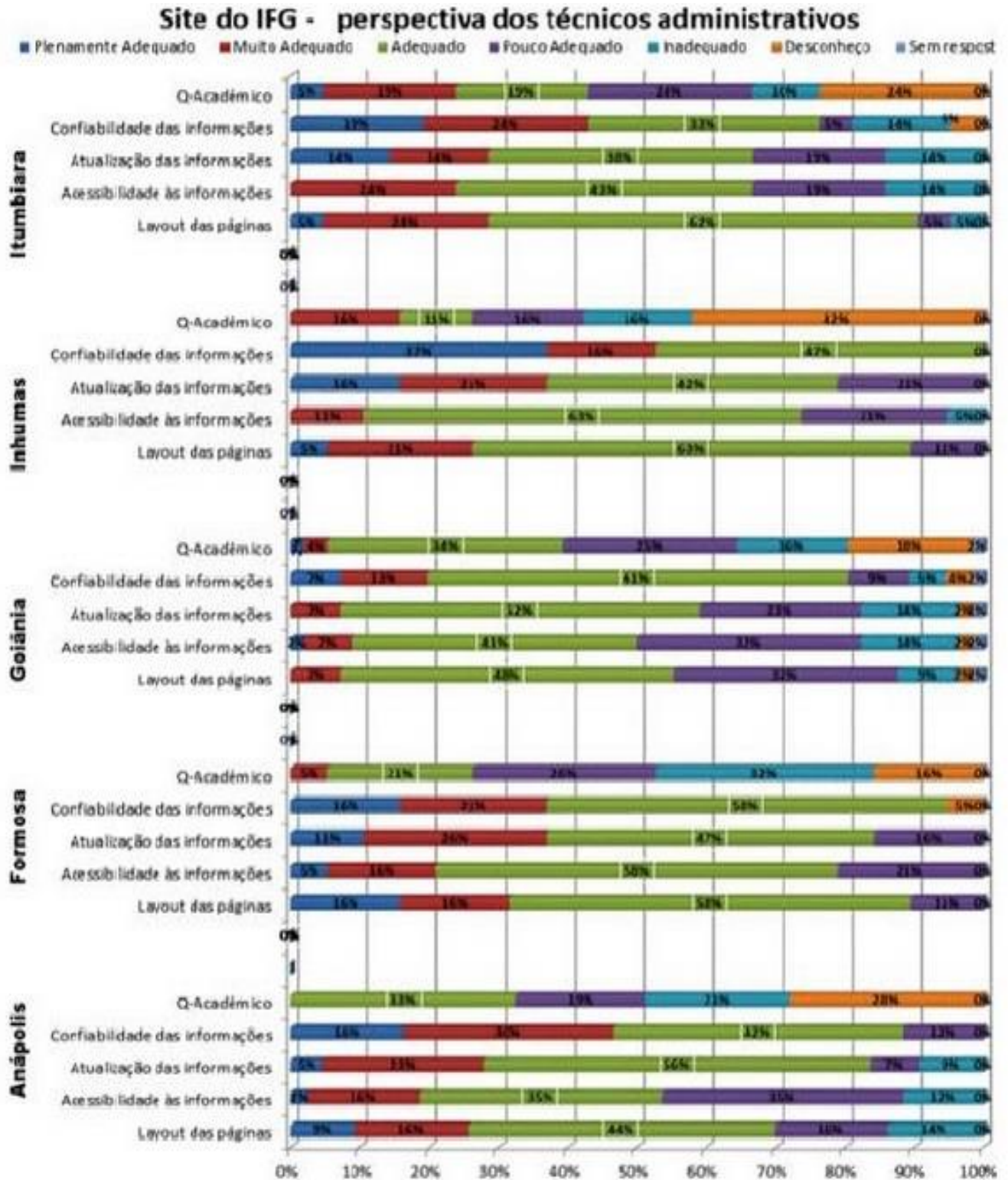
30	SISU (Sistema de Seleção Unificada)	O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.
31	SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.
32	EDUCACENSO	O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada.
33	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.
34	SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle.

Fonte: Relatório de Gestão de 2014, p. 76 a 78.

5.8. RESULTADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO REALIZADAS JUNTO AOS CIDADÃOS, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO IFG

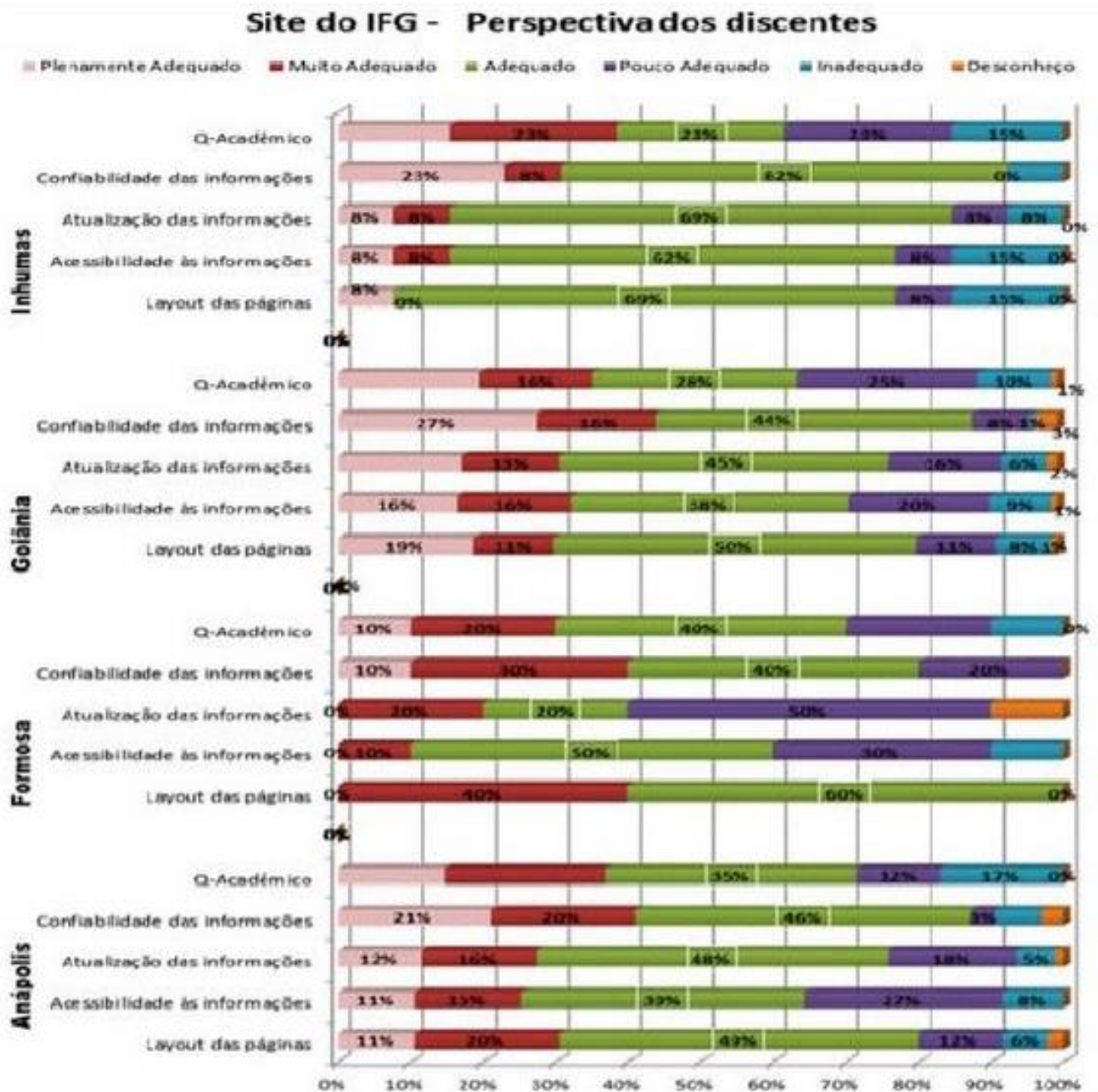
Em relação à demonstração dos resultados de pesquisas, seguem os resultados das pesquisas realizadas com membros da comunidade externa e discentes na dimensão 4 do SINAES, Figuras 52, 53, 54.

Figura 52 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos técnicos-administrativos)



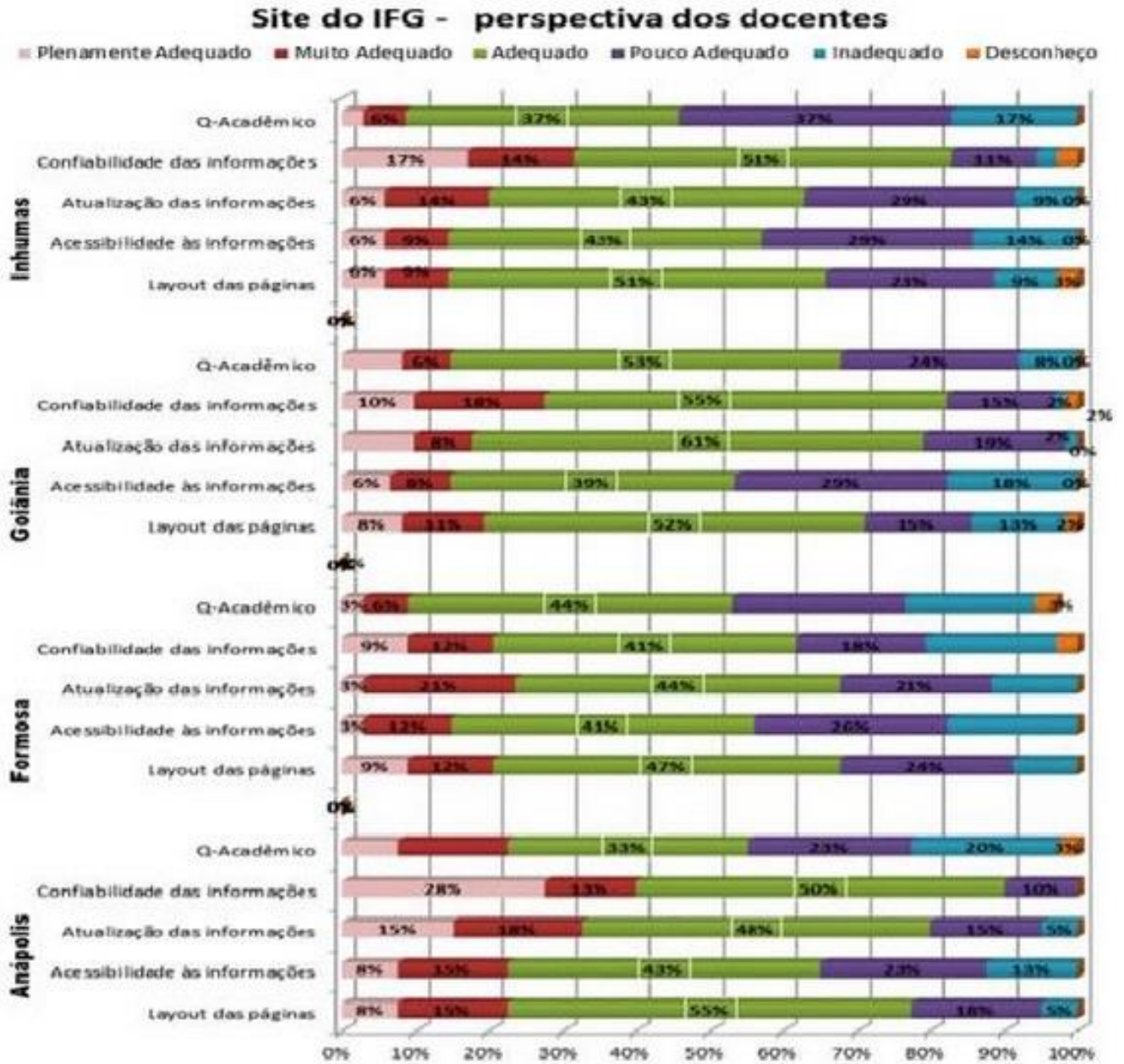
Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 140.

Figura 53 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos discentes)



Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 141.

Figura 54 - Relação dos Sistemas e sua função (perspectiva dos discentes)



Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 142.

6. POLÍTICAS DE PESSOAL

Neste item, os dados demonstrados, remetem à gestão de pessoas na instituição.

6.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Instituição

O perfil do quadro de servidores ativos e aposentados do IFG está demonstrado a seguir.

6.1.1.1. Lotação

A força de trabalho do IFG é obtida comparando-se a lotação autorizada e a efetiva, além do registro dos ingressos e dos egressos. Os dados demonstrados na Figura 55 refletem a situação apurada nos anos 2013 e 2014.

Figura 55 - Força de Trabalho da Instituição

TIPOLOGIA DE CARGOS	ANO	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
		AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	2013	1688	1587	325	44
	2014	1827	1785	264	58
1.1. Membros do poder e agentes políticos	2013	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2013	1688	1587	325	44
	2014	1827	1785	264	58
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	2013	1688	1574	318	42
	2014	1827	1780	264	58
1.2.2. Servidores de Carreira em exercício descentralizado	2013	0	5	1	2
	2014	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Carreira em exercício provisório	2013	0	2	0	0
	2014	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2013	0	6	6	0
	2014	0	2	1	0
2. Servidores em Contratos Temporários	2013	157	157	115	65
	2014	250	156	88	60
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2013	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0

4. Total de Servidores (1+2+3)	2013	1845	1744	440	109
	2014	2077	1941	352	118

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 83 e 2014, p. 58.

6.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Instituição

As situações que reduzem a força de trabalho se caracterizam pela ausência momentânea do servidor na Instituição, conforme previsões legais. Em 31 de dezembro de 2013 havia 195 servidores afastados, conforme demonstrado na Figura 56.

Figura 56 - Situações que reduzem a força de trabalho da Instituição

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	16
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	7
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	87
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	87
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	85
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	19
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	59
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	6
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	195

Fonte: SIAPE/SUAP

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 84.

6.1.2. Estrutura de Cargos e de Funções

A qualificação da força de trabalho é informada nas Figuras 57, 58 e 59, com detalhamento da estrutura de cargos em comissão e das funções gratificadas, da quantidade de servidores ativos por faixa etária e por escolaridade.

Figura 57 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Ano	Lotação	
		Autorizada	Efetiva
1. Cargos em Comissão	2013	77	72
	2014	88	86
1.1. Cargos Natureza Especial	2013	0	0
	2014	0	0
1.2. Grupo de Direção e Assessoramento Superior	2013	76	72
	2014	88	86
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2013	0	71
	2014	88	85
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2013	0	0
	2014	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2013	1	1
	2014	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	2013	0	0
	2014	0	0
1.2.5. Aposentados	2013	0	0
	2014	0	0
2. Funções Gratificadas	2013	299	190
	2014	375	260
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2013	296	186
	2014	375	257
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2013	0	0
	2014	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2013	3	3
	2014	0	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	2013	376	262
	2014	463	340

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p.44 e 2014, p. 59.

Figura 58 - Quantidade de Servidores da Instituição por faixa etária

Tipologias do Cargo	Ano	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
		Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	2013	472	519	313	151	27
	2014	567	715	395	221	39
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	2013	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2013	397	452	301	148	27
	2014	494	650	380	218	39
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2013	75	67	12	3	0
	2014	73	65	15	3	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	2013	58	56	75	40	3
	2014	78	129	88	46	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	2013	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	2013	7	20	32	12	1
	2014	9	31	31	15	0
2.3. Funções Gratificadas	2013	51	66	43	28	2
	2014	69	98	58	33	2
3. Totais (1+2)	2013	530	605	388	191	30
	2014	645	844	483	267	41

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 85 e 2014, p. 58.

Figura 59 - Quantidade de servidores da Instituição por nível de escolaridade (situação apurada em 31/12/2013)

TIPOLOGIAS DO CARGO	QUANTIDADE DE PESSOAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo				1	124	494	218	516	129
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2 Servidores de Carreira				1	120	381	213	482	128
1.3 Servidores com Contratos Temporários					4	113	5	34	1
2. Provimento de Cargo em Comissão				1	30	80	51	62	38
2.1 Cargos de Natureza Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	13	17	21	19
2.3 Funções Gratificadas				1	28	67	34	41	19
3. Totais (1+2)				2	154	574	269	578	167
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado / Pós-Doutorado / PhD / Livre Docência; 10 – Não Classificada.									

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 85.

A titulação dos servidores técnico-administrativos das Classes “C”, “D” e “E” é apresentada, respectivamente, nas Figuras 60, 61 e 62.

Figura 60 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe C

CÂMPUS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – CLASSE C						
	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização	
				Qtd.	%	Qtd.	%
Anápolis	16		5	11	68,08	2	12,5
Aparecida de Goiânia	8		5	3	37,5		0,0
Formosa	8		2	6	75,0		0,0
Goiás	3		2	1	33,3	1	33,3
Goiânia	36	1	12	23	63,9	4	11,1
Inhumas	11		4	7	63,6	2	18,2
Itumbiara	10		6	4	40,0	1	10,0
Jataí	21		4	17	81,0	6	28,6
Águas Lindas							
Luziânia	6			6	100,00		0,0
Goiânia Oeste							
Reitoria	16		6	10	62,5	1	6,3
Senador Canedo							
Uruaçu	7		7		0,0		0,0
Valparaíso	1		1		0,0		0,0
IFG – Total	143	1	54	88	61,5	17	11,9

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 59 e 60.

Figura 61 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe D

CÂMPUS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – CLASSE D								
	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização		Mestrado	
				Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Anápolis	21	0	5	16	76,2	6	28,6	0	0,0
Aparecida de Goiânia	22	0	7	15	68,2	2	9,1	0	0,0
Formosa	21	0	9	12	57,1	2	9,5	0	0,0
Goiás	20	0	5	15	75,0	5	25,0	0	0,0
Goiânia	97	1	21	73	75,3	11	11,3	3	3,1
Inhumas	23	0	6	15	65,2	4	17,4	2	8,7
Itumbiara	20	0	6	14	70,0	3	15,0	0	0,0
Jataí	27	0	4	20	74,1	6	22,2	3	11,1

Águas Lindas	10	0	5	5	50,0	0	0,0	0	0,0
Luziânia	18	0	2	16	88,9	3	16,7	0	0,0
Goiânia Oeste	9	0	1	8	88,9	3	33,3	0	0,0
Reitoria	72	0	9	62	86,1	35	48,6	1	1,4
Senador Canedo	8	0	3	5	62,5	2	25,0	0	0,0
Uruaçu	25	0	14	11	44,0	3	12,0	0	0,0
Valparaíso	7	0	4	3	42,9	1	14,3	0	0,0
IFG – Total	400	1	101	290	72,5	86	21,5	9	2,3

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 60.

Figura 62 - Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe E

CÂMPUS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – CLASSE E						
	Quantidade	Nível Superior	Especialização		Mestrado		Doutorado
			Qtd.	%	Qtd.	%	
Anápolis	19	19	6	31,6	3	15,8	0
Aparecida de Goiânia	18	18	3	16,7	1	5,6	0
Formosa	15	15	6	40,0	0	0,0	0
Goiás	8	8	6	75,0	0	0,0	0
Goiânia	45	45	12	26,7	2	4,4	0
Inhumas	17	17	3	17,6	3	17,6	0
Itumbiara	18	18	2	11,1	4	22,2	0
Jataí	16	16	1	6,3	2	12,5	0
Águas Lindas	8	8	2	25,0	0	0,0	0
Luziânia	14	14	4	28,6	0	0,0	0
Goiânia Oeste	5	5	3	60,0	0	0,0	0
Reitoria	55	55	29	52,7	10	18,2	1
Senador Canedo	8	8	2	25,0	1	12,5	0
Uruaçu	10	10	1	10,0	1	10,0	0
Valparaíso	8	8	2	25,0	1	12,5	0
IFG – Total	264	264	82	31,1	28	10,6	1

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 60 e 61.

6.2. INDICADORES DE DESEMPENHO FUNCIONAL

No ano de 2013 manteve-se a continuidade do indicador de desempenho funcional, por meio da avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativos.

A avaliação de desempenho funcional tem como objetivo mensurar a atuação dos servidores, identificando a base de conhecimentos para o cargo e/ou função, o comprometimento com a qualidade do serviço prestado e o compromisso com a ética no serviço público, além das relações internas de trabalho. Ela é feita anualmente, inclusive para os servidores em estágio probatório.

Em 2013, foram avaliados 550 servidores e todos tiveram avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco, Figura 63.

Figura 63 - Avaliação do Desempenho Funcional dos servidores do IFG em 2013

CATEGORIA FUNCIONAL	QUANTIDADE
Técnico-administrativo	328
Docente	222
Total	550

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 91.

6.3. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.3.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Instituição

Figura 64 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: REITORIA													
UG/Gestão: 158153/26429							CNPJ: 10.870.883/0001-44						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	34/2012	07.262.535/0001-80	26/03/2012	25/03/2014	4	4	1	1			P
2013	L	O	40/2013*	11.381.182/0001-04	12/09/2013	11/09/2013	3	3	1	1			A
2013	V	O	9/2012	04.701.639/0001-55	01/02/2012	31/01/2015			6	6			P
2013	V	O	46/2013*	10.655.701/0001-12	07/11/2013	06/11/2013			3	3			A

Observações: * Contratos da Reitoria – Unidade I

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus ANÁPOLIS													
UG/Gestão: 158522/26429							CNPJ: 10.870.883/0009-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	02/2013	11.381.182/0001-04	02/09/2013	01/09/2014	17	15		1		1	P
2012	V	O	01/2012	01.160.949/0001-11	01/01/2013	31/12/2013	8			8			E



Unidade Contratante													
Nome: Câmpus APARECIDA DE GOLÂNIA													
UG/Gestão: 158610/26429					CNPJ:10.870.883/0010-35								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	43/2012	07.262.535/0001-80	27/03/2012	26/03/2014	16	11		5			P
2012	V	O	26/2012	05.502.450/0001-04	23/01/2012	22/02/2014	10	4		6			P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus CIDADE DE GOIÁS													
UG/Gestão: 158611/26429					CNPJ:10.870.883/0011-16								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	37/2012	05.502.450/0001-04	19/03/2012	18/03/2014	8	6					P
2012	L	O	41/2012	07.262.535/0001-80	21/03/2012	20/03/2014	5	5					P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus FORMOSA													
UG/Gestão: 158523/26429					CNPJ:10.870.883/0007-30								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	07.262.535/0001-80	01/09/12	31/08/13	11	11	2	2			E
2013	L	O	04/2013	07.262.535/0001-80	01/09/13	28/02/14	11	11	2	2			P
2013	V	O	02/2013	01.160.949/0001-11	01/01/13	31/12/13			8	8			P



Unidade Contratante													
Nome: Câmpus GOIÂNIA													
UG/Gestão: 158430/26429				CNPJ: 10.870.883/0002-25									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	02.752.319/0001-07	01/01/2011	31/12/2013	70	70	11	11			E
2012	V	O	01/2012	04.701.639/0001-55	01/01/2012	31/12/2013			06	06			P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus INHUMAS													
UG/Gestão: 158432/26429				CNPJ: 10.870.883/0004-97									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014	18	18			01	01	P
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/2012	31/12/2014	10	06		04			P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus ITUMBIARA													
UG/Gestão: 158433/26429				CNPJ: 10.870.883/0005-78									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	02.752.319/0001-07	01/09/2011	30/08/2013	13	13					E
2013	L	O	03/2013	11.381.182/0001-04	02/09/2013	31/12/2013	20	20					P
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/2012	31/12/2013	08	08					P



Unidade Contratante													
Nome: Câmpus JATAÍ													
UG/Gestão: 158431/26429					CNPJ: 10.870.883/0003-06								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	09.041.485/0001-36	01/01/2012	31/12/2013	21	21					E
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/2012	31/12/2013	07	06					E

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus LUZIÂNIA													
UG/Gestão: 158524/26429					CNPJ: 10.870.883/0008-10								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	07.262.535/0001-80	02/01/2013	31/12/2013	17	17					P
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	02/01/2013	31/12/2013	12	12					P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus URUAÇU													
UG/Gestão: 158434/26429					CNPJ: 10.870.883/0006-59								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	06/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/08/2014	12	12	05	05			P
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/2012	31/12/2014	01	01	08	08			P

Observação: NADA A DECLARAR.

LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene e (V) Vigilância Ostensiva; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 92 a 96.

6.3.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Figura 65 - Contratos de prestação de serviços com locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: REITORIA													
UG/Gestão: 158153/26429				CNPJ: 10.870.883/0001-44									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	38/2013	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			1	1			A
2013	5	O	38/2013	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			2	2			A
2013	4	O	39/2013*	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			1	1			A
2013	5	O	39/2013*	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			2	2			A
2011	2	O	38/2011	01.383.054/0001-46	06/10/2011	05/10/2014	1	1					P
2013	2	O	27/2013	07.548.828/0001-28	10/06/2013	09/06/2013	48	48					A

Observações: * Contratos da Reitoria – Unidade I

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus ANÁPOLIS													
UG/Gestão: 158522/26429					CNPJ: 10.870.883/0009-00								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	01/2013	07.116.584/0001-04	11/09/2013	11/11/2013	1			1			E
2013	5	O	01/2013	07.116.584/0001-04	11/09/2013	11/11/2013			2	2			E
2013	4	O	03/2013	10.705.386/0001-90	12/11/2013	11/11/2014	2			2			A
2013	5	O	03/2013	10.705.386/0001-90	12/11/2013	11/11/2014			2	2			A

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus APARECIDA DE GOLÂNIA													
UG/Gestão: 158610/26429					CNPJ: 10.870.883/0010-35								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	08/2013	10.705.386/0001-90	19/09/2013	18/09/2014	2	1					A
2013	5	O	08/2013	10.705.386/0001-90	19/09/2013	18/09/2014			3	3			A



Unidade Contratante													
Nome: Câmpus CIDADE DE GOIÁS													
UG/Gestão: 158611/26429							CNPJ:10.870.883/0011-16						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	40/2012	02.752.319/0001-07	21/03/2012	20/03/2013	1	1					E
2013	4	O	02/2013	10.705.386/0001-90	10/09/2013	09/09/2014	2	1					A
2012	5	O	40/2012	02.752.319/0001-07	21/03/2012	20/03/2013	2	2					E
2013	5	O	02/2013	10.705.386/0001-90	10/09/2013	09/09/2014	3	2					A

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus FORMOSA													
UG/Gestão: 158523/26429							CNPJ:10.870.883/0007-30						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	01/2012	02.752.319/0001-07	01/09/12	31/08/13	1	1					E
2011	5	O	01/2012	02.752.319/0001-07	01/09/12	31/08/13			2	2			E
2013	4	O	01/2013	10.705.386/0001-90	02/09/13	01/09/14	2	1					A
2013	5	O	01/2013	10.705.386/0001-90	02/09/13	01/09/14			4	2			A

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus GOLÂNIA													
UG/Gestão: 158430/26429							CNPJ:10.870.883/0002-25						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	27/2013	07.548.828//0001-28	10/06/2013	09/06/2014			05	03			P



Unidade Contratante													
Nome: Câmpus INHUMAS													
UG/Gestão: 158432/26429						CNPJ: 10.870.883/0004-97							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014	01	01					P
2011	5	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014			03	03			P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus ITUMBIARA													
UG/Gestão: 158433/26429						CNPJ: 10.870.883/0005-78							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	05/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/12/2013	01	01					P
2011	5	O	05/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/12/2013			02	02			P
2011	2	O	37/2011	05.942.279/0001-46	18/10/2011	09/06/2013	2	2					E
2013	2	O	27/2013	07.548.828/0001-28	10/06/2013	31/12/2013	3	2					P

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus JATAÍ													
UG/Gestão: 158431/26429						CNPJ: 10.870.883/0003-06							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	03/2011	09.041.485/0001-36	01/01/2012	31/12/2013	02	02					E

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus LUZIÂNIA													
UG/Gestão: 158524/26429						CNPJ: 10.870.883/0008-10							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2012	4	O	03/2012	01.383.054/0001-46	02/01/2013	31/12/2013	1	1					
2012	5	O	03/2012	01.383.054/0001-46	02/01/2013	31/12/2013	2	2					

Unidade Contratante													
Nome: Câmpus URUAÇU													
UG/Gestão: 158434/26429						CNPJ: 10.870.883/0006-59							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2011	5	O	07/2011	01.383.054/0001-46	01/09/2011	31/08/2014			2	2		A	
2011	4	O	07/2011	01.383.054/0001-46	01/09/2011	31/08/2014			1	1		A	

LEGENDA: Área: 1-Apoio Administrativo Técnico e Operacional, 2-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 3-Serviços de Copa e Cozinha, 4-Manutenção e Conservação de Bens Móveis, 5-Serviços de Brigada de Incêndio, 6-Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes e 7-Outras; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 96 a 100.

6.4. QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO IFG

A qualificação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos do Instituto Federal de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada câmpus.

Nos tópicos a seguir serão elencadas as ações que indicam investimento da instituição na capacitação dos servidores:

- Incentivo à iniciação e produção científica;
- Divulgação/publicação dos trabalhos científicos;
- Auxílio para a participação em eventos científicos;
- Incentivo à qualificação.

A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação, inclusive buscando parcerias para a oferta de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER).

Também é realizado o acompanhamento das atividades dos programas interinstitucionais de Pós-Graduação *stricto sensu*. Para tal, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação faz o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação em diferentes instituições.

O quantitativo de servidores do IFG atendidos pelos programas de qualificação, bem como o auxílio advindo de fomento externo estão elencados na Figura 66. Os programas listados estão detalhados nos subitens seguintes. Para maiores informações em relação aos mesmos consultar o item 3.2.1 – Qualificação dos servidores do IFG, na página 40 deste relatório.

Figura 66 - Quantitativo de Servidores atendidos em Programas de Qualificação em 2013 e 2014

PROGRAMA		Nº SERVIDORES CONTEMPLADOS		
		2013	2014	FONTE
Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)		53	53	Relatório de Gestão 2013, p. 157. Relatório de Atividades PROPPG 2014, p. 37.
Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa do IFG (ProAPP/IFG)		20	37	Relatório de Gestão 2013, p. 157 e 2014, p. 111.
Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG)		33	51	Relatório de Gestão 2013, p. 153. Relatório de Atividades PROPPG 2014, p. 14.
Projetos de Pesquisa com Fomento Externo	FAPEG	13	2	Relatório de Atividades PROPPG 2013, p. 45 e 46 e 2014, p. 51.
	CNPq	12	11	Relatório de Atividades PROPPG 2013, p. 45 e 46 e 2014, p. 51.

Fonte: Relatório de Gestão 2013 e 2014 e Relatório de Atividades PROPPG 2013 e 2014.

a. Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG) tem como objetivo promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

b. Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG)

O Programa de Apoio à Produtividade à Pesquisa (ProAPP-IFG) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à produtividade em pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada. Além disso, o ProAPP tem como meta possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

c. Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG (PIQS/IFG)

O Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG) tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação stricto sensu dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

d. Projetos de Pesquisa com fomento externo

Professores dos diversos câmpus do Instituto Federal de Goiás tiveram seus projetos aprovados para financiamento pelas instituições de fomento à pesquisa e pós-graduação CNPq e FAPEG.

6.5. CAPACITAÇÃO DE GESTORES, DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO IFG

Outras ações visando à capacitação de gestores, docentes e técnico-administrativos do IFG estão listadas na Figura 67.

Figura 67 - Eventos de capacitação aos gestores, docente e técnico-administrativos do IFG

EVENTO	PÚBLICO	DATA	LOCAL
Capacitação sobre o Programa Ciências sem fronteiras	Estudantes e Servidores participantes do Programa Ciências sem fronteiras	21/06/2013	Sala de Reuniões da Reitoria do IFG
Treinamento sobre o Sistema de Gestão Acadêmica: Q-Acadêmico	Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG	-	Webconferência

Treinamento sobre o Censo da Educação Básica – EDUCACENSO 2013	Responsáveis pelo Educacenso em cada Câmpus do IFG	05/06/2013	Webconferência
Capacitação sobre o Exame Nacional de Estudantes - ENADE	Coordenadores de Cursos Superiores, Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG	22/05/2013	IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia
Capacitação sobre o Exame Nacional de Estudantes - ENADE	Coordenadores de Cursos Superiores, Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG	17/06/2013	Sala de Reuniões da Reitoria do IFG

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 180.

6.5.1. Capacitação da Força de Trabalho

O Relatório de Gestão 2014 lista na página 61 os programas que possuem o objetivo de capacitar a força de trabalho do IFG.

- PROCAP – Programa Institucional de Capacitação de Servidores, que disponibiliza recursos no montante de até R\$ 2.500,00 por semestre para ações de capacitação comprovadamente relevantes para o servidor e para o setor institucional onde atua;
- PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização, que disponibiliza 20 bolsas anuais para servidores que ainda não tenham curso de graduação e pós-graduação *latu sensu* possam buscar esta elevação de escolaridade;
- PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado, que disponibiliza bolsas para servidores desenvolverem cursos de Mestrado e Doutorado;
- MINTER/DINTER – Programas Interinstitucionais de Mestrado e Doutorado, em que o IFG busca convênios com outras IES ofertantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, para capacitar servidores do IFG;

- ENAP EM REDE – Programa criado no fim de 2014 para a oferta de capacitação de cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP aos servidores do IFG. Servidores do IFG serão capacitados pela ENAP para ofertar os cursos;
- CAPACITAÇÃO IN COMPANYY – Cursos contratados pelo IF a partir das demandas apresentadas pelos Câmpus/Reitoria para capacitação de seus servidores.

7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO

O presente item traz os dados que refletem o funcionamento administrativo da instituição e de suas instâncias representativas.

7.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

Em virtude da alteração do Organograma Funcional da instituição, é apresentado a seguir o organograma apresentado no Relatório de Gestão de 2014, páginas 6 e 7.

I. COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

II. COMISSÕES PERMANENTES

- a) Comissão Própria de Avaliação;
- b) Comissão de Ética;
- c) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- d) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos;
- e) Comissão Permanente de Políticas Públicas de Igualdade Racial.

III. REITORIA

- a) Gabinete.
 - i. Assessoria de Relações Institucionais;
 - ii. Procuradoria Federal;
 - iii. Auditoria Interna.
- b) Diretoria Executiva;
 - i. Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos;
 - ii. Coordenação de Relações Internacionais;
- c) Pró-Reitorias:
 - i. Pró-Reitoria de Ensino;
 - Diretoria de Políticas de Educação Básica e Superior;
 - Diretoria de Administração Acadêmica;
 - Diretoria de Educação a Distância;
 - Centro de Seleção;

- Procuradoria Educacional Institucional;
- ii. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Diretoria de Pesquisa e Inovação;
 - Diretoria de Pós-Graduação;
 - Coordenação da Editora;
 - Coordenação-Geral de Bibliotecas
- iii. Pró-Reitoria de Extensão;
 - Diretoria de Ações Sociais;
 - Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas;
- iv. Pró-Reitoria de Administração;
 - Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária;
 - Diretoria Financeira;
 - Diretoria de Projetos e Infraestrutura.
- v. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 - Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
 - Diretoria de Tecnologia da Informação;
 - Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho;
 - Núcleo de Planejamento e Estatística.

IV. CÂMPUS

7.2. COMPETÊNCIAS

As principais competências dos órgãos vinculados à Reitoria do Instituto Federal de Goiás, apresentadas no Organograma Funcional, se encontram listadas na Figura 68 e foram retiradas do Relatório de Gestão 2014, páginas 8 e 9.

Figura 68 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ÓRGÃO	COMPETÊNCIAS
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos câmpus.
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos (CIS)	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Auditoria Interna	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
Procuradoria Federal	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.
Gabinete	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Extensão	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

	Goiás.
Pró-Reitoria de Administração	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 8 e 9.

7.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O controle no âmbito do IFG é exercido pela Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria, responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Além do assessoramento à Reitoria, a AUDIN fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Atualmente a equipe da AUDIN é composta por três auditores.

De acordo com a previsão contida no artigo nº 15, § 5º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2.000, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi estabelecida pelo Art. 15 do Regimento Geral do IFG:

Art. 15. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referente à avaliação institucional, visando o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

A avaliação elaborada pela CPA tem o objetivo de melhorar o desempenho do IFG nas suas áreas de atuação, elevando, assim, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. É por meio das respostas que a comissão pode direcionar se o IFG está cumprindo ou não suas metas.

Os Controles Internos Administrativos constituem-se em uma série de ações integradas e são um processo pelo qual o Instituto Federal de Goiás atua para atingir seus objetivos institucionais, buscando razoável segurança para o seu sistema de gestão nas seguintes categorias:

- eficácia e eficiência das operações;
- confiabilidade de relatórios financeiros; e
- cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis.

As atividades de controle desenvolvidas dentro do IFG procuram propiciar que os objetivos da gestão sejam alcançados e que sejam visualizadas estratégias para mitigação dos riscos. Dentre as diversas formas de atuação, a Instituição tem investido na capacitação profissional de seus servidores, melhorando a competência e a confiabilidade dos trabalhos; tem definido de forma clara a autoridade e responsabilidade de cada uma das suas Pró-Reitorias; e tem trabalhado na elaboração de regulamentos e normas internas.

7.4. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), o IFG criou sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo precípua de discutir, construir e implementar o Projeto de Avaliação

Institucional envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Como informado anteriormente, a CPA atual é composta por sete membros titulares, dos quais cinco foram eleitos em 2014 e nomeados por ato do Reitor por meio da Portaria IFG nº 2235/2014. Os outros dois, que são representantes da sociedade civil organizada, foram indicados pelo Conselho Superior. Nesta representação é garantida a presença de servidores docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da sociedade civil organizada.

7.4.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Informações relativas à Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFG poderão ser verificadas na Figura 69.

Figura 69 - Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFG

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: O Instituto Federal de Goiás compreende a importância dos controles internos e busca o seu aperfeiçoamento através da formalização de procedimentos e orientações padronizadas, com a intenção de lograr um ambiente de controle que coopera com os objetivos e metas institucionais. O IFG tem atuado potencializando a gestão administrativa, desenvolvendo e implantando políticas institucionais, criando comissões, tais como: Comissão Própria de Avaliação -CPA, Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, Comissão de Ética e Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS.</p>					



Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 208 e 209.

8. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Esta seção traz a análise da Infraestrutura Física, apresentando as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

8.1. MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

Segundo informações do Relatório de Gestão 2014, página 37, o IFG possui 14 *Campi* que podem ser classificados da seguinte forma:

- 02 *Campi* (Goiânia e Jataí) construídos antes da vigência da Lei 10.098/2000;
- 08 *Campi* (Inhumas, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas e Aparecida de Goiânia) construídos após a vigência da Lei 10.098/2000;
- 01 *Campus* (Uruaçu) que recebeu uma edificação do Poder Público Municipal;
- 03 *Campi* (Goiânia Oeste, Senador Canedo e Cidade de Goiás) funcionando em prédios provisórios e com sedes definitivas em construção.

Os oito *Campi* que foram construídos após a vigência da Lei 10.098/2000, assim como os três *Campi* que estão em construção, possuem projetos que respeitam o Capítulo IV da referida lei, que trata da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo.

O *Campus* Jataí que havia sido construído antes da vigência da lei passou a funcionar, em 2013, com duas unidades, sendo a segunda unidade uma nova edificação, também construída a partir de um projeto que atende a todos os aspectos previstos na legislação em vigor.

Os *Campi* Goiânia e Uruaçu estão sendo adaptados.

8.2. BIBLIOTECAS DO IFG

Em relação às bibliotecas do IFG, a Figura 70 apresenta informações relativas ao acervo, espaço físico, horário de atendimento, estrutura física, bem como outras informações complementares.

Figura 70 - Distribuição dos Espaços Físicos das Bibliotecas do IFG

DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS BIBLIOTECAS DO IFG					
CÂMPUS	ACERVO		ESPAÇO FÍSICO	HORÁRIO DE ATENDIMENTO	
	TÍTULOS	EXEMPLARES		SEGUNDA- FEIRA A SEXTA-FEIRA	SÁBADO
Águas Lindas	101	318	53,22 m (provisório)	De segunda-feira a quinta-feira: 8h às 13h e das 14h às 17h Sexta-feira: 11h às 13h e das 14h às 20h	
Anápolis	1557	4393	670m	7h às 22h	9h às 15h
Aparecida de Goiânia	1066	4003	414,70m	9h às 21h	
Cidade de Goiás	1026	2510	28m (provisório)	7h às 20h30	
Formosa	2209	6035	726,8m	9h às 22h	
Goiânia	23547	45714	1540m	7h às 22h	
Goiânia Oeste	60	314	54,62m	8h às 21h	
Inhumas	6108	13967	332m	7h às 22h	7h30 às 12h30 (período letivo)
Itumbiara	1880	5772	674,17m	7h às 21h	10h às 16h (período letivo)
Jataí	10005	22.686	813,78m	7h às 22h30	8h às 12h (período letivo)
Luziânia	1551	6351	789,54m	9h às 21h	
Senador Canedo	5	69	35,67m	8h às 12h e das 13h às 17h	

Uruaçu	3351	9692	516m	7h às 22h	
Valparaíso	110	282	60m	Segunda-Feira, terça-feira e quinta-feira: 12h às 21h; Quarta-feira: 8h às 17h; Sexta-Feira: 10h às 19h	
ESTRUTURA FÍSICA					
Câmpus	Salão para leitura (lugares disponíveis)	Sala de Informática (computadores disponíveis)	Sala de Estudo em Grupo (lugares disponíveis)	Cabines para Estudos Individuais	
Águas Lindas	16	5	16	0	
Anápolis	5	11	59	25	
Aparecida de Goiânia	13	9	57	30	
Cidade de Goiás	2	0	0	2	
Formosa	60	9	48	30	
Goiânia	20	24	116	104	
Goiânia Oeste	0	2	12	2	
Inhumas	9	6	60	24	
Itumbiara	3	21	72	37	
Jataí	15	32	230	32	
Luziânia	66	22	35	38	
Senador Canedo	0	0	12	0	
Uruaçu	0	10	70	21	
Valparaíso	0	0	16	4	
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Estrutura de informação	<p>1-Assinaturas de periódicos correntes (jornais e revistas). 2-Desenvolvimento de coleções - ampliação do acervo anualmente através de aquisição de materiais informacionais (bibliografia básica/ complementar referente aos cursos implantados nos câmpus/literatura). 3-As bibliotecas do SIB/IFG utilizam como gerenciamento da informação o software Sophia Biblioteca que disponibiliza ao usuário através do Terminal Web (biblioteca.ifg.edu.br) os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>login</i> - integração com o Q-Acadêmico (aluno) e SUAP (servidor) • busca rápida: título, autor, assunto; editora, INSS/ISBN, série; • busca combinada- título; autor; assunto; editora; ISSN/ISBN; série; ano de edição; tipo de material; idioma, ordenação (crescente/decrescente); • acessibilidade- com recursos de ampliação de tela e alto-contraste permitindo leitura confortável aos usuários com baixa visão, daltonismo ou pessoas que utilizam monitores monocromáticos; 				
	<ul style="list-style-type: none"> • circulação: renovação/reserva de itens do acervo; histórico; • visualização de referências bibliográficas; • visualização das fichas dos materiais por: ficha resumida, ficha completa e Marc Tag; 				



	<ul style="list-style-type: none">• busca múltipla por biblioteca e localização do acervo;• avisos;• enquetes;• avaliação dos materiais informacionais;• sugestões de aquisições por parte dos usuários;• disseminação Seletiva da Informação (DSI) - descrição do perfil de interesse do usuário;• minha seleção - disponibilidade do usuário selecionar os itens desejados e enviá-los por e-mail cadastrado no Q-Acadêmico;• mensagens - envio pela biblioteca do câmpus aos usuários através do Terminal Web ou por e-mail. <p>4- Acervos Digitais</p> <ul style="list-style-type: none">• Portal de Periódicos Capes - acesso a diversas coleções/bases de dados através do sítio http://www.periodicos.capes.gov.br.• ABNT - acesso as normas NBR e Mercosul (AMN) digital através do sítio http://www.abntcolecacao.com.br/ifg/• Biblioteca Digital/Repositório Institucional do IFG - em implantação <p>O acervo será composto pela produção acadêmica técnico-científica (em formato digital) dos servidores e corpo discente do Instituto Federal de Goiás formado por: teses e dissertações (defendidas no IFG e extra IFG cuja autoria é de servidores desta Instituição), apostilas, artigos periódicos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), livros, capítulos de livros (que não são publicados com fins comerciais) e trabalhos apresentados em eventos.</p>
Organização do Acervo	<ul style="list-style-type: none">• Acervo Geral - composto por livros didáticos, paradidáticos, técnicos e literários.• Acervo de Multimeios - composto por base de dados. Portal de Periódicos Capes, DVDs e CD-ROM, fitas de vídeo, etc.• Acervo de Referência - composto por materiais de consulta rápida, como dicionários, enciclopédias, glossários, índices, abstracts, manuais, guias, bibliografias, etc.• Acervo Especial - composto por folders, folhetos, relatórios técnicos, obras em braile, coletânea de produções científicas, etc.• Acervo de Periódicos - composto por jornais, revistas, anuários, informativos, anais, suplementos, etc.• Acervo de monografias, dissertações e teses - composto pelas produções acadêmicas dos discentes e servidores do IFG.
Serviços Oferecidos aos Usuários	<ul style="list-style-type: none">• acesso a internet;• acesso ao Portal Periódicos CAPES e ABNT;• catálogo online através do Sophia Biblioteca;• consulta local;• devolução;• divulgação de novas aquisições - terminal web Sophia;• divulgação e marketing;• elaboração de ficha catalográfica;• emissão de Nada Consta;• empréstimo domiciliar;• empréstimo entre bibliotecas (EEB);• empréstimo especial;• levantamento bibliográfico;• orientação quanto a normalização de trabalhos acadêmicos;• orientação/treinamento ao uso do Portal de Periódicos Capes;• projetos culturais;• renovação;• renovação;• reserva de livros;• reserva online;• treinamento de usuário;

Fonte: Coordenação Geral de Bibliotecas – SIB/IFG, 2015.

8.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

A identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade do IFG no final dos exercícios 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior, encontra-se na Figura 71.

Figura 71 - Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União de 2013 e 2014

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	GOIÁS		
	Águas Lindas	1	1
	Anápolis	1	1
	Aparecida de Goiânia	1	1
	Cidade de Goiás	1	1
	Cidade de Goiás (Cessão)	1	1
	Formosa	1	1
	Goiânia + Lotes	5	4
	Goiânia (Locação de terceiros)	2	1
	Goiânia (Cessão)	1	0
	Inhumas	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	2	2
	Luziânia	1	1
	Senador Canedo	1	1
Uruaçu + Lote	2	2	
Valparaíso de Goiás	1	1	
Subtotal Brasil		23	20
EXTERIOR			
	A Instituição não possui imóveis no exterior		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		23	20

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 82.

8.4. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DO IFG, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

A Figura 72 está organizada de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nela estão relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão.

Figura 72 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	05/12/2013	12.168.175,64		
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Bom	15.000,00	05/12/2013	5.197.660,00		
158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	05/12/2013	19.319.735,00		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	05/12/2013	265.855,00		73.219,55
158153	1066000175003	Uso em serviço Público	Bom	250.000,00	05/12/2013	8.070.282,90		
158153	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	05/12/2013	3.890.925,71		1.151.824,60
158153	9753000075005	Uso em Serviço Público	Bom	9.869.048,49	05/12/2013	10.970.447,39		
158430	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	05/12/2013	49.390.506,38		913.819,50
158430	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	05/12/2013	603.725,62		
158431	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	05/12/2013	8.918.855,82		70.486,74
158431	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	05/12/2013	19.402.982,66		
158432	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.262.178,81	05/12/2013	23.890.717,14		282.368,34
158433	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	05/12/2013	19.931.870,74		80.638,09
158434	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	05/12/2013	690.000,00		
158434	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	05/12/2013	9.672.180,00		141.544,17
158522	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	05/12/2013	19.601.632,04		320,00
158523	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	05/12/2013	16.228.126,66		487.562,00
158524	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	05/12/2013	15.734.435,89		11.414,53
158610	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	05/12/2013	25.464.991,26		930,66
158611	9377000465000	Uso em Serviço Público	Bom	214.000,00	05/12/2013	2.852.130,68		
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	05/12/2013	12.168.175,64		
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Bom	15.000,00	05/12/2013	5.197.660,00		
158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	05/12/2013	19.319.735,00		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	05/12/2013	265.855,00		73.219,55
Total								3.214.128,18

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 104 e 105.

8.5. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Figura 73 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	GOIÁS		
	Águas Lindas	1	1
	Anápolis	1	1
	Aparecida de Goiânia	1	1
	Cidade de Goiás	1	1
	Cidade de Goiás (Cessão)	1	1
	Formosa	1	1
	Goiânia + Lotes	5	4
	Goiânia (Locação de terceiros)	2	1
	Goiânia (Cessão)	1	0
	Inhumas	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	2	2
	Luziânia	1	1
	Senador Canedo	1	1
	Uruaçu + Lote	2	2
Valparaíso de Goiás	1	1	
Subtotal Brasil		23	20
EXTERIOR			
	A Instituição não possui imóveis no exterior		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		23	20

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 72.

Figura 74 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	30/11/2014	13.978.947,65		-
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Novo	15.000,00	30/11/2014	6.875.202,88		
158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	30/11/2014	19.319.735,00		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	30/11/2014	265.855,00		
158153	1066000175003	Uso em serviço Público	Novo	250.000,00	30/11/2014	13.898.417,42		
158153	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	30/11/2014	6.123.932,00		953.109,07
158153	9753000075005	Uso em Serviço Público	Bom	9.869.048,49	30/11/2014	10.970.447,39		
158153	9373006565003	Cessão	Regular	17.647.469,92	30/11/2014	17.647.469,92		
158153	9373006545002	Locação de Terceiros	Bom	1.618.910,03	30/11/2014	1.618.910,03		
158430	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	30/11/2014	50.703.495,32		1.285.295,20
158430	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	30/11/2014	610.540,66		
158430	9373006585004	Uso em Serviço Público	Ruim	440.000,00	30/11/2014	440.000,00		
158431	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	30/11/2014	9.259.920,24		235.047,15
158431	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	30/11/2014	19.972.304,71		
158432	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.262.178,81	30/11/2014	25.187.888,65		207.136,40
158433	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	30/11/2014	23.136.826,53		112.000,00
158434	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	30/11/2014	2.380.510,59		
158434	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	30/11/2014	11.530.794,74		92.631,10
158522	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	30/11/2014	22.063.953,17		132.640,30
158523	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	30/11/2014	16.764.007,32		167.509,30
158524	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	30/11/2014	23.015.181,11		19.999,38
158610	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	30/11/2014	27.128.486,20		167.114,46

158611	9377000465000	Uso em Serviço Público	Bom	214.000,00	30/11/2014	2.852.130,68		94.741,00
Total							-	3.467.223,36

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 73.

8.6. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Figura 75 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	GOIÁS	01	01
	Goiânia	01	01
	Subtotal Brasil	01	01
EXTERIOR			
	A Instituição não possui imóveis locados no exterior.		
	Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 105.

9. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Apresenta-se nesta seção dados que refletem os processos que estão centrados no presente e no futuro da instituição, que possam identificar suas potencialidades, fragilidades e vocação.

9.1. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), o IFG criou sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo precípuo de discutir, construir e implementar o Projeto de Avaliação Institucional envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

9.1.1. Informações consolidadas no Relatório de Gestão 2013

No ano de 2013, a CPA do IFG era composta por sete membros titulares nomeados por ato do Reitor através da Portaria nº 1431 de Agosto de 2012. Nesta representação é garantida a presença de servidores docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da sociedade civil organizada.

A fim de monitorar e avaliar o desempenho do IFG, a metodologia da CPA pressupõe a aplicação de questionários a diversos públicos de interesse: (comunidade externa; discentes ensino superior; discente Pós Graduação; discente EAD; docentes; gestores; técnicos administrativos), sendo que para cada público é empregado um instrumento de avaliação distinto.

Dentre as dez dimensões de análise prevista no SINAES, a CPA/IFG trabalha com indicadores vinculados aos seguintes aspectos:

- 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
- 2 – Política para o Ensino, a Pesquisa e Pós-Graduação e a Extensão;
- 3 – Responsabilidade social da IES;

- 4 – Comunicação com a sociedade;
- 5 – As políticas de pessoal, as carreiras e o corpo docente e técnico-administrativo;
- 6 – Organização da gestão da IES;
- 7 – Infraestrutura física;
- 8 – Planejamento de avaliação;
- 9 – Políticas de atendimento aos estudantes;
- 10 – Sustentabilidade financeira.

A comissão de apoio aos trabalhos da CPA elaborou uma série de indicadores base que poderão preenchidos periodicamente pelos *campi*, permitindo que seja desenvolvido um Mapa Diagnóstico do IFG, Figura 76.

Figura 76 - Indicadores Base / Mapa Diagnóstico do IFG

INDICADOR	DETALHAMENTO	FONTE
INDICADORES DE ECONOMICIDADE		
Força de Trabalho Docente (FTD)	$FTD = (qtde\ DE \times 1,62) + (qtde\ 40h) + (qtde\ 20h \times 0,65)$ <p><i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i> <i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i> <i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i></p>	Decreto 7.312/2010
Força de Trabalho Docente Compensada (FTDC)	$FTDC = [(qtde\ DE\ s/\ grat \times 1,62) + (qtde\ 40h\ s/\ grat) + (qtde\ 20h\ s/\ grat \times 0,65)] + \{[(qtde\ DE\ FG/FCC \times 1,62) + (qtde\ 40h\ FG/FCC) + (qtde\ 20h\ FG/FCC \times 0,65)] \times 0,5\} + \{[(qtde\ DE\ CD3 \times 1,62) + (qtde\ 40h\ CD3) + (qtde\ 20h\ CD3 \times 0,65)] \times 0,25\}$ <p><i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i> <i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i> <i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i> <i>s/grat: Sem gratificação</i> <i>FG/FCC: Com gratificação FG ou FCC</i> <i>CD3: Com gratificação CD3</i></p>	Adaptação o SUAP/IF RN

Carga Aula Semestral em cursos com recursos ordinários (CAS)	<p>CAS = \sum da quantidade de aulas no semestre</p> <p><i>Somatório da quantidade de aulas de todos os cursos oferecidos pelo Câmpus com emprego de recursos ordinários no semestre.</i> <i>Para evitar a discussão sobre o conceito de hora/aula (Parecer CNE /CES 575/01) empregou-se na construção deste indicador a quantidade de aulas, que normalmente possuem menos de 60 minutos.</i></p>	
Carga Aula Semanal média por docente (CASMD)	<p>CASMD = $[(CAS \div 20) \div FTD]$</p> <p><i>CAS: Carga aula semestral em cursos com recursos ordinários</i> <i>FTD: Força de Trabalho Docente</i></p>	
Carga Aula Semanal média Compensada (CASMDC)	<p>CASMDC = $[(CAS \div 20) \div FTDC]$</p> <p><i>CAS: Carga aula semestral em cursos com recursos ordinários</i> <i>FTD: Força de Trabalho Docente Compensada</i></p>	
INDICADORES DE EXCELÊNCIA		
Índice de titulação do corpo docente (ITCD)	<p>ITCD = $(Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) \div Qtd$ total de docentes</p> <p><i>G: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de graduação</i> <i>A: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de aperfeiçoamento</i> <i>E: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de especialização</i> <i>M: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de mestrado</i> <i>D: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de doutorado</i> <i>Qtd Total de docentes: Quantidade Total de docentes</i></p>	PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019
Percentual de docentes efetivos envolvidos em projetos pesquisa, extensão (%DPPEI)	<p>%DPPEI = $(Docentes PPEI \div Qtd$ total doc ef) x 100</p> <p><i>Docentes PPEI: número de docentes efetivos envolvidos em projetos pesquisa, extensão e inovação</i> <i>Qtd Total de doc ef: Quantidade Total de docentes efetivos</i></p>	PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019
Média das Notas ENADE Campus (MD ENADE)	<p>MD ENADE = $(\sum$ Notas ENADE (a-1; a-2; a-3) \div Qtd cursos avaliados</p> <p><i>\sum Notas Enade (a-1; a-2; a-3): Somatória das notas que os cursos obtiveram no ENADE nos últimos 3 anos no Câmpus</i> <i>Qtd de cursos avaliados no período auscultado</i></p>	PROPOS TA FDI/CON IF

INDICADORES DE EFETIVIDADE		
Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos (%VCTec)	$\%VCTec = [\text{Vagas CTEC} \div (\text{Vagas EM} + \text{Vagas CTEC} + \text{Vagas Grad} + \text{Vagas Pos})] \times 100$ <p><i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i> <i>Vagas CTEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Pos: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura em relação ao total de vagas ofertadas sem financiamento extraordinário (%VCL)	$\%VCL = [\text{Vagas CL} \div (\text{Vagas EM} + \text{Vagas TEC} + \text{Vagas Grad} + \text{Vagas Pós})] \times 100$ <p><i>Vagas CL: vagas ofertadas para cursos de licenciatura</i> <i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i> <i>Vagas TEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Pós: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Percentual de vagas destinadas ao PROEJA (%V PROEJA)	$\%VPROEJA = [(\text{Qtde vagas PROEJA} \div \text{Qtde total vagas (a-1)})] \times 100$ <p><i>Qtde vagas PROEJA: Quantidade de vagas destinadas aos cursos PROEJA no campus</i> <i>Qtde total vagas (a-1): Quantidade total de vagas sem financiamento extraordinário oferecidas no ano anterior</i></p>	DECRET O N° 5.840/2006 b
Percentual de Alcance dos cursos PROEJA (APROEJA)	$\%APROEJA = (\text{Qtde Dep c/ PROEJA} \div \text{Qtde total Dep}) \times 100$ <p><i>Qtde Dep c/ PROEJA: Quantidade de departamentos de áreas acadêmicas que ofertam cursos na modalidade PROEJA em todo o IFG</i> <i>Qtde total Dep: Quantidade TOTAL de departamentos de áreas acadêmicas em todos os câmpus do IFG</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Alcance dos Programas de Melhoria da Educação Básica (APMEB)	$APMEB = (\text{Qtde Dep c/ PMEB} \div \text{Qtde total Dep}) \times 100$ <p><i>Qtde Dep c/ PMEB: Quantidade de departamentos de áreas acadêmicas que desenvolvem projetos de melhoria da educação básica em todo o IFG</i> <i>Qtde total Dep: Quantidade TOTAL de departamentos de áreas acadêmicas em todos os câmpus do IFG</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
INDICADORES DE EFICÁCIA		
Percentual de vagas ofertadas com financiamento extraordinário em relação ao total de vagas ofertadas (%VFE)	$\%VFE = [(\text{Vagas BF} + \text{Vagas eTec} + \text{Vagas UAB}) \div (\text{Vagas Ord} + \text{Vagas BF} + \text{Vagas eTec} + \text{Vagas UAB})] \times 100$ <p><i>Vagas Ord: vagas ofertadas sem financiamento extraordinário, incluindo todas as ofertas educacionais</i> <i>Vagas BF: vagas ofertadas pela Bolsa-Formação (estudante e trabalhador)</i> <i>Vagas eTec: vagas ofertadas pela Rede e-Tec</i> <i>Vagas UAB: vagas ofertadas pela UAB</i></p>	PLAN ESTRAT EG REDE FEDERALL 2015/2019

Ampliação da oferta de vagas por Câmpus (%AOVC)	$\%AOVC = 1 - \left(\frac{\text{qtde vagas ofertadas em a}}{\text{qtde vagas ofertadas em a-1}} \right) \times 100$ <p><i>Qtde vagas ofertadas em a: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano em curso;</i> <i>Qtde vagas ofertadas em a-1: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano anterior;</i></p>	LEI 11.892/2008
Quantidade Total de Matrícula por Componente Curricular (QTMCC)	<p>QTMCC = Σ de matrículas considerando cada componente curricular</p> <p><i>* Para este indicador são considerados todas as matrículas em todos os componentes curriculares dos cursos presenciais sem financiamento extraordinário. Desta forma, um mesmo discente pode estar matriculado em vários componentes curriculares</i></p>	
Quantidade total de reprovações por componente curricular (QTRCC)	<p>QTRCC = Σ de reprovações considerando cada componente curricular</p> <p><i>* Para este indicador são considerados todas as reprovações em todos os componentes curriculares dos cursos presenciais sem financiamento extraordinário. Desta forma, um mesmo discente pode ser reprovado em vários componentes curriculares</i></p>	
Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE)	$IRFE = \left(\frac{QTRCC}{QTMCC} \right) \times 100$ <p><i>QTRCC: Quantidade total de reprovações por componente curricular</i> <i>QTMCC: Quantidade total de matrículas por componente curricular</i></p>	SUAP/IFRN
Eficácia por curso (Eficácia/curso)	$EFICÁCIA/CURSO = \left(\frac{\text{Concluintes/ano}}{\text{Vagas ofertadas t-n}} \right) \times 100$ <p><i>Concluintes ano: Quantidade de concluintes por curso ao fim do ano letivo (presencial)</i> <i>Vagas ofertadas t-n: Quantidade de vagas ofertadas no período regular de ingresso da turma de concluintes daquele ano (caso a concorrência tenha sido < 1 aluno/vaga, deve ser considerada a quantidade de ingressantes)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Eficácia do Câmpus (Eficácia/câmpus)	<p>EFICÁCIA/CÂMPUS = $\left(\frac{\Sigma EFICÁCIA CURSO}{n} \right)$</p> <p><i>$\Sigma$: Somatória do indicador EFICÁCIA/CURSO de todos os cursos com alunos concluintes em cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos presenciais com alunos concluintes</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
INDICADORES DE EFICIÊNCIA		
Relação alunos por docente para os cursos desenvolvidos sem financiamento extraordinário (RAD)	$RAD = \frac{\text{Matriculas}}{\left[\left(\text{qtde DE} \times 1,62 \right) + \left(\text{qtde 40h} \right) + \left(\text{qtde 20h} \times 0,65 \right) \right] \times 100}$ <p><i>Matriculas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i> <i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i> <i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i> <i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG

Eficiência por curso (Eficiência/curs o)	<p>EFICIÊNCIA/CURSO = (Matriculados/ano ÷ Total de vagas ofertadas) x 100</p> <p><i>Matriculados/ano: Quantidade de alunos matriculados ao fim do ano letivo considerando todas as turmas presenciais do curso (alunos matriculados apenas em Estágio ou TCC deverão ser considerados como matriculados no último período)</i></p> <p><i>Total de Vagas ofertadas: Quantidade de vagas ofertadas por período, multiplicado pela quantidade de períodos com turmas ativas (caso a concorrência em algum dos períodos auscultados tenha sido < 1 aluno/vaga, deve ser considerada a quantidade de ingressantes)</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Eficiência do Câmpus (Eficiência/cam pus)	<p>EFICIÊNCIA /CAMPUS = (ΣEFICIÊNCIA CURSO ÷ n)</p> <p><i>Σ: Somatória do indicador EFICIÊNCIA/CURSO de todos os cursos presenciais</i></p> <p><i>n: Quantidade de cursos com alunos concluintes</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Eficiência no recrutamento de candidatos por curso (ERC Curso)	<p>ERC Curso = (Qtde candidatos inscritos ÷ Qtde de vagas)</p> <p><i>Qtde candidatos inscritos: Quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso presencial (Obs. dado anual, caso ocorra entrada semestral, as quantidades deverão ser somadas)</i></p> <p><i>n: Quantidade de vagas disponibilizadas para o curso no ano</i></p>	PROEN / SISTEC
Eficiência no recrutamento de candidatos do Câmpus(ERC Câmpus)	<p>ERC Câmpus = (Σ ERC Curso ÷ n)</p> <p><i>Σ ERC Curso: Somatória do indicador eficiência no recrutamento de candidatos por curso de todos os cursos presenciais</i></p> <p><i>n: Quantidade de cursos presenciais</i></p>	PROEN / SISTEC
Efetivação de matrículas ano por curso (EM CURSO)	<p>EM Curso = (Qtde matrículas efetivadas ÷ Qtde de vagas ofertadas)</p> <p><i>Qtde matrículas efetivadas inscritos: Quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso presencial (Obs. dado anual, caso ocorra entrada semestral, as quantidades deverão ser somadas)</i></p> <p><i>n: Quantidade de vagas disponibilizadas para o curso no ano</i></p>	PROEN / SISTEC
Efetivação de matrículas ano por Câmpus (EM CAMPUS)	<p>ERC Câmpus = (Σ ERC Curso ÷ n)</p> <p><i>Σ ERC Curso: Somatória do indicador eficiência no recrutamento de candidatos por curso de todos os cursos presenciais</i></p> <p><i>n: Quantidade de cursos presenciais</i></p>	PROEN / SISTEC
Quantidade de Núcleos de Pesquisa por Câmpus (QNP)	<p>QNP = Σ Qtde Núcleos de Pesquisa</p> <p><i>Somatório da quantidade de núcleos de pesquisa instalados no Câmpus e cadastrados na PROPPG/IFG</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Quantidade de Projetos de Pesquisa por Câmpus (QPP)	<p>QPP = Σ Qtde Projetos de Pesquisa</p> <p><i>Somatório da quantidade de projetos de pesquisa instalados no Câmpus e cadastrados na PROPPG/IFG</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Percentual de alunos participantes de projetos de pesquisa (%APPP)	<p>%APPP= (Discentes PPP ÷ Matrículas) x 100</p> <p><i>Discentes PPP: número de discentes cadastrados como Participantes em Projetos de Pesquisa junto à PROPPG</i></p> <p><i>Matrículas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i></p>	PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019

Percentual de alunos participantes de projetos de extensão (%APPE)	$\%APPE = (\text{Discentes PPE} \div \text{Matriculas}) \times 100$ <p><i>Discentes PPE: número de discentes cadastrados como Participantes em Projetos de Extensão junto à PROEX</i> <i>Matriculas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i></p>	PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019
Quantidade de Projetos de Extensão por Câmpus (QPE)	$QPE = \sum \text{Qtde Projetos de Extensão}$ <p><i>Somatório da quantidade de projetos de Extensão instalados no Câmpus e cadastrados na PROEX/IFG</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Quantidade de Projetos de Ação Social por Câmpus (QPASC)	$QPASC = \sum \text{Qtde Projetos de ação social}$ <p><i>Somatório da quantidade de projetos de ação social instalados no Câmpus e cadastrados na PROEX/IFG</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 65 a 69.

9.1.2. Informações consolidadas no Relatório de Gestão 2014

No fim de 2014 a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi eleita para mandato de 02 anos, regulamentada pela Portaria 2.235, 1º de dezembro de 2014. Caberá a esta comissão desenvolver o novo trabalho de autoavaliação institucional em 2015.

A autoavaliação realizada pelo IFG em 2012, contou com 1.373 participantes, de um universo de 7203 pessoas entre discentes, docentes, Técnicos, Comunidade externa e Gestores e buscou avaliar todos os *campi* da instituição a partir das 10 dimensões previstas no SINAES, cuja síntese dos resultados obtidos foi retirada do Relatório de Gestão 2014, páginas 34 a 37, e descrita a seguir.

DIMENSÃO 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A pesquisa com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação. Avaliaram-se os Documentos Institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Regulamento do TCC, Regulamento de Atividades Complementares, Matrizes Curriculares dos Cursos), e os resultados apontaram que a maioria considera os Documentos Institucionais adequados, exceto quanto ao Regulamento do TCC, considerado adequado por apenas 35%.

DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação.

Para os discentes, os documentos institucionais avaliados (Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Divulgação do Regulamento do TCC, realização de atividades complementares, facilidade de realização de estágio, realização de visitas técnicas, atuação da monitoria, expectativas do aluno referentes ao curso) são adequados.

Sobre a atuação dos docentes nas disciplinas técnicas (Apresentação do Plano de Ensino; Planejamento de aulas; domínio do conteúdo; clareza; disponibilidade para atendimento; metodologias de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado), os discentes se mostraram muito satisfeitos com a atuação docente.

A respeito da atuação docente nas disciplinas do núcleo comum (apresentação do plano de ensino; planejamento das aulas; domínio do conteúdo; disponibilidade para atendimento; metodologia de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesses na orientação de TCC ou estágio supervisionado), a maior parte dos discentes considera adequada, exceto no aspecto desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado, que a maioria (36,41%) desconhece ou considera adequado (28,1%).

Quanto à extensão na perspectiva dos docentes (viabilização de projetos), a maioria (43,06%) considera adequada.

Quanto à pesquisa na perspectiva dos docentes (incentivo à iniciação e produção científica, divulgação de trabalhos científicos, condições para orientação de trabalho de conclusão de curso ou pesquisa, auxílio para a participação em eventos científicos), a maioria considera adequada, exceto no aspecto condições para orientação de trabalhos de conclusão de curso ou pesquisa, em que a maioria (30,53%) considera pouco adequado, adequado (28,42%) ou inadequado (23,16%).

Quanto à extensão na perspectiva dos gestores, a maioria considera a divulgação dos cursos pouco adequada (31,25%) ou adequada (28,12%) e a qualidade dos cursos adequada (37,50%) ou muito adequada (34,38%). Ainda quanto à qualidade dos cursos, parte considerável (15,62%) desconhece.

DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa realizada com servidores técnico-administrativos, comunidade externa, docentes e gestores. Avaliaram-se as Bibliotecas, os serviços e atendimento e a extensão.

Os periódicos e revistas especializadas são considerados pouco adequados na maioria dos câmpus pesquisados, exceto em Formosa e Itumbiara, onde são considerados adequados.

O Acervo é considerado pela maioria como muito adequado no Câmpus Goiânia, pouco adequado nos câmpus Anápolis e Uruaçu, e adequado nos demais.

O atendimento aos usuários e o horário de atendimento são considerados adequados em todos os câmpus pesquisados.

A Informatização é considerada pela maioria pouco adequada nos câmpus Inhumas, Goiânia e Itumbiara, adequada em Formosa, Anápolis, Uruaçu e Jataí, e muito adequada em Luziânia.

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores, onde foram avaliados o site do IFG, a Coordenação de Comunicação Social dos câmpus e Reitoria e a Direção-Geral dos câmpus.

O Q-Acadêmico foi o aspecto com opiniões mais divididas, é considerado de plenamente adequado a adequado por 15-56% dos técnicos, 59-91% dos discentes e 46-68% dos docentes, embora a porcentagem que o considera pouco adequado ou desconhece também seja alta. Os demais aspectos (confiabilidade das informações,

atualização das informações, acessibilidade das informações e layout das páginas) são considerados adequados pela maioria.

DIMENSÃO 5 – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Esta pesquisa com servidores técnico-administrativos e docentes.

A maioria dos servidores do IFG possui escolaridade de nível superior e especialização. Quanto aos aspectos referentes à pesquisa (incentivo à iniciação e produção científica; divulgação dos trabalhos; auxílio participação em eventos e incentivo à qualificação), a maioria considera os programas do IFG adequados. Grande parte dos docentes informa que a Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS) desenvolve um trabalho adequado.

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, docentes, discentes do ensino superior e pós-graduação, gestores e comunidade externa. Neste item foram avaliados o Organograma, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quanto ao Gabinete da Reitoria nos aspectos de Relação com o Servidor, prestação na solução das demandas, transparência e atuação, a maioria o considera adequado. Destaca-se ainda que, entre os discentes, o percentual que informa desconhecer a estrutura institucional é alto, variando de 31% a 100% dependendo do câmpus pesquisado.

DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do Ensino Superior e Pós-graduação, docentes e gestores. Neste item foram avaliadas as diversas instalações físicas.

A maioria dos usuários considera os aspectos (acessibilidade, ventilação, nível de ruído, mobiliário, limpeza e iluminação) adequados ou muito adequados. Dentre as exceções destacam-se por registrarem avaliações negativas: a iluminação nos campi Formosa, Luziânia e Itumbiara; Anápolis; o mobiliário e a ventilação e nível de ruído no Câmpus Jataí; e a ventilação no Câmpus Uruaçu.

DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Pesquisa realizada junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores.

Analisou-se o método de avaliação na perspectiva dos técnico-administrativos (assiduidade e pontualidade; relação técnico/professor; relação técnico/aluno; relação com a comunidade externa; relação técnico/terceirizado), dos discentes de curso superior (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores; realização ou participação de atividades acadêmicas; relação aluno/servidor; relação aluno/terceirizado), dos docentes (assiduidade e pontualidade; relação teoria/prática em suas disciplinas; utilização de metodologias de ensino; relação professor/técnico; relação professor/aluno; relação com terceirizados) e dos gestores (assiduidade e pontualidade; relação com os técnicos; relação com os estudantes; relação com os docentes; relação com os terceirizados). Em todos os aspectos e para todas as categorias, o resultado obtido foi adequado ou muito adequado.

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A pesquisa junto aos discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação e docentes, avaliando a Biblioteca (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo e periódicos e revistas especializadas) e a extensão (viabilização dos projetos). Os aspectos relativos às bibliotecas são considerados adequados pela maioria dos discentes. A extensão é informada como muito adequada na perspectiva dos docentes.

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O orçamento do IFG é provido pela União, fato que limita e restringe as intervenções e ações da Instituição. A sustentabilidade financeira é tratada pelo PDI 2012/2016 em seu item 1.4, o qual considera que “[...] a autonomia financeira assume uma dimensão particular na medida em que incorpora a característica da participação da comunidade da Instituição”, por este motivo os avaliados não souberam avaliar o item.

10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Pelos itens apresentados como parte deste tema busca-se analisar como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica.

A Assistência ao Educando da Educação Profissional apresentou uma superação da meta física prevista em 102,6 %, enquanto que a meta financeira realizada corresponde a 95,7 % da meta prevista. Essa significativa superação da meta física prevista deve-se a implantação da Política Institucional de Assistência ao Educando com a implantação dos auxílios permanência (moradia, alimentação, transporte), do auxílio aos estudantes da educação de jovens e adultos, do auxílio alimentação aos estudantes técnico integrado em tempo integral, a manutenção dos programas de estágio, monitoria, iniciação científica, além do auxílio financeiro a estudantes para a realização das atividades extraclasse e visitas técnicas.

O valor da dotação orçamentária destinada à Assistência ao Educando da Educação Profissional para o ano de 2013 e 2014 estão descritos nas Figuras 77 e 78, respectivamente.

Figura 77 - Dotação orçamentária destinada à Assistência ao Educando da Educação Profissional – 2013

Identificação da Ação							
Código	2994		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais. Código: 02A5						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	4.742.795,00	4.742.795,00	4.540.121,00	4.540.121,00	4.536.531,00	3.590,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Aluno assistido (meta cumulativa)		Unidade	39.523	40.562	40.562	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	133.015,17	14.167,79	118.847,38	Aluno assistido (meta cumulativa)	Unidade	118	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 44 e 45



Figura 78 - Dotação orçamentária destinada à Assistência ao Educando da Educação Profissional – 2014

Identificação da Ação						
Código	2994			Tipo:		
Título	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.357.330,00	7.357.330,00	5.734.671,12	5.734.671,12	5.716.311,12	18.360,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 131.

10.1. DADOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

10.1.1. Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG

Este programa é voltado para o estudante e destina-se a complementar o ensino oferecendo-lhe a oportunidade de descobrir como a ciência é construída e como o conhecimento é adquirido. Esse objetivo é conseguido pela participação do estudante nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

Figura 79 - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG

ANO		2013		
		Inscritos	Contemplados com bolsas financiadas pelo CNPq	Contemplados com orçamento do IFG
Modalidades	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC	98	17	
	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-Af	29	5	
	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio – PIBIC-EM	158	130	
	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI	31	14	
	Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC	-	-	
Total de bolsas disponibilizadas		-	166	40

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p.

Em 2013, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica disponibilizou um total de 206 bolsas.

No processo seletivo para bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica, ocorrido para as bolsas de 2013, tivemos um total de 316 inscrições, sendo: 98 PIBIC; 29 PIBIC-Af; 31 PIBITI; e 158 PIBIC-EM. Destes, 270 foram recomendados para

serem executados. Do total de projetos recomendados, 166 foram contemplados com bolsas financiadas pelo CNPq (17 PIBIC, 5 PIBIC-Af, 14 PIBITI e 130 PIBIC-EM) e 40 com orçamento da própria Instituição. Estes projetos atenderam a estudantes de todos os Câmpus do IFG.

10.2. AUXÍLIO PARA ESTUDANTES PARTICIPAREM EM EVENTOS CIENTÍFICOS

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás prevê, além das bolsas de Iniciação Científica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC-EM) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), a concessão de um auxílio financeiro para os estudantes, bolsistas e voluntários, apresentarem trabalhos em eventos científicos e tecnológicos. Este auxílio é limitado ao valor de uma bolsa PIBIC.

Em 2013, a PROPPG concedeu auxílio financeiro para 17 estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais e nacionais.

Para atender à demanda de bolsa e de participação em eventos, a Instituição investiu, em 2013, um montante total de R\$ 188.718,00 no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

Outro evento científico de periodicidade anual é o Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás, que tem como principal objetivo: permitir a troca de experiências entre estudantes e professores e o acesso aos projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC e PIBITI), a partir da disponibilização de um espaço de divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelos estudantes inscritos no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG. Este evento é uma atividade obrigatória para os estudantes (bolsistas e voluntários) obterem certificação de sua participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG.

Este evento contou, em 2013, com a participação de estudantes e servidores, com 138 trabalhos apresentados, sendo 66 na forma de pôster, 59 comunicações orais e 13 trabalhos apresentados em mesa-redonda.

Figura 80 - Quantitativos de participação de estudantes em evento científico com auxílio financeiro

EVENTOS CIENTÍFICOS	Nº DE ESTUDANTES ATENDIDOS
	2013
Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás	138
Apresentação de resultados de pesquisas em eventos locais, regionais e nacionais	17
TOTAL	155

Fonte: Relatório de Gestão de 2013, p. 156 e 157.

10.3. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID/IFG)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa que oferece bolsas para estudantes de licenciatura plena, para que eles exerçam atividades pedagógicas em escolas de Ensino Básico. Para possibilitar a realização das ações propostas nos projetos PIBID/IFG, o Instituto Federal de Goiás, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Nesses projetos, o Instituto Federal de Goiás vem atuando junto a 17 escolas estaduais, situadas nos municípios onde os cursos de licenciaturas são ministrados.

Todas as atividades desenvolvidas têm sido baseadas numa reflexão sobre a realidade de cada uma das escolas, e as formas de superação das dificuldades encontradas têm sido conduzidas ao longo de cinco eixos: 1) complementação das atividades docentes desenvolvidas nas escolas; 2) desenvolvimento de ações de suporte ao ensino; 3) formulação de propostas pedagógicas, metodológicas e didáticas que possam amenizar problemas detectados e que geram dificuldades para o processo ensino-aprendizagem; 4) complementação na formação docente e científica dos acadêmicos do IFG; e 5) reflexão sobre a realidade escolar e as formas de superação das dificuldades encontradas.

10.4. PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA (BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA)

O Programa Jovens Talentos para a Ciência, é destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico. Os estudantes recém-ingressos nas Universidades e Institutos Federais são inscritos pela instituição de ensino superior, e selecionados por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Figura 81 - Programa Jovens Talentos para a Ciência

	2013
Câmpus atendidos*	7
Número de bolsista	48

* Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Uruaçu.
Fonte: Relatório de Gestão de 2013, p. 163.

10.5. SEMANA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA (SECITEC)

A Semana de Educação, Ciência, Tecnologia (SECITEC) é um evento institucional realizado anualmente, de forma simultânea, em todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás, tendo como objetivo a promoção e a integração do Instituto Federal de Goiás com a sociedade, estimulando a interação e a troca de experiências entre as unidades de ensino do IFG, estudantes, egressos, servidores, setor empresarial, comunidade científica e o público em geral, de modo a divulgar, fortalecer e incentivar a realização de ações institucionais de caráter social, tecnológico, artístico, cultural e esportivo que contribuam para o desenvolvimento regional de modo sustentável. Em 2013o tema foi “Ciência, Saúde e Esporte”.

10.6. SIMPÓSIO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (SIMPEEX)

O Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Goiás (SIMPEEX) visa promover e fortalecer, nos planos teórico-prático, metodológico e

institucional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é que se consolide como um evento institucional anual, gratuito e aberto a toda comunidade, que agrega seminários, encontros, mostras, minicursos, conferências, bem como atividades integradas que contemplam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. O SIMPEEX busca também se constituir em um espaço de diálogo entre o IFG e sociedade e, nesta relação, evidenciar a função social da Instituição.

Em 2013, o SIMPEEX contou com a participação de servidores e estudantes de todos os Câmpus do IFG além da comunidade externa, tendo como tema “Os Desafios da Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão no IFG”. Cerca de 700 participantes foram inscritos no evento.

10.7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET)

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa do MEC desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. O Câmpus de Itumbiara desde 2012 integra o programa através do curso de Licenciatura em Química.

10.8. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil no IFG tem como finalidade propiciar condições de acesso, permanência e êxito dos discentes referente ao desenvolvimento das distintas atividades acadêmicas e o desenvolvimento biopsicossocial. No âmbito do IFG, a Assistência Estudantil conta com as seguintes modalidades de auxílios financeiros: alimentação, transporte e permanência. Estas foram implementadas conforme demanda apresentada por cada Câmpus, compatibilizada com a disponibilidade orçamentária da Instituição. A quantidade de Auxílios Permanência é calculada com base no número de matrículas e o IDH do município.

No ano de 2013, a concessão do Auxílio Estudantil disponibilizou ao discente parcelas mensais, no período de abril a dezembro, de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Figura 82 - Auxílio Permanência para estudantes no IFG em 2013

ITEM	CÂMPUS	IDHM 2000 MUNICÍPIOS	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE AUXÍLIOS POR CÂMPUS/MÊS	NÚMERO DE PARCELAS (abril a dezembro/2013)
1	Anápolis	0,79	812	171	09
2	Aparecida de Goiânia	0,76	290*	63	09
3	Goiás	0,74	123*	27	09
4	Formosa	0,75	659	145	09
5	Goiânia	0,83	4084	818	09
6	Inhumas	0,77	726	178	09
7	Itumbiara	0,78	591	126	09
8	Jataí	0,79	905	190	09
9	Luziânia	0,76	706	154	09
10	Uruaçu	0,74	667	149	09
TOTAL		-	9563	2021	-

¹ Fonte: Câmpus participantes

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 164.

10.9. SEGURO ESTUDANTIL

Continuidade do contrato firmado entre o Instituto Federal de Goiás e a UNIMED Seguro de Vidas S/A e prorrogação por mais um ano com validade até 30 de julho de 2014. Este seguro visa o oferecimento de suporte a eventuais acidentes pessoais ocorridos aos estudantes matriculados ou que estagiam neste Instituto.

Mensalmente ocorrem movimentações nas listas de estudantes atendidos a partir dos pedidos de inclusão e exclusão feitos pelos câmpus. Durante o ano de 2013, esta seguradora ofereceu cobertura a uma média de 10.499 estudantes regulares e do Programa Mulheres Mil, conforme quadro a seguir:

Figura 83 - Média de estudantes atendidos pela UNIMED Seguro de Vidas S/A

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	9.492
Fevereiro	9.492
Março	9.614
Abril	10.913
Maiο	10.989
Junho	10.997
Julho	11.000
Agosto	10.621
Setembro	10.629
Outubro	10.745
Novembro	10.745
Dezembro	10.745
MÉDIA	10.499

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 174.

10.10. ESTÁGIO

A proposição e condução das políticas de estágio, no âmbito do IFG são de competência da Pró-Reitoria de Extensão, que deve estabelecer diretrizes visando ao início da relação do estudante com o mundo do trabalho.

No decorrer do ano de 2013 um total de 1499 estudantes realizaram atividades de estágio. Dentre eles 203 na modalidade interna, na qual os estudantes do IFG estagiam no próprio Instituto. Na modalidade externa, 1296 estudantes desenvolveram suas atividades de estágio.

Figura 84 - Convênios celebrados no ano de 2013

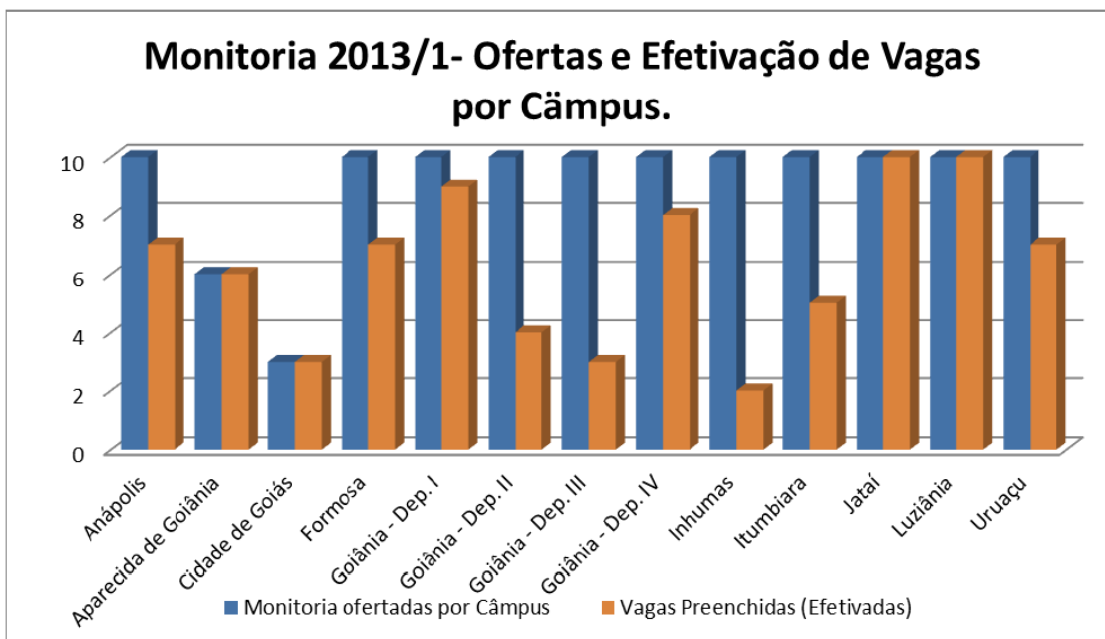
CONVÊNIOS	
Empresa/Instituição	Objetivo
BRF S/A	Participação mútua na realização de Estágio Curricular Obrigatório
Agência Goiana de Turismo – Goiás Turismo	Cooperação Técnica com vistas à realização de estudos e pesquisa em campo (demanda e oferta turística) nas regiões turísticas do estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Anápolis	Realização de Estágio Curricular Obrigatório em todas as áreas de formação
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	Oferecimento recíproco de estágio curricular obrigatório
Secretaria Municipal de Educação de Anápolis (SEMED)	Oferta de Cursos de Formação Continuada e Cursos de Extensão
Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas (CAPT)	Celebração de convênios com pessoas físicas e jurídicas visando à oferta de estágios aos estudantes do IFG

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 168 a 170.

10.11. BOLSAS DE MONITORIA

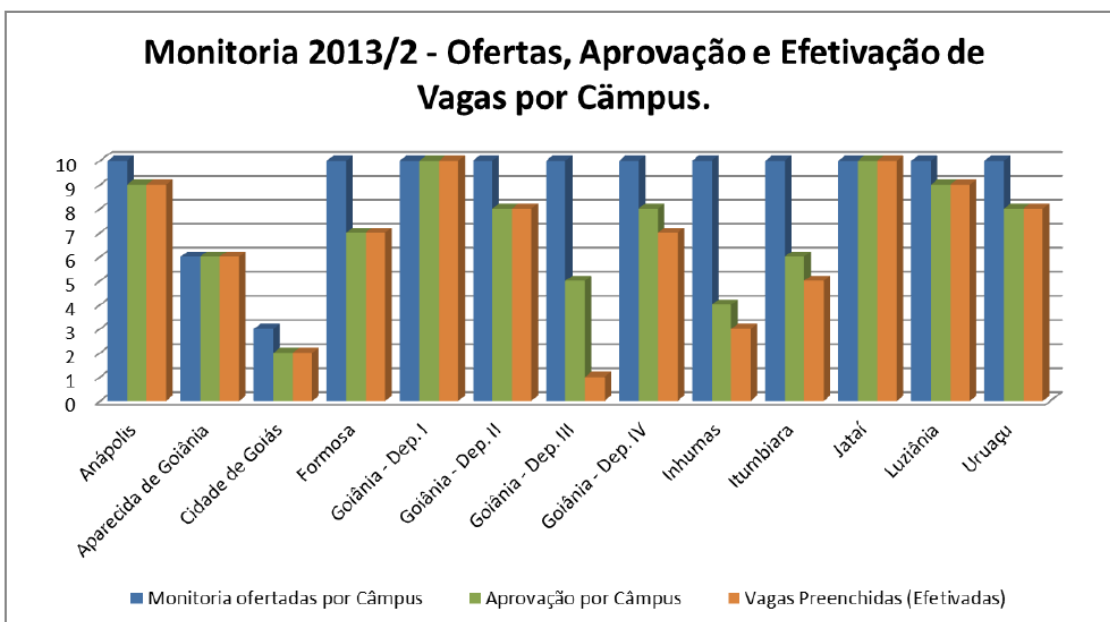
Em 2013, houve a publicação de dois editais de bolsas de monitoria com 109 vagas para todos os câmpus em cada semestre, sendo que foram efetivadas 74% das vagas, com 81 bolsistas no primeiro semestre e 85 no segundo semestre, correspondendo a 77% do total de vagas.

Figura 85 - Oferta e Efetivação de Vagas para Monitoria 2013/1



Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 178.

Figura 86 - Oferta e Efetivação de Vagas para Monitoria 2013/1



Fonte: Relatório de Gestão 2013, página 178.

10.12. PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

O programa prevê a promoção de intercâmbio, de forma que estudantes de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Em 2013 o Instituto Federal de Goiás enviou 16 estudantes para realização de graduação sanduíche no exterior.

10.13. COORDENAÇÃO-GERAL DE BIBLIOTECAS

Figura 87 - Atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG em 2013 e 2014

Descrição das atividades		Quantidade mês												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração de ficha catalográfica	2013	7	4	0	4	3	6	5	5	6	5	2	4	51
	2014	1	8	8	26	2	7	4	31	22	29	17	25	180
Empréstimo domiciliar de livros	2013	0	6	8	11	13	2	13	14	3	1	1	20	92
	2014	873	9846	12029	6454	390	1166	4010	9966	10253	11591	10057	7187	83822
Empréstimo domiciliar multimeios (cds,dvs)	2013	4632	4937	10613	16806	12183	11019	6632	8659	9121	10522	9332	5680	110136
	2014	0	4	2	4	1	0	0	9	13	16	13	14	76
Empréstimo entre bibliotecas	2013	0	0	7	2	0	0	0	5	0	0	0	1	15
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	0	5
Levantamento bibliográfico	2013	10	59	1639	1142	565	318	114	969	708	520	529	109	6682
	2014	540	215	113	84	115	12	98	98	367	21	17	292	1972
Normatização de trabalhos acadêmicos	2013	0	0	2	2	3	6	0	2	4	1	4	5	29
	2014	1	1	3	0	0	1	2	2	1	2	7	1	21
Orientação/ treinamento ao uso do portal de Periódicos Capes	2013	0	0	139	6	7	8	0	10	37	53	24	4	288
	2014	1	90	4	1	1	1	0	23	6	36	50	10	223
Reserva de livros	2013	24	31	136	150	124	140	36	120	130	125	152	452	1620
	2014	54	290	135	82	33	220	120	553	806	249	430	51	3023
Treinamento de usuário	2013	1	85	345	49	55	24	2	87	110	34	16	1	809
	2014	0	426	337	6	3	0	0	48	100	2	2	0	924

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p. 19 e 2014 p. 22.

Figura 88 - Outros Serviços

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	ANO	OFERECE AO USUÁRIO	NÃO OFERECE AO USUÁRIO
Acesso à internet	2013	Anápolis; Aparecida de Goiânia; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Uruaçu	Cidade de Goiás (Não possui porta de acesso ADSL disponível para internet)
	2014	Bibliotecas dos câmpus: Anápolis; Aparecida de Goiânia; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas (falta infraestrutura); Cidade de Goiás (estrutura física inadequada); Senador (câmpus em implantação); Valparaíso (o câmpus está provisoriamente sem acesso a Internet a cabo).
Acesso à internet sem fio (wireless)	2013	Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Goiânia; Itumbiara; Jataí; Uruaçu	Formosa (Setor de TI não liberou acesso <i>wi-fi</i> devido a banda larga disponível para o Instituto ser de apenas 2mb); Inhumas (Devido congestionamento da internet foi desligado o acesso a internet sem fio); Anápolis (Há necessidade de um novo projeto de infraestrutura de rede que está sem fase de licitação); Luziânia (Pelo fato da internet do câmpus ser ruim, não é possível disponibilizar internet <i>wireless</i>)
	2014	Bibliotecas dos câmpus: Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Senador Canedo; Valparaíso; Uruaçu	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas (o sinal de <i>wi-fi</i> chega muito fraco à biblioteca e mal consegue suprir a demanda do computador do bibliotecário); Anápolis (a Instituição não possui estrutura de rede para este serviço); Formosa (o câmpus só possui 2mb para professores, estudantes e servidores realizarem suas atividades); Goiânia Oeste (biblioteca em implantação); Luziânia (o câmpus ainda não disponibilizou).
Acesso ao Portal de Periódicos CAPES	2013	Anápolis; Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Uruaçu	
	2014	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas; Anápolis; Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Formosa; Goiânia; Goiânia Oeste; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Senador Canedo; Uruaçu	Biblioteca dos câmpus Valparaíso (o câmpus ainda não tem acesso a internet a cabo, por isso não tem IP definitivo. Esta situação impede o acesso ao Portal da Capes por meio do reconhecimento de IP da rede IFG).

Catálogo do acervo impresso para consulta local	2013	Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Uruaçu	Aparecida de Goiânia; Anápolis; Cidade de Goiás; Luziânia
	2014	Bibliotecas dos câmpus Anápolis; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Uruaçu	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas; Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Goiânia Oeste; Senador Canedo (biblioteca em implantação); Valparaíso (ainda não possui acervo).
Catálogo online	2013	Anápolis; Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Uruaçu	
	2014	Bibliotecas dos câmpus: Anápolis; Aparecida de Goiânia; Cidade de Goiás; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Luziânia; Uruaçu	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas; Goiânia Oeste; Senador Canedo; Valparaíso (Biblioteca ainda não possui acervo).
Divulgação de novas aquisições (boletim informativo, mural, etc)	2013	Aparecida de Goiânia; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Uruaçu	Anápolis; Cidade de Goiás; Luziânia
	2014	Bibliotecas dos câmpus: Águas Lindas; Anápolis; Cidade de Goiás; Formosa; Goiânia; Inhumas; Itumbiara; Jataí; Uruaçu	Bibliotecas dos câmpus: Aparecida de Goiânia; Goiânia Oeste; Luziânia; Senador Canedo; Valparaíso

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p. 19 e 2014 p. 22.

Figura 89 - Outras atividades

Descrição das atividades	Ano	Nome do projeto	Observação
Projetos Culturais	2013	Homenagem ao Dia da Mulher (Câmpus Formosa) – março/2013	Painel de exposição com o nome de todas as mulheres do câmpus
		I Sarau Cultural do IFG (Câmpus Aparecida de Goiânia) – 05/04/13	Diversas apresentações dos estudantes do câmpus e também pessoas da comunidade
		Homenagem ao Dia das Mães (Câmpus Formosa) – maio/2013	Painel de exposição desenhado pelo aluno Diogo Soares
		Projeto de Incentivo a Leitura (Câmpus Aparecida de Goiânia) – bimestralmente	Indicações de leitura e divulgação nos murais do câmpus
		Projeto de incentivo a leitura (Câmpus Aparecida de Goiânia)	A partir da indicação de leitura do mês desenvolve-se o projeto de roda de leitura para discutir o que o usuário achou do livro, o que gostou, etc

	Semana do Livro e da Biblioteca (Câmpus Aparecida de Goiânia) – outubro	Acontece anualmente e visa expor os projetos realizados pelos estudantes, divulgar as atividades da Biblioteca, incentivar a leitura e levar apresentações culturais a comunidade em geral
	II Semana do Livro de da Biblioteca (Câmpus Anápolis) – 28/10/13 a 01/11/13	Foram realizadas as seguintes atividades: exposição de obras artísticas, atrações artísticas e culturais (contação de histórias, apresentações musicais, sarau literário e teatro), feira de trocas de livros
	V Semana do Livro e da Biblioteca (Câmpus Inhumas) – 18 a 23/11/13	Foram realizadas as seguintes atividades: exposição de escultura; esquete musical; curso “Gestão de pessoas como vantagem competitiva em instituição de ensino”; palestras; minicursos
	5ª Semana da Consciência Negra e Diversidade Cultural - Exposição Diversos Olhares (Câmpus Jataí) – 20/11/13	
	Sarau Literário (Câmpus Goiânia) – dezembro/2013	
2014	III Semana do Livro e da Biblioteca (Câmpus Anápolis)	Realizada anualmente durante o mês de outubro visa expor os projetos realizados pelos estudantes, divulgar as atividades da Biblioteca, incentivar a leitura e levar apresentações culturais à comunidade em geral.
	Semana do Livro e da Biblioteca (Câmpus Aparecida de Goiânia)	
	Projeto de Incentivo a Leitura (Câmpus Aparecida de Goiânia)	
	Sarau Literário (Câmpus Goiânia)	Apresentação de vida e obra de um autor e divulgação no mural da biblioteca mensalmente. É um projeto de extensão do Câmpus Goiânia que acontece no saguão da Biblioteca. O evento é realizado desde 2009, no encerramento de cada semestre letivo. Tem objetivo de promover ações de leitura de obras literárias nacionais e internacionais, como prosa, poesia ou drama. O Sarau é um espaço de aprendizagem e compreensão das grandes obras e nomes da literatura estudados pelos estudantes do IFG durante o semestre letivo.
	Divulgação de obras literárias nos murais (Câmpus Itumbiara)	
	Exposição 50 anos de Mafalda (Câmpus Itumbiara)	

		Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Câmpus Itumbiara)	
		Resenha Literária (Câmpus Inhumas)	
		VI Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Câmpus Inhumas)	
		Leitor/a destaque 2014 (Câmpus Inhumas)	
		Exposição de trabalhos apresentados pelos estudantes no projeto “Como pintar coisas que existem e ninguém quer ver” (Câmpus Uruaçu)	Mês 10 e 11/2014
Projetos Diversos	2013	Orientação de Projeto de pesquisa Pibic-EM “Construção de uma Biblioteca Digital no IFG” (Câmpus Inhumas)	Levantamento do material digital para compor o acervo
		Participação das bibliotecárias nas reuniões do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (Nepeinter) – (Câmpus Inhumas)	
		Oficinas de Malabares (Câmpus Cidade de Goiás)	Ministrada pelo Bibliotecário Paulo Henrique em algumas aulas de Educação Física
		Festa Junina – auxílio na ornamentação e responsável pelas barracas do cachorro-quente, arroz goiano e jogos (Câmpus Formosa) – julho/2013	O dinheiro arrecadado (R\$ 600,00) foi utilizado para comprar leitores de códigos de barras, teclados numéricos para digitação de senha do sistema no momento do empréstimo e displays de acrílico que foram colocados nas mesas de estudo indicando as principais orientações para o uso da biblioteca
		Oferta de curso de treinamento de uso do Portal de Periódicos da Capes no II Secitec (Câmpus Inhumas) – 22/10/13	
	2014	Semana de Planejamento “Apresentação e divulgação dos serviços oferecidos pela Biblioteca” (Câmpus Uruaçu)	Oferecendo visita técnica à Biblioteca com participação de Escolas Municipais, Estaduais e Particulares de Uruaçu e Campinorte totalizando 634 estudantes visitantes
		Calourada 2014 (Câmpus Uruaçu)	
		Projeto Conhecendo o IFG (Câmpus Uruaçu)	
		Diálogos com pais e mães de discentes do Câmpus Inhumas	
		Exposição de Orquídeas (Câmpus Itumbiara)	
Quite seu débito com alimentos não perecíveis (Câmpus		Troca da multa por alimento não perecível – resultou em 12 cestas	

	Itumbiara)	básicas completas
	Eleição para escolha do nome da Biblioteca do IFG - Unidade Flamboyant dia 10/12/2014 (Câmpus Jataí)	O nome escolhido com 27,91% foi Biblioteca Veredas da Leitura
	Quinzena do Perdão da Multa da Biblioteca de 01/12 a 15/12/2014 (Câmpus Jataí)	

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p. 20 e 2014 p. 22.

Figura 90 - Acervo das Bibliotecas em 2013 e 2014

Descrição		Quantidade mês												Total
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CD (compra)	2013	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD (doação)	2013	0	0	15	5	0	12	2	2	15	12	14	11	88
	2014	0	3	1	2	3	1	2	11	2	3	4	0	32
CD (permuta)	2013	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DVD (compra)	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99	99
DVD (doação)	2013	0	7	2	7	8	13	2	2	3	11	104	2	161
	2014	0	65	3	0	3	4	3	40	10	4	3	1	136
DVD (permuta)	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Livro (compra)	2013	1219	150	2122	416	566	1142	195	657	205	351	344	522	7889
	2014	720	443	248	140	40	359	199	729	496	320	2058	1404	7156
Livro (doação)	2013	380	13	212	84	85	54	31	160	219	160	94	73	1565
	2014	20	137	79	0	32	3	132	532	144	362	351	536	2328
Livro (permuta)	2013	0	0	5	0	0	0	0	0	2	1	0	0	8
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2013	1599	170	2361	515	659	1221	230	821	444	535	556	608	9719
	2014	740	648	331	142	78	367	336	1312	652	689	2416	2040	9751

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p. 21 e 2014 p. 24.

Figura 91 - Total Geral do Acervo do Câmpus em 2013 e 2014

CÂMPUS		Nº DE TÍTULOS	Nº DE EXEMPLARES
Águas Lindas	2013	-	-
	2014	65	201
Anápolis	2013	1556	4563
	2014	3074	5607
Aparecida de Goiânia	2013	982	3122
	2014	1066	4003
Cidade de Goiás	2013	552	1068
	2014	958	2018
Formosa	2013	1540	4088
	2014	1935	5225
Goiânia	2013	19761	42863
	2014	20681	45739
Goiânia Oeste	2013	-	-
	2014	158	493
Inhumas	2013	3456	11546
	2014	5448	13714
Itumbiara	2013	2026	5322
	2014	2279	6081
Jataí	2013	9194	21233
	2014	10072	22897
Luziania	2013	995	4204
	2014	1156	4892
Senador Canedo	2013	-	-
	2014	5	69
Uruaçu	2013	3025	8620
	2014	0	0
Valparaíso	2013	-	-
	2014	3309	9422
Total	2013	43087	106629
	2014	50206	120361

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p.21 e 2014 p. 25.

Figura 92 - Atendimento das Bibliotecas em 2013 e 2014

Câmpus		Quantidade mês												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Águas Lindas	2013													
	2014	Biblioteca em implantação												
Anápolis	2013	0	0	0	0	0	0	7612	2210	1855	1914	2157	1852	17600
	2014	0	233	320	0	0	218	218	499	597	556	429	147	3217
Aparecida de Goiânia	2013	15	100	297	2096	1232	1267	858	784	1253	1967	1166	414	11449
	2014	2014	767	541	0	0	734	366	1892	2518	2042	2162	1147	14183
Cidade de Goiás	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1361	1361
	2014	Não quantificado												
Formosa	2013	113	432	990	1271	1263	993	578	1002	1122	866	1080	253	9963
	2014	Não quantificado												
Goiânia	2013	11332	10730	7830	21065	19335	17502	13481	12280	19550	19407	18964	9439	180915
	2014	228	11354	19205	14126	0	0	24	9127	21501	21328	21655	15042	133590
Goiânia Oeste	2013													
	2014	Não quantificado												
Inhumas	2013	1051	2583	4438	6520	5640	8500	2094	3372	5382	6440	5532	352	51904
	2014	1287	5431	1129	0	0	900	3015	3400	5101	3659	4375	8001	36298
Itumbiara	2013	100	730	730	730	730	730	100	730	730	730	730	100	6870
	2014	71	509	543	440	156	153	387	216	423	494	354	195	3941
Jataí	2013	230	303	427	766	473	373	455	539	611	678	773	889	6517
	2014	0	60	62	61	59	58	78	56	102	212	202	213	1163
Luziania	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	602	602
	2014	1396	92	1360	1408	700	160	1052	1256	1360	1052	1124	904	11864



Senador Canedo	2013													
	2014	Biblioteca em implantação												
Uruaçu	2013	148	1427	3240	3980	3065	2799	944	1999	2450	2764	2862	1699	27377
	2014	122	1907	2840	1250	0	711	912	2076	3071	2610	3124	1223	19846
Valparaíso	2013													
	2014	Biblioteca em implantação												

Fonte: Relatório de Atividades ProPPG 2013 p. 20 e 21 e 2014 p. 24.

11.SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Os dados apresentados nesta seção refletem o significado social da continuidade dos compromissos assumidos pela IES na oferta do ensino superior e avaliam a capacidade de gestão dos recursos financeiros.

11.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

11.1.1. Programação para o ano

O demonstrativo apresentado nas Figuras 86 e 87, denominado Programação de Despesas, compreende as informações sobre a programação orçamentária da Instituição para o ano de 2013 e 2014, respectivamente. Estes quadros estão organizados como uma planilha contendo três (3) colunas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida e 3- Outras Despesas Correntes.

Nos mesmos quadros, apresentam-se a Despesa de Capital, que está organizada em três (3) colunas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida. Tanto para as Despesas Correntes como de Capital as linhas estão divididas em três grupos de informação: LOA, CRÉDITOS e Outras Operações, conforme demonstrado a seguir:

Figura 93 - Programação de Despesas – 2013

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás			Código UO: 26429			UGO:158153	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupo de Despesas Correntes				
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			114.529.165,00			46.873.697,00	
CRÉDITOS	Suplementares		54.266.702,00			4.084.724,00	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		13.125,00			221.864,00		
Outras Operações							
Dotação Final 2013 (A)			168.782.742,00			50.736.557,00	
Dotação Final 2012 (B)			139.359.281,00			39.189.625,00	
Variação Final (A/B-1)*100			21,11			29,46	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupo de Despesa Capital			Reserva de Contingência	
			4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL			27.180.784,00				
CRÉDITOS	Suplementares		1.396.084,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	8.526.928,00				
		Reabertos					
Créditos Cancelados		8.526.928,00					
Outras Operações							
Dotação Final 2013 (A)			28.576.868,00				
Dotação Final 2012 (B)			28.952.838,00				
Variação Final (A/B-1)*100			1,3				

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 70 e 71.



Figura 94 - Programação de Despesas – 2014

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429		UGO: 158153	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			3- Outras Despesas Correntes
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		164.356.907,00	-		60.149.028,00
CRÉDITOS	Suplementares	42.056.421,00			1.989.446,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					336.192,00
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		206.413.328,00	-		61.802.282,00
Dotação final 2013(B)		168.782.742,00			50.736.557,00
Variação (A/B-1)*100		22,29			21,81
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	



DOTAÇÃO INICIAL		33.127.161,00			
CRÉDITOS	Suplementares	317,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		33.127.478,00	-	-	-
Dotação final 2013(B)		28.576.868,00			
Variação (A/B-1)*100		15,92			

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 143 e 144.

11.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa - 2013

A Figura 88, denominada Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão. Neste sentido, o referido Quadro contempla sete colunas e está dividido em dois grupos de despesa: Correntes e de Capital. Para ambas as despesas são demonstradas as origens da movimentação, ou seja, créditos Concedidos ou Recebidos.

Figura 95 - Movimentação Orçamentária externa por grupos de despesas - 2013

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158153	154040	12.363.2031.20RL.0052			609,46
		158142				217,44
		158124				2.183,80
Recebidos	153173	158153	12.363.2031.20RW.0001			11.616.458,10
			12.363.2031.8252.0001			806.720,21
	420006		13.392.2027.20ZF.0001			814.999,98
	200016		14.243.2062.210M.0001			605.523,42
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	158153	12.363.2031.8252.0001	315.571,96		
	152734		12.363.2031.20RG.0001	4.000.000,00		
	153173		12.364.2032.20GK.0001	156.295,33		

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 73.

11.1.3. Realização da Despesa

Neste item serão relatadas as informações sobre a realização da despesa de acordo com a origem do crédito, se originários ou recebidos por movimentação interna e externa, por intermédio dos seguintes quadros: Despesas por Modalidade de Contratação e Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

11.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total – 2012 e 2013

A Figura 89, denominada Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2013 e 2012. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Modalidade de Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio da Folha de Pagamento e de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

Figura 96 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total – 2013

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429		UGO: 158153	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	33.080.285,94	27.731.332,18	32.158.113,79	27.525.139,17	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	8.920.318,51	6.540.549,46	8.354.044,28	6.540.549,46	
d) Pregão	24.159.967,43	21.190.782,72	23.804.069,51	20.984.589,71	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	2.773.204,67	3.034.657,34	2.725.138,74	2.990.196,12	
h) Dispensa	2.459.554,68	2.817.644,30	2.414.891,49	2.773.183,08	
i) Inexigibilidade	313.649,99	217.013,04	310.247,25	217.013,04	
3. Regime de Execução Especial	8.248,60	5.653,98	8.248,60	5.653,98	
j) Suprimento de Fundos	8.248,60	5.653,98	8.248,60	5.653,98	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	180.827.406,09	146.369.120,80	180.723.317,03	138.986.970,78	
k) Pagamento em Folha	180.026.014,89	145.703.526,45	179.922.228,65	138.326.833,94	
l) Diárias	801.391,20	665.594,35	801.088,38	660.136,84	
5. Outros	8.155.086,99	5.663.661,69	8.136.537,30	5.658.812,42	
6. Total (1+2+3+4+5)	224.844.232,29	182.804.425,99	223.751.355,46	175.166.772,47	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 74.

11.1.3.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total – 2013 e 2014

As Figuras 97 e 98, respectivamente dos anos 2013 e 2014, denominadas Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, contempla a totalidade dos recursos consignados à UO e está dividido em quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios 2013 e 2012. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa tem os três elementos de maior montante empenhado em 2013 discriminados em ordem decrescente desse montante enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Figura 97 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total – 2013

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás					Código UO: 26429		UGO: 158153	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
3190.11-Venc. Vantagens Fixas	111.972.593,02	90.361.107,10	111.972.593,02	90.361.107,10			111.972.593,02	84.300.417,34
3190.01-Aposent. e Reformas	23.239.269,70	21.101.574,12	23.239.269,70	21.101.574,12			23.239.269,70	19.785.571,37
3191.13-Obrigações Patronais	23.295.202,78	17.529.477,97	23.295.202,78	17.529.477,97			23.191.416,54	17.529.477,97
Demais elementos do grupo	9.363.294,47	6.730.031,84	9.363.294,47	6.730.031,84			9.363.294,47	6.730.031,84
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	12.605.756,36	12.357.726,91	8.910.864,07	8.827.879,53	3.694.892,29	3.529.847,38	8.817.665,36	8.712.810,07
3390.37-Loc. Mão-de-obra	10.877.850,43	8.198.778,80	9.856.270,67	7.463.849,47	1.021.579,76	734.929,33	9.654.506,76	7.389.029,06
3390.18-Aux.Finan. Estudantes	7.020.240,06	5.203.866,48	7.020.240,06	5.203.866,48			7.001.690,37	5.199.017,21
Demais elementos do grupo	16.306.034,79	12.173.297,43	14.772.308,37	11.879.270,69	1.533.726,42	294.026,74	14.770.099,01	11.868.727,78
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
4490.52-Equip. Mat. Permanente	14.810.464,76	10.764.724,81	7.335.898,85	6.500.898,46	7.474.565,91	4.263.826,35	7.228.804,16	6.445.219,50
4490.51-Obras e Instalações	12.967.958,91	16.514.989,74	8.887.562,74	7.206.470,33	4.080.396,17	9.308.519,41	8.321.288,51	7.206.470,33
4490.39-Outros Serv. Terceiros	196.781,57		190.727,56		6.054,01		190.727,56	
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 75 e 76.



Figura 98 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total 2014

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429				UGO: 158153			
DESPESAS CORRENTES									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
<i>1. Despesas de Pessoal</i>	<i>2014</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2013</i>	
3190.11- Venc.Vant.Fixas	140.978.368,01	111.972.593,02	140.978.368,01	111.972.593,02			140.978.368,01	111.972.593,02	
3191.13-Obrigações Patronais	28.581.495,99	23.295.202,78	28.581.495,99	23.295.202,78			28.581.495,99	23.191.416,54	
3190.01-Aposent.e Reformas	26.072.783,74	23.239.269,70	26.072.783,74	23.239.269,70			26.072.783,74	23.239.269,70	
<i>Demais elementos do grupo</i>	10.385.418,56	9.363.294,47	10.385.418,56	9.363.294,47			10.385.418,56	9.363.294,47	
2. Juros e Enc. da Dívida									
		-		-				-	
<i>Demais elementos do grupo</i>									
3. Outras Despesas Correntes									
3390.37- Loc. Mão-de-Obra	13.870.416,08		12.063.679,69		1.806.736,39		12.041.130,77		
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	13.333.365,16	12.605.756,36	8.148.484,79	8.910.864,07	5.184.880,37	3.694.892,29	8.124.420,60	8.817.665,36	
3390.37- Loc. Mão-de-Obra		10.877.850,43		9.856.270,67		1.021.579,76		9.654.506,76	
3390.18-Aux.Finan.Estudantes	8.674.665,62	7.020.240,06	8.670.965,62	7.020.240,06	3.700,00		8.636.453,62	7.001.690,37	
<i>Demais elementos do grupo</i>	20.880.331,08	16.306.034,79	19.349.134,84	14.772.308,37	1.531.196,24	1.533.726,42	19.302.117,48	14.770.099,01	



DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
4490.51-Obras e Instalações	17.941.150,29		13.563.626,61		4.377.523,68		13.527.230,14	
4490.52-Equip. Mat. Permanente	10.805.412,09	14.810.464,76	5.892.460,36	7.335.898,85	4.912.951,73	7.474.565,91	5.279.383,96	7.228.804,16
4490.51-Obras e Instalações		12.967.958,91		8.887.562,74		4.080.396,17		8.321.288,51
449039-Outros Serv. Terceiros		196.781,57		190.727,56		6.054,01		190.727,56
449061-Aquisição de Imóveis	440.000,00		440.000,00				440.000,00	
Demais elementos do grupo	-		-				-	
5. Inversões Financeiras								
	-		-		-		-	
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
	-		-		-		-	
Demais elementos do grupo								

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 50 e 51.

11.1.3.3. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – 2013 e 2014

A descrição dos campos das Figuras 99 e 100, que apresentam, respectivamente, dados de 2013 e 2014, têm como referência as mesmas descrições do item 11.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.

Figura 99 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – 2013

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.489.661,19	2.020.904,17	1.374.749,71	1.930.628,96
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	96.886,31	1.363.402,14	93.837,49	1.318.678,90
d) Pregão	1.392.774,88	657.502,03	1.280.912,22	611.950,06
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	28.436,48	70.000,00	24.620,83	38.216,61
h) Dispensa	28.436,48	70.000,00	24.620,83	38.216,61
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	24.972,32	24.798,19	24.972,32	24.349,92
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	24.972,32	24.798,19	24.972,32	24.349,92
5. Outros	9.090.318,37	2.371.233,78	8.963.258,97	2.359.833,78
6. Total (1+2+3+4+5)	10.633.388,36	4.486.936,14	10.387.601,83	4.353.029,27

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 76.



Figura 100 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – 2014

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	953.824,45	1.489.661,19	679.413,81	1.374.749,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	56.982,96	96.886,31	56.982,96	93.837,49
d) Pregão	896.841,49	1.392.774,88	622.430,85	1.280.912,22
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	35.858,60	28.436,48	35.858,60	24.620,83
h) Dispensa	35.858,60	28.436,48	35.858,60	24.620,83
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial		-		-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	306.271,14	24.972,32	306.271,14	24.972,32
k) Pagamento em Folha	278.471,74		278.471,74	
l) Diárias	27.799,40	24.972,32	27.799,40	24.972,32
5. Outros	4.606.900,32	9.090.318,37	4.605.212,82	8.963.258,97
6. Total (1+2+3+4+5)	5.902.854,51	10.633.388,36	5.626.756,37	10.387.601,83

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 52.

11.1.3.4. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos das Figuras 101 e 102, que apresentam, respectivamente, dados de 2013 e 2014, têm como referência as mesmas descrições do item 11.1.3.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Figura 101 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – 2013

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	4.243.658,95	1.436.795,41	1.269.608,08	581.503,56	2.974.050,87		1.160.313,16	465.561,46
3390.18-Aux.Finan. Estudantes	3.987.645,00	1.390.208,78	3.987.645,00	1.390.208,78			3.887.010,00	1.378.808,78
3390.48-Outros Aux. Finan. Pessoa Física	3.064.165,20	935.925,00	3.064.165,20	935.925,00			3.064.030,22	935.925,00
Demais elementos do grupo	2.548.232,56	843.581,68	2.123.723,68	240.120,42	424.508,88	603.461,26	2.088.002,05	235.095,65
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
4490.51-Obras e Instalações	4.000.000,00	32.710.106,32		1.292.656,33	4.000.000,00	31.417.449,99		1.292.656,33
4490.52-Equip. Mat. Permanente	471.867,29	229.144,16	188.246,40	46.522,05	283.620,89	182.622,11	188.246,40	44.982,05
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 77



Figura 102 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – 2014

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal								
319113-Obrigações patronais	278.471,74	-	278.471,74	-	-	-	278.471,74	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
339039- Serviço Pessoa Jurídica		4.243.658,95		1.269.608,08		2.974.050,87		1.160.313,16
339018- Aux. Financ. estudantes		3.987.645,00		3.987.645,00				3.887.010,00
339048 - Outros aux. financ. P. Física	1.652.424,41	3.064.165,20	1.652.424,41	3.064.165,20			1.652.424,41	3.064.030,22
339018 - Aux. Financ. estudantes	1.642.632,23		1.624.792,23		17.840,00		1.623.136,23	
339036- Serviço Pessoa Física	1.150.854,80		1.150.854,80				1.150.823,30	
Demais elementos do grupo	1.532.568,69	2.548.232,56	900.401,12	2.123.723,68	632.167,57	424.508,88	899.859,69	2.088.002,05



DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos								
449051- Obras e Instalações		4.000.000,00				4.000.000,00		
449052 - Equip. Mat. permanente	707.584,97	471.867,29	295.910,21	188.246,40	411.674,76	283.620,89	22.041,00	188.246,40
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 53 e 54.

11.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

11.2.1. Ações/ Subtítulos – OFSS

Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram na responsabilidade do Instituto Federal de Goiás, especificando informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira e os resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, demonstrando ainda os índices dos indicadores utilizados para aferir o desempenho e a representatividade dos resultados da ação em relação ao seu contexto. Além disso, os fatores intervenientes que concorreram para os resultados obtidos, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as ações.

Além da disposição sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, quando couber, também são demonstrados os valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

Figura 103 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica – 2013

Identificação da Ação							
Código	20RJ		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente. Código: 02BQ						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597						
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA		Código: 2030			Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	622.200,00	622.200,00					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada	Unidade	300				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	57.300,57	51.333,41	5.967,16	Pessoa beneficiada	Unidade	510	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 41 e 42.



Figura 104 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica – 2014

Identificação da Ação						
Código	20RJ			Tipo:		
Título	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA					
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa				Código		Tipo:
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
57.300,00	57.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 128.

Figura 105 - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2013

Identificação da Ação							
Código	20RG		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade. Código: 02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	13.183.557,00	13.817.623,00	13.817.526,87	7.450.738,90	6.884.464,67	566.274,23	6.366.787,97
7010 – Câmpus Jataí - No Estado de Goiás	500.000,00	500.000,00					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Vaga disponibilizada	Unidade	5001	3.478	3.478		
7010 – Câmpus Jataí - No Estado de Goiás	Vaga disponibilizada	Unidade	1				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	7.200.000,00	7.200.000,00		Vaga disponibilizada	Unidade	3.478	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 42 e 43.



Figura 106 - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2014

Identificação da Ação						
Código	20RG			Tipo:		
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa				Código		Tipo:
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.251.700,00	20.251.700,00	19.415.745,08	15.563.376,59	15.074.439,33	488.937,26	3.852.368,49
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.008.245,48	8.972.087,56	36.157,92				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 129.

Figura 107 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2013

Identificação da Ação							
Código	20RL		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade. Código: 02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	42.282.711,00	43.145.663,00	41.908.652,52	31.597.615,55	31.187.518,88	410.096,67	10.311.036,97
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Aluno matriculado		Unidade	10.002	16.574	16.574	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	9.780.494,94	9.017.802,85	762.692,09	Aluno matriculado	Unidade	12.129	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 43 e 44.



Figura 108 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – 2014

Identificação da Ação						
Código	20RL			Tipo:		
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.101.419,00	52.550.182,00	46.617.718,74	32.695.600,18	32.425.319,15	270.281,03	13.922.118,56
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
10.696.490,07	9.543.836,10	1.152.653,97				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 130.

Figura 109 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – 2013

Identificação da Ação							
Código	2994		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais. Código: 02A5						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	4.742.795,00	4.742.795,00	4.540.121,00	4.540.121,00	4.536.531,00	3.590,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Aluno assistido (meta cumulativa)		Unidade	39.523	40.562	40.562	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	133.015,17	14.167,79	118.847,38	Aluno assistido (meta cumulativa)	Unidade	118	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 44 e 45.



Figura 110 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – 2014

Identificação da Ação						
Código	2994			Tipo:		
Título	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.357.330,00	7.357.330,00	5.734.671,12	5.734.671,12	5.716.311,12	18.360,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 131.

Figura 111 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica – 2013

Identificação da Ação							
Código	6358		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante. Código: 02B3						
Objetivo	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional. Código: 0588						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	10.080,00	10.080,00					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa capacitada	Unidade	15				

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 45 e 46.

Figura 112 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação							
Código	6380		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão. Código: 02A2						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	800.000,00	1.523.000,00	1.325.152,24	358.086,54	357.246,54	840,00	967.065,70
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Instituição apoiada	Unidade	8	1	1		

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 46 e 47.

Figura 113 - Pagamento de Pessoal Ativo da União – 2013

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO						
	Código: 2109		Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO				
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	77.485.011,00	118.477.575,00	118.176.228,32	118.176.228,32	118.072.442,08	103.786,24	

* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

** Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 47.



Figura 114 - Pagamento de Pessoal Ativo da União – 2014

Identificação da Ação						
Código	20TP			Tipo:		
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Código		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
114.293.944,00	148.754.064,00	148.552.039,18	148.552.039,18	148.552.039,18	0,00	0,00
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 132.



Figura 115 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e Seus Dependentes – 2013

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CÍVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	2.369.864,00	3.156.400,00	3.129.311,83	3.129.311,83	3.129.311,83		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada	Unidade	1.884	3.024	3.024		

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 47 e 48.



Figura 116 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes – 2014

Identificação da Ação					
2004		Tipo:			
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
		Código			
		Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária		26429 - Instituto Federal de Goiás			
		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária 2014					
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014
Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.521.348,00	3.452.693,86	3.452.693,86	3.452.693,86	0,00	0,00
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 133.



Figura 117 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares – 2013

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CÍVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	204.000,00	259.000,00	249.656,90	249.656,90	249.656,90		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Criança atendida	Unidade	230	274	274		

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 48.



Figura 118 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares – 2014

Identificação da Ação						
Código	2010			Tipo:		
Título	ASSITÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa				Código		Tipo:
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
252.000,00	323.000,00	307.972,36	307.972,36	307.972,36	0,00	0,00
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 137.



Figura 119 - Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares – 2013

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: ATIVIDADES				
Descrição	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CÍVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	1.170.828,00	1.420.828,00	1.261.822,63	1.261.822,63	1.261.822,63		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa atendida	Unidade	542	645	645		

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 48 e 49.

Figura 120 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2014

Identificação da Ação						
Código	2011			Tipo:		
Título	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.189.716,00	1.189.716,00	1.034.980,78	1.034.980,78	1.034.980,78	0,00	0,00
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 138.

Figura 121 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2013

Identificação da Ação							
Código	2012			Tipo: ATIVIDADES			
Descrição	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	5.620.565,00	7.356.514,00	7.211.564,96	7.211.564,96	7.211.564,96		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada		Unidade	1.541	1.541	1.640	

* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores, portanto, devido à objetividade e economicidade, excluímos esta opção de lançamento no quadro.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 49 e 50.



Figura 122 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – 2014

Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo:		
Título	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa				Código		Tipo:
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.080.000,00	8.180.000,00	8.060.592,30	8.060.592,30	8.060.592,30	0,00	0,00
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 139.

Figura 123 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – 2013

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: ATIVIDADES			
Descrição	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	2.486.700,00	2.698.141,00	1.280.096,93	1.113.773,01	1.105.483,32	8.289,69	166.323,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Servidor capacitado		Unidade	900	900	1.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	1.093.353,70	1.087.661,46	5.692,24	Servidor capacitado	Unidade	76	

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 50.

Figura 124 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – 2014

Identificação da Ação						
Código	4572			Tipo:		
Título	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Código		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.421.000,00	1.421.000,00	1.253.310,75	1.210.809,39	1.210.772,34	37,05	42.501,36
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	550.955,75	409.189,27				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 134.

Figura 125 - Contribuição à Entidades Representativas de Educação e Ensino – 2013

Identificação da Ação							
Código	00M0 Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS						
Descrição	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	61.181,00	61.181,00	61.181,00	61.181,00	61.181,00		

* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

** Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 50 e 51.

Figura 126 - Contribuição à Entidades Representativas de Educação e Ensino – 2014

Identificação da Ação							
Código	09HB Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS						
Descrição	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Código: 2109 Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO						
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	15.333.295,00	22.582.373,00	22.251.921,24	22.251.921,24	22.251.921,24		

* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

** Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão 2013, p. 51.

Figura 127 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – 2013

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:		
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.719.863,00	27.263.908,00	27.263.908,00	27.263.908,00	27.263.908,00	0,00	0,00
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 135.

Figura 128 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – 2014

Identificação da Ação						
Código	0181			Tipo:		
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES- SERVIDORES CIVIS					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.343.100,00	30.395.356,00	30.202.119,12	30.202.119,12	30.202.119,12	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	0		0	0

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 127.

Figura 129 - Benefícios Assistenciais – 2013

Identificação da Ação						
Código	00M1			Tipo:		
Título	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa			Código	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.184,00	78.184,00	67.655,33	67.655,33	67.655,33	0,00	0,00
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00				

Fonte: Relatório de Gestão 2014, p. 136.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com longa tradição na oferta de ensino Técnico e Tecnológico, bem como as demais Instituições de Ensino Superior – IES têm o dever legal de promover sua autoavaliação e divulgar anualmente os Relatórios de Autoavaliação elaborados a partir das informações levantadas. Esse instrumento, quando aplicado conforme previsto em lei, contribui para a construção do PDI e subsidia o processo de Planejamento Institucional. Conforme preconiza a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES N° 065, *“O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.”* Esta cultura de autoavaliação encontra-se em fase de construção, haja vista que os processos de avaliação interna e externa ainda não foram bem assimilados pela comunidade acadêmica do IFG, desde o seu marco legal, a Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES).

Observa-se que a CPA do IFG passou por experiências que foram se somando, desde sua composição inicial, passando pela comissão anterior, reconstruída em caráter provisório por meio da Portaria n° 1.431, de 27 de agosto de 2012, até chegar à comissão atual, sendo esta formada por meio de processo eleitoral, com vistas a atender a determinação legal. Nota-se que a ruptura dos processos de autoavaliação ocorrida entre uma comissão e a seguinte, impacta significativamente na sequência dos trabalhos. Ou seja, a comissão mais recente tem o encargo de resgatar a memória dos processos de autoavaliação realizados pelas comissões anteriores, o que, sem a cultura de autoavaliação já formada nos agentes envolvidos, torna-se uma tarefa que dificilmente flui em sequência. Os percalços enfrentados pelas comissões, em seus momentos diferentes, revelam a necessidade de maior conscientização e comprometimento por meio de toda a comunidade acadêmica a fim de se formar a cultura de autoavaliação almejada.

Não obstante, a instituição conseguiu formar sua primeira comissão eleita e nomeada pela Portaria N° 2235, de 1° de dezembro de 2014, sendo eleitos 5 membros

Titulares (2 Docentes, 2 Discentes e 1 Técnico-Administrativo) e 3 Suplentes (2 Docentes e 1 Discente), além de dois membros indicados pelo Conselho Superior, conforme esta Portaria, sendo 1 Titular e 1 Suplente. O Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução N° 06, de 31 de março, de 2014, prevê a composição equilibrada desta comissão sendo 2 representantes titulares e 2 representantes suplentes de cada segmento: Técnico-Administrativo, Docente, Discente e Sociedade Civil Organizada. Portanto, fica evidente que a cultura de autoavaliação institucional ainda precisa ser alcançada, haja vista que o processo eleitoral não conseguiu formar a CPA eleita, de maneira completa, por não haver na comunidade interna o quantitativo de agentes interessados em participar deste processo de extrema importância na instituição.

O presente Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao biênio 2013/2014, ainda que elaborado *extra tempora*, já representa em si um resgate dos valores no sentido de construir esta cultura almejada, pois é resultado da ação harmoniosa e conjunta da CPA com a gestão da instituição e atende, em parte, a recomendação da comissão anterior no que se refere à composição equilibrada da CPA prevista no regulamento próprio.

Quanto ao aspecto formal, a criação do SINAES significou um avanço no sentido de legitimar a autoavaliação institucional e orientar as decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. Os seus princípios permitem que a cada ciclo avaliativo haja uma crescente participação de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e sociedade externa. Isso se dá, principalmente por meio da participação na elaboração, aplicação e busca das informações oriundas de questionários, mas também na sistematização dos seus dados e na divulgação dos resultados do trabalho da CPA. Essas práticas têm o mérito de identificar o valor das instituições, de contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior, de orientar sua expansão e a oferta de cursos, respeitando a identidade institucional e a sua autonomia.

A iniciativa de avaliação institucional tomando por base as dez dimensões definidas pelo SINAES e ainda a participação dos diversos segmentos envolvidos na oferta de ensino da instituição, foi uma relevante inovação. No seu intuito, essa avaliação quer propiciar aos grupos de investigação e estudo instrumentos e dados que

possam desvelar a prática de ensino de forma mais integrada à realidade cotidiana e mais ampliada no que tange a sua eficácia. Assim, seria de se esperar que as análises e sínteses apresentadas por meio do relatório elaborado com os dados da autoavaliação identificassem diferentes abordagens para uma mesma temática: o que foi benéfico, o que precisa ser mudado ou que é considerado potencialidade por um grupo e como fragilidade por outro.

O que se afirmou anteriormente justifica-se vez que no processo de síntese e relatoria do presente documento depara-se com questões simples, bem como com as complexas, o que exige tratamentos diversos tanto no que se refere às análises ou intervenções que se farão necessárias, quanto nas tomadas de decisão com base nas questões levantadas. Algumas dependem de um simples esclarecimento, outras de uma medida operacional técnico administrativa, ou por vezes da aproximação entre docentes, discentes, técnicos-administrativos e a sociedade.

Os procedimentos desenvolvidos neste relatório podem servir de parâmetro para todas as instâncias da gestão institucional e para que elas possam estimular a participação efetiva da comunidade acadêmica, nas suas diferentes instâncias, e para que promovam o aprofundamento do debate, buscando a proposição de resolução para a promoção de práticas que democratizem de forma efetiva a elaboração desse relatório e busque nas suas análises e sínteses, reforçar e implementar os aspectos estruturantes para os Planos de Metas e as revisões periódicas do PDI.